

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

GEAN OLIVEIRA GONÇALVES

Signo da Diversidade
narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT

SÃO PAULO

2017

GEAN OLIVEIRA GONÇALVES

Signo da Diversidade:
narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, na área de concentração Teoria e Pesquisa em Comunicação, sob a orientação da professora Dra. Cremilda Celeste de Araújo Medina.

SÃO PAULO

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo autor

Gonçalves, Gean Oliveira

Signo da Diversidade: narrativa e compreensão
jornalística com pessoas LGBT / Gean Oliveira Gonçalves. --
São Paulo: G. O. Gonçalves, 2017.
168 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.
Orientadora: Cremilda Celeste de Araújo Medina
Bibliografia

1. Jornalismo 2. LGBT 3. Reportagem 4. Relação com o
Outro 5. Teoria Queer I. Celeste de Araújo Medina, Cremilda
II. Título.

CDD 21.ed. - 070

GONÇALVES, G. O. Signo da Diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências da Comunicação - Área de concentração: Teoria e Pesquisa em Comunicação.

Aprovada em: _____

Banca examinadora:

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Para todas as pessoas LGBT que, diariamente, reconhecem as dificuldades de um mundo restritivo à liberdade de gênero e da sexualidade.

Para minha mãe, Elzileide, e meus irmãos, Everton e Pedro, cuja trajetória de afeto me trouxe até esta oportunidade.

AGRADECIMENTOS

A Cremilda Medina, mentora e inspiração, pela promoção de uma orientação plena em diálogos de afetos. Desde o generoso acolhimento, ainda nos primeiros passos da pesquisa, em meio ao laboratório epistemológico que promove há 30 anos na Universidade de São Paulo; passando por cada estímulo, sugestão e leitura; até a comunhão com sua obra e com suas palavras em prol de um jornalismo possível, fértil em solidariedade, reconhecimento e promoção das vozes anônimas.

A Sandra Reimão, primeiramente, pelo acolhimento na Pós-Graduação e por sentir o potencial científico e humano do projeto de pesquisa que culminou nesta dissertação, bem como pelos 558 dias de orientação na primeira fase do mestrado.

Aos demais professores da ECA e da USP, Claudia Lago, Julio Assis Simões, Heloisa Buarque de Almeida, Ricardo Alexino Ferreira, Maria Aparecida Ferrari, Alice Mitika Koshiyama, Elizabeth Saad Corrêa e Eneus Trindade Barreto Filho, pelos encontros, experiências e oportunidades.

Às jornalistas Fabiana Moraes, Karla Lima e Marília de Camargo César, cujo trabalho de reportagem e cuja abertura ao diálogo foi imprescindível.

Aos meus familiares, dos mais próximos aos mais distantes, mas principalmente, Elzileide (mãe), Gilberto (pai), Everton e Pedro (irmãos), pela confiança, pelo estímulo, por permitir o meu crescimento, a minha autonomia e por enxergar em mim um ser humano que se enriquece pela Educação.

Ao Fabiano Tassi, pelo amor, pelo carinho e, principalmente, pela paciência que acalma e impulsiona a seguir este sonho.

Ao amigo-irmão, Nelson Neto, por partilhar alegrias, dificuldades, desejos, sonhos e inquietações teórico-práticas sobre os rumos do Jornalismo e sobre ser LGBT.

Aos amigos Anna Ligia Machado, Bruna Mandrote, Alessandra Mathias, Ítalo Silva, Laura Vianna, Giselle Mourão, Sansorai Oliveira, Sara Uchoa, Giovanna Castelano, Guilherme Valquer, Tamires Paulino, Raphaella Sad e Tuka Ferrari.

As parceiras de orientação Angela Farah, Liana Milanez, Sonia Regina Cunha, Marcelle Souza e Luiza Bondenmüller, bem como as demais colegas do grupo de pesquisa "Epistemologia do

Diálogo Social", Jaqueline Martins, Mara Rovida, Marcos Zibordi e Cicélia Pincer, pela interlocução e pelos conselhos sábios.

Aos amigos que encontrei na Pós-Graduação da ECA/USP Ricardo Sales, Tariana Brocado, Talles Rangel, Melissa Cerozzi, Denise Pragana, Anderson Lopes, Beatriz Siqueira, Camilla Carandino, Mariana Queen e Jorge Abrão.

Aos amigos que descobri em outros momentos da vida na USP, Raphaela Comisso, Rafael Salmazi, Maíra Arcoverde e Aline Ruiz, sem vocês a experiência na Universidade teria menos parcerias, encantamentos e sorrisos.

Aos colegas que fiz e que mantenho na São Paulo Previdência (SPPREV). Quero agradecer o apoio a condução do mestrado enquanto atuei na autarquia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM/USP), pela oportunidade do Mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro fornecido para a concretização desta pesquisa.

Qui défend les droits de l'enfant différent? Les droits du petit garçon qui aime porter du rose? De la petite fille qui rêve de se marier avec sa meilleure amie? Les droits de l'enfant queer, pédé, gouine, transsexuel ou transgenre?

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança queer, bicha, sapatão, transexual ou transgênero?

Paul B. Preciado

RESUMO

Signo da Diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT

Os embates em torno das opressões de gênero e as questões relativas à dignidade humana de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e [homens e mulheres] transexuais (LGBT) têm redefinido os comportamentos e os diálogos sociais no contemporâneo. Nas últimas décadas, narrativas jornalísticas captam com maior intensidade o caráter humano, público e político das questões de diversidade sexual e de gênero. Todavia, é perceptível a dificuldade que jornalistas encontram para tecer relações com pessoas LGBT em virtude do aparato cultural de gênero que carregam, mas não só. Nesse contexto é que esta dissertação ensaia uma compreensão em torno do papel do jornalista (o mediador social) em tecer caminhos de compreensão, de solidariedade e de reconhecimento para com o Outro, em especial com a população LGBT. Desenvolve-se uma análise cultural da narrativa de três livros-reportagem escritos por jornalistas brasileiras: *O Nascimento de Joicy*, de Fabiana Moraes; *Muito Prazer – Vozes da Diversidade*, de Karla Lima e *Entre a Cruz e o Arco-íris*, de Marília de Camargo César. No eixo teórico-metodológico, inclui-se um diálogo com autoras e autores de gênero e sexualidade, principalmente com as ideias da Teoria Queer. Atravessa-se ainda contribuições da complexidade, da sensibilidade e do afeto em Cremilda Medina e outras pensadoras e pensadores da Comunicação. Por fim, ouve-se as jornalistas-autoras e elabora-se noções de alteridade, que podem vir a ser um caminho possível de encantamento, de descoberta, de curiosidade e, acima de tudo, de respeito com o Outro.

Palavras-chave: Jornalismo. LGBT. Reportagem. Relação com o Outro. Teoria Queer.

ABSTRACT

Sign of Diversity: narrative and journalistic understanding with LGBT community

Conflicts around gender oppression and the human dignity of lesbian, gay, bisexual and transgender people (LGBT) have redefined contemporary behavior and social dialogue. In the last decades, journalistic narratives capture with greater intensity the human, public and political character of issues of sexual and gender diversity. However, the difficulty that journalists encounter in working out relationships with LGBT people because of the cultural construction of gender they have is remarkable, but not only that. It is in this context that this dissertation rehearses a knowledge about the role of the journalist (the social mediator) in creating paths of understanding, solidarity and recognition for others, especially, with the LGBT community. It was developed a cultural analysis of the narrative of three book reports written by brazilian women: *O Nascimento de Joicy*, by Fabiana Moraes; *Muito Prazer – Vozes da Diversidade*, by Karla Lima and *Entre a Cruz e o Arco-íris*, by Marília de Camargo César. The theoretical and methodological course includes a dialogue with thinkers of gender and sexuality studies, mostly with the ideas of the Queer Theory. There are also contributions of complexity, sensitivity and affection in Cremilda Medina and other communication theorists. Finally, the author-journalists are heard, and notions of alterity are made, which can be a possible path of enchantment, discovery, curiosity and, above all, respect for the Other.

Keywords: Journalism. LGBT. Report. Relationship with the Other. Queer Theory.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
Cumplicidade, Jornalismo e ser LGBT	13
INTRODUÇÃO.....	20
A pesquisa dos diferentes e o Jornalismo	20
Tecendo uma pesquisa sobre a relação de jornalistas com as pessoas LGBT	26
1. DESBRAVANDO REPORTAGENS SOBRE PESSOAS LGBT	38
1.1. O dever da reportagem	42
1.2. A essência do repórter	46
1.3. A arte de narrar	50
2. ESTUDOS QUEER: CORPOS, GÊNEROS, DESEJOS E DIFERENÇAS	74
2.1. O sexo entra em discurso, discursos que penetram o sexo	78
2.2. De onde veio o Queer? Eu sou Queer?.....	83
2.3. Do que vale a Teoria?.....	88
2.4. E o Jornalismo? Jornalistas são educadores sexuais?.....	103
3. NARRATIVAS DE COMPREENSÃO E ALTERIDADE	111
3.1. Jornalismo e Diferença	120
3.2. Jornalismo e Complexidade	122
3.3. Jornalismo e Compreensão.....	125
3.4. Jornalismo e Alteridade	126
3.5. Os <i>déficits</i> da relação (jornalistas e LGBT)	130
4. O SIGNO DA DIVERSIDADE (OU DA RELAÇÃO)	132

4.1. A inspiração que vem do Outro durante a prática jornalística	149
PALAVRAS (E INTERROGANTES) FINAIS	158
REFERÊNCIAS	165

APRESENTAÇÃO

Cumplicidade, Jornalismo e ser LGBT

Escrever uma dissertação é uma missão de cumplicidade, de interação e de cooperação. É uma resposta às inquietações internas do pesquisador e às inquietações externas de uma sociedade. É um gesto consigo e com todos que lhe cercam. Logo, todo trabalho acadêmico não é apenas uma tentativa de contribuição científica, mas um gesto de cumplicidade social.

Do processo de pesquisa fazem parte a família, os amigos, o namorado, os colegas, a orientadora, os professores, os rostos conhecidos dos encontros diários e também aqueles não conhecidos, mas que emergem na sua proposta de forma consistente e inspiradora. Trata-se de uma tessitura coletiva, que lhe desgasta, mas lhe abraça com muitas potencialidades. Enganase, profundamente, quem acredita que a pesquisa é um ato solitário, de certezas, de colocar no papel uma postura científica ou um pensamento entrincheirado.

Também é interessante notar como chegamos à universidade confiantes em uma missão de pesquisa, ou seja, alimentados por crenças e pensamentos ideológicos, mas, por meio de um turbilhão de diálogos interdisciplinares¹, sejam eles de cunho bibliográfico ou no diálogo presencial, saímos movidos dessa confiança para um outro lugar. É a consistência desse impulso que desejo apresentar no presente estudo.

Dou início a minha dissertação à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) sem saber onde irei chegar, mas com o sentimento de que a trajetória foi e sempre será significativa. Reencontrei a esfera de dialogar, ouvir e compreender. As chaves do jornalismo que realmente me encantam. Renovei minha crença pessoal na alteridade, no encontro com o Outro, tudo por meio de narrativas, personagens e autoras sensíveis à diversidade humana.

Dito isso, esta pesquisa de mestrado ocupa-se de um profundo diálogo sobre o papel do jornalista e do jornalismo em estabelecer laços de compreensão, ou seja, de produzir sentidos sobre duas esferas constituintes de nossas identidades e dos nossos reconhecimentos sociais: o gênero e a sexualidade. Pilares importantes para uma compreensão de si e que moldam relações

¹ A interdisciplinaridade é um caminho possível à transdisciplinaridade, como registrado, por exemplo, no *1º Seminário Transdisciplinar – A Crise dos Paradigmas*, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no início dos anos 1990, como forma complexa de integrar o sentir, o pensar e o agir de diferentes saberes científicos, artísticos e populares constantemente segmentados no âmbito das áreas temáticas da Ciência.

humanas nas esferas sociais, políticas e econômicas, muitas vezes, com o fortalecimento de desigualdades.

Amparado nos estudos de Gênero e Sexualidade, é possível dizer que esses dois tópicos expressam, interpelam e comunicam significados. São historicamente moldados e inconstantes, isto é, culturalmente significados e, por essa natureza, ancoram identidades, práticas e hábitos de vida. Gênero e sexualidade, portanto, são marcadores culturais de diferença, e ao se propor examinar estas marcas em conjunto, temos de realizar um intenso e complexo diálogo sobre desigualdades e sobre demandas por reconhecimento.

Entre os principais grupos políticos contemporâneos, que surgem justamente nos debates sobre desigualdade e reconhecimento, estão as lésbicas, os gays, os bissexuais, as travestis, os intersexuais, as mulheres e os homens transexuais e as demais pessoas sobre o guarda-chuva das identidades transgêneras, um grupo político intitulado como população LGBT². Um coletivo de corpos que desafia perspectivas e ideologias hegemônicas sobre o sexo, o desejo, o afeto, o corpo, a identidade e a diferença e que carrega um potencial de alterar o modo como se lê e se apreende as relações humanas.

Os sujeitos abarcados pela sigla política LGBT se tornaram uma das minhas preocupações centrais. Entendo que o caráter representacional das identidades LGBT é um forte dilema do contemporâneo e uma pauta à qual o jornalista, enquanto mediador social, não pode ser omissos e sobre a qual deve desempenhar uma ação transformadora. Em um nível de abertura ao reconhecimento à cidadania e à percepção das vulnerabilidades que decorrem da diversidade, tratada em inúmeros casos como mera diferenciação.

Na contemporaneidade, as pessoas LGBT vivenciam uma busca coletiva por reconhecimento, respeito e solidariedade. São indivíduos que sustentam novos questionamentos sobre o papel político e coletivo da orientação sexual e da identidade de gênero como componentes da dignidade humana, das nossas liberdades, dos nossos direitos, da nossa completude e da nossa felicidade.

² Desde 2008, a sigla LGBT é a forma mais comum de se apresentar os sujeitos políticos e as identidades sexuais e de gênero no Brasil. O uso dessa sigla tornou-se uma convenção após a 1ª Conferência Nacional GLBT, realizada em Brasília – DF, em junho de 2008, mas não demonstra uma concordância absoluta. Entendemos que a adoção do termo LGBT não restringe novos sujeitos, novos reconhecimentos e novas configurações políticas de serem evidenciadas, bem como não nos cerceia na crítica à noção de uma universalidade ou aos limites de um sistema de identidades sexuais e de gênero.

Operam noções que desestabilizam ordens até então vigentes e que exigem o reconhecimento como forma radical e complexa de assegurar direitos e como meio de tecer o fim das violações recorrentes com um segmento. Em suma, a população LGBT está moldando e implementando uma nova representação do humano, que permite mais complexidade, mais pluralidade, e de certa forma, mais caos à organização dos corpos nas sociedades contemporâneas.

A teoria e a prática de pesquisa aplicadas neste projeto olham justamente a Dialogia Social³, o gesto entre o jornalista (o mediador social) e o Outro (o protagonista social LGBT). Preocupa-se com a problemática da relação, ou seja, com o processo de interação e de elaboração de sentidos sobre histórias de pessoas LGBT dentro do jornalismo. Desse modo, articula-se às demais pesquisas em jornalismo que se atentaram para os caminhos da narrativa e para o ato de aproximação com o Outro, em torno de tentativas de compreensão e de reconhecimento das complexidades humana e social, bem como das particularidades que compõem aquela vida.

O empenho do jornalista em tecer possibilidades de encontro e os limites da produção de conteúdo são alvo de uma inquietação que tenho sobre a existência, na narrativa jornalística, de um potencial que legitima valores, representações e leituras de mundo de forma que se estabelecem pedagogias sociais sobre gênero e sobre a sexualidade.

As mediações jornalísticas são atravessadas pelas representações humanas. Isso implica pensar que todas as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais das nossas interações são foco de interesse da teia narrativa do jornalismo. Portanto, fazem parte da bagagem comunicacional que permite a compreensão social da realidade e a interação coletiva.

Representações são a essência de uma comunicação que produz e compartilha novas pedagogias sociais. São um degrau para a comunicação social efetivar novos olhares e proporcionar novos diálogos. Dessa forma, fazem parte do projeto da comunicação social temas e histórias de quem é indecifrável, de quem está fragilizado, de quem é múltiplo, de quem luta, de quem muda e de quem simplesmente se desestabiliza.

Como já foi possível captar, é importante salientar que esta dissertação não poderia ser escrita sem o toque da cumplicidade com as pessoas LGBT, elemento que se dá em virtude das identificações e das trajetórias do pesquisador-autor. Defende-se, daqui em diante, que, na gama de produções simbólicas, o jornalismo, carrega déficits, mas produz narrativas com os caminhos

³ Dialogia Social expressa o ato comunicativo de compreensão do mundo perseguido por Cremilda Medina e seus alunos da USP por meio de suas atuações, ensaios e pesquisas. Trata-se de uma noção epistemológica mais ampla para o Jornalismo e para a Ciência que caminha pela interação social solidária e transformadora.

e descaminhos de igualdade e não discriminação trilhados pelas pessoas LGBT. Há quem se aproxima do Outro para compreender e narrar a pluralidade das existências humanas.

Contudo, percebo que há uma dificuldade por parte dos mediadores sociais de se relacionar com as pessoas LGBT e de elaborar narrativas que envolvam outras perspectivas de gênero e sexualidade que não as dos significados comumente estabelecidos culturalmente por meio de saberes científicos que regularam, normatizaram e produziram “verdades” rígidas sobre o sexo.

Jornalistas, da mesma forma que demais segmentos da sociedade brasileira, são marcados por um *déficit* de encontro com esses “diferentes”, um *déficit*, que comumente, reduz, exotifica, diferencia negativamente ou subalterniza o Outro. A população LGBT, historicamente e ainda na contemporaneidade, é desafiada a questionar uma sociedade que, fundamentada em dispositivos⁴ médicos e científicos, acredita que o biológico é o destino.

Nossa mentalidade é imersa em uma ordem compulsória dada ao sexo, ao gênero e ao desejo. A constituição dos corpos, supostamente, caberia em um modelo dual do gênero, acrescido do desejo inerente pelo par oposto. Neste modelo, a masculinidade é o ser/se tornar homem e a feminilidade significa o ser/se constituir mulher, ou seja, construções de valores, perspectivas e arquétipos.

Autores contemporâneos como Judith Butler, Jeffrey Weeks e Guacira Lopes Louro (2015) indicam que não há uma perspectiva universal para a identidade masculina ou feminina. Na circunstância coletiva, há sujeitos que carregam outras concepções para seus corpos. As identidades de gênero e sexuais podem ser/constituir fronteiras, margens e paradoxos. Parece crucial que tais articulações estejam no horizonte do mediador social no momento de tecer histórias de reconhecimento para com as pessoas LGBT.

Contemplar uma sociedade plural me parece uma missão ética e de encantamento com o mundo para os mediadores sociais. Ideologias, normas e definições fechadas, neste cenário, não ajudam o jornalista a estabelecer uma conexão com o protagonista social. É interessante que as teorias contemporâneas da sexualidade e de gênero nos permitem pensar a construção do masculino e do feminino de outra forma e, a partir disso, reconhecer as injustiças de gênero e a conformação das normas sexuais que sustentam a desigualdade, a inclusão e a exclusão seletiva encontrados em nossa sociedade.

⁴ Refere-se ao termo foucaultiano conceituado na *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber* que explica a arquitetura heterogênea de discursos, práticas, sujeitos e instituições que, em rede, estruturam e validam um poder-saber.

O que me ocorre é que a Teoria da Comunicação pouco se volta ao exercício crítico da Comunicação e do Jornalismo como modos de consolidar ideias sobre o corpo, gênero e sexualidade. Atualmente, a comunicação é altamente capaz de difundir informações, mas em poucos casos aprofunda laços de afeto e solidariedade com pessoas dadas como invisíveis e vulneráveis à violência ética e social.

Todavia, caminhos epistemológicos indicam que a reportagem, quando elaborada com densidade e abertura, pode ser uma chave fértil para a compreensão de histórias, pessoas e comportamentos. Uma via de sensibilidade com o Outro capaz de suspender a ordem social e os juízos de valor. Infere-se a partir daí o potencial da atividade jornalística em fecundar alteridade – isto é, estabelecer um pacto humano de se deslocar afetivamente para compreender e reconhecer as dinâmicas que afetam o Outro.

Dinâmicas e olhares compartilhados com as perspectivas de pesquisa de Cremilda Medina, a orientadora deste mestrado, cuja atuação ao lado de demais pesquisadores do grupo de pesquisa *Epistemologia do Diálogo Social* fecunda importantes contribuições por meio do laboratório “Narrativas da Contemporaneidade: Epistemologia do Diálogo Social”.

O referido grupo de pesquisadores me propiciou colher os desafios da **Complexidade**, do **Diálogo Social**, da **Compreensão** e do **Signo da Relação**, bem como os subsídios metodológicos para a leitura das reportagens: protagonismo (perfis, histórias de vida), contextos sociais, raízes histórico-culturais e diagnósticos-prognósticos das fontes especializadas.

A trajetória desta dissertação traz, portanto, laços entre o pensamento teórico, metodológico e epistemológico. Articula a busca de um saber plural, da interface entre comunicação, gênero e sexualidade; da pesquisa do Jornalismo que consagra a Comunicação Social e a urgência por reconhecimento e direitos às LGBT com o contexto deste mestrado.

Nas últimas décadas, a pesquisa acadêmica abriu-se para as mulheres, para os negros e as negras, para todas as pessoas LGBT e demais sujeitos lidos como subalternos perpetuarem saberes mais plurais. Acredito fazer parte deste contexto. Nasci em Itaberaba, no interior do Estado da Bahia, na região da chapada Diamantina, a 264 quilômetros de Salvador, em um município com cerca de 140 anos de história, que é um importante centro regional.

O município faz parte do semiárido nordestino. Com médio porte, no Censo de 2010, contava com 62 mil habitantes. Em meio ao sertão, a cidade é circundada por povoados e vilas rurais.

É uma terra que me dá orgulho. Que gera conexões com o meu imaginário sobre o baiano e sobre o nordestino.

Sou filho de pais dessa terra. Nordestinos que se deslocaram e encontraram em São Paulo melhores condições de trabalho e prosperidade social. Junto a dois irmãos, e como centenas de outras famílias, sou de um núcleo familiar que perpetua ideais duras de gênero, tanto sobre os papéis do homem e da mulher quanto sobre as expectativas de uma trajetória afetiva-sexual que culmine em uma família heterocentrada.

Como a maior parte dos brasileiros, carrego na pele a história das violações coloniais e da miscigenação daí resultante, bem como pertencço a uma família numerosa que ascendeu economicamente nos últimos anos, mas que é essencialmente empobrecida.

Sou fruto da escola pública paulista e da batalha de distintos professores para uma formação cidadã. Por meio da experiência de elaboração de um jornal estudantil na Escola Estadual Fernão Dias Paes, o periódico *O Bandeirante*, encontrei no jornalismo um projeto de vida e um compromisso profissional por meio do qual posso estar consciente do meu tempo e ser um agente histórico-transformador por meio da escrita de notícias, reportagens, análises, crônicas e demais formas de narrativas do contemporâneo.

Com o desejo de trilhar o caminho das narrativas jornalísticas, ingressei no Ensino Superior, por meio do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), na Universidade Presbiteriana Mackenzie, uma instituição tradicional que me permitiu o encontro de educando com professores críticos, muitos deles egressos da Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA USP, como Cicélia Pincer, Carlos Sandano, Renato Essenfelder e Edson Capoano, também pesquisadores da Epistemologia do Diálogo Social; que contemplam uma concepção do jornalista enquanto agente de mediação social, que se sobrepõe aos aspectos, unicamente, técnicos e práticos.

Todavia, as minhas práticas afetivo-sexuais foram nomeadas e classificadas como discordantes, apontaram-me como gay, apontaram em mim uma homossexualidade, antes mesmo que eu pudesse apontar outras singularidades do meu ser. A diferença tornou-se fonte para episódios de depreciação e violência, construíram uma identidade para mim com tijolos sociais cuja argamassa é composta por elementos de ódio e de aversão, com uma distinção de que sou um Outro. No entanto, também aderi a essa marcação social como um elemento de identidade: estou entre as LGBT, sou um membro de um grupo de pessoas que politiza as relações de gênero e sexualidade.

Ao politizar as relações de gênero e sexualidade, desbravei e ainda desbravo os estudos relacionados a essas duas temáticas, bem como as formas de atuação política dos feminismos e das práticas dos movimentos LGBT brasileiros. Tornei-me um ativista dos Direitos Humanos e da Diversidade. Participo de atos, marchas e mobilizações feministas e LGBT, bem como de diálogos com as instâncias institucionalizadas de formação de políticas públicas para LGBT nos níveis municipal, estadual e nacional. Luto com afinco pelo reconhecimento da dignidade humana de sujeitos cujo aparelho político-histórico se recusa a legitimar por serem produtores de novos significados para o corpo, para o gênero e para a sexualidade.

O jornalismo encontrou a diversidade quando tive a oportunidade de atuar no portal MixBrasil e na revista Junior, entre 2011 e 2014, veículos da pequena imprensa LGBT brasileira. Neste ponto, tornou-se tríplice o meu olhar para a produção de sentido midiático sobre as LGBT. Era possível notar os modos de interpretação e entrevista conduzidos pelos jornalistas familiarizados com as temáticas de gênero e sexualidade em contraponto com as *práxis* da maioria dos jornalistas, muito pouco vinculados a esse debate.

Nessas andanças, ficou-me exposto que há uma via de atuação jornalística pela compreensão e pelo respeito em contraponto a um caminho do entender e explicar. Perspectivas paradigmáticas do jornalista que se exemplifica no jornalista gay que trabalha em uma revista com temas da homossexualidade, mas que desrespeita a travesti por meio de chacotas dentro do ambiente de trabalho e que transmite esse pensamento para a reportagem por meio de enquadramentos que as colocam em posições pejorativas, estigmatizadas ou menores, além de desrespeitar a identidade de gênero da protagonista.

Diante de tantos apontamentos, o tema que me envolve no mestrado, não poderia deixar de ser, portanto, um diálogo com as marcas de diferença que compõem tanto o meu percurso humano quanto os discursos que me interpelam. Meu lugar no mundo é marcado por divergências com os sistemas classificatórios. É um lugar que propõe uma inquietação ou uma preocupação com o que é lido como natural em termos de identidades sexuais e de gênero. É, dessa forma, um lugar de diálogo sobre as normatizações, vigílias e policiamentos dos corpos humanos.

INTRODUÇÃO

A pesquisa dos diferentes e o Jornalismo

Em suas rotinas, jornalistas e pesquisadores compartilham a escrita sobre o Outro. Tecem e promovem percepções, relatos, debates, análises e diagnósticos. Envolvem-se com as realidades, contextos e verdades de outros sujeitos. Nesse processo, há uma clara necessidade de escrever com autoridade, respeito e sensibilidade. Contudo, os esforços científicos e jornalísticos lidam a todo tempo com os limites e com as dificuldades de acesso ao Outro.

Jornalismo e Ciência, enquanto formas de conhecimento, legitimaram-se por meio de premissas e técnicas de trabalho que passam por uma herança positivista⁵, ou seja, o jornalismo, enquanto discurso da atualidade, não ficou imune aos princípios doutrinários do Positivismo na expansão urbana e industrial que atravessou boa parte das sociedades do século XX. As formas de captação da informação devem respeitar: a relação objetiva com o real, o diagnóstico do acontecimento social, a precisão dos dados e a delimitação dos fatos (MEDINA, 2008). Dessa forma, Ciência e Jornalismo fundaram-se enquanto campos por meio de discursos de valorização de métodos de distanciamento e neutralidade em prol de resultados e conclusões com mais respaldo social “pela natureza” objetiva do conhecimento produzido.

Na relação com o Outro, do sujeito com seu objeto, a Ciência e o Jornalismo, amparados por métodos, poderiam ponderar e alcançar entendimentos e explicações sobre o Outro. Tudo como resultado do rigor metodológico, das técnicas e das tecnologias e do empenho do cientista e do jornalista na busca de uma clareza sobre o Outro. Contudo, nessa experiência há o peso interpretativo de julgamentos e avaliações com base em dualismos: natureza vs. cultura; barbárie vs. civilização; emoção vs. razão. Tudo em virtude da dificuldade em reconhecer algo de estranho em nós e da posição de poder que é falar e descrever o estranho a si.

Parte da comunidade acadêmica vem produzindo uma denúncia desses dogmas de forma que a Ciência possa ser encarada como um processo cultural e o jornalismo como uma produção simbólica da realidade. Em ambos, existe um envolvimento do sujeito com o Outro. Haveria ainda uma incompletude no processo de acesso ao Outro, na ideia de tentar se colocar em seu lugar.

⁵ Para uma reflexão mais profunda sobre a questão, consultar o livro *Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos* (MEDINA, 2008). Nesta obra, a autora é compelida a fazer uma viagem em torno do arcabouço racionalista-positivista (os princípios que regem a investigação científica) que também são compartilhados pelo jornalismo ao longo de dois séculos.

Ao longo desse processo histórico e cultural, formulamos um diálogo entre Ciência, Jornalismo e sociedade no qual importantes sujeitos estão alijados da função de protagonista e nos servem apenas como “objetos de estudo” ou como “fonte momentânea”. Diante desse quadro, irrompe a obrigação social de pensar o papel dos diferentes na arena da Ciência e do Jornalismo, uma vez que na contemporaneidade, aqueles antes interpretados como desviantes, desabilitados e desobedientes estão reivindicando o direito à singularidade e questionando o poder e a autorização dada ao jornalista e ao pesquisador como tradutores ou porta-vozes de seus quadros de vida.

A partir das possibilidades de uma mediação que supera a observação analítica para a empatia, apresenta-se como inquietante a busca por novos rumos de reconhecimento e de acesso ao Outro. Não mais com uma postura colonizadora do Outro, mas sim por meio de uma abertura ética acolhedora, que nos permite nos surpreender com os outros que nos habitam.

Diante desse dilema relacional que afeta as ciências humanas e sociais, bem como as práticas de mediação e interação, sabemos que é fundamental moldar uma ética de alteridade, fundada na criação de um mundo comum do sujeito com o Outro. Que nos permite fazer os seguintes questionamentos: quais são os caminhos de compreensão a perseguir? Como nos tornaremos mais abertos ao estranhamento e à diversidade? Como investir e reportar com complexidade as tramas do Outro?

Comumente, a tendência à diversidade, ao plural, é entendida no campo do Jornalismo como um desejo à ampliação de visões, à saída de um olhar único, ao fim da leitura de mundo por meio exclusivo das vozes de autoridade e poder. Contudo, também é por meio da diversidade que nos deparamos com a diferença e por consequência com o reconhecimento das desigualdades ainda existentes. Há operações que colocam as diferenças em posições de desvios, que simultaneamente, são estruturados como desigualdades.

Jornalistas elaboram narrativas com ênfase em experiências singulares, ao mesmo tempo em que entrelaçam um diálogo com contextos coletivos. Nesse momento, o profissional faz uso de valores éticos e de formas de conhecimento de uma sociedade. O profissional aciona formas de poder e de prestígio social. É na balança da narrativa que são colocados aspectos relacionais de sujeitos, grupos e identidades políticas.

A partir daí é fácil perceber que a busca pela diversidade é um desafio muito maior do que a mera visibilidade de sujeitos e vozes discordantes. Reflete também uma atenção com as

comunidades diversas e uma preocupação com as violações cotidiana e historicamente sentidas por determinados sujeitos sociais.

A compreensão de que o jornalista é um autor importante para a leitura de mundo se funda em parte por meio deste argumento. A interação midiática entre jornalistas e grupos vulnerabilizados⁶ produz discursos de consciência ou de apagamento do Outro. Elabora um foco de interesse e de vínculo, mas também pode produzir e acionar a indiferença, a aversão e até mesmo o ódio. A relação com o Outro pode ser afogada ou enriquecida em distintos níveis de conexão.

Compreender as lógicas que estão em jogo no exercício da alteridade⁷ jornalística pode ser um caminho para desfrutar da responsabilidade social do jornalismo de exercer a narrativa transformadora, aquela que reflete encantamento com as diferenças e descontentamento com as desigualdades.

O exercício e o fomento da alteridade e da compreensão como ferramentas de resgate do jornalismo no século XXI passam pela pesquisa crítica das operações de sentido e interação realizadas por jornalistas na escrita ou na elaboração de histórias sobre os “diferentes”, bem como pelas operações de identidade, ética e reconhecimento que o autor aplica.

Há uma falta de heterogeneidade nas narrativas, mas também há um *déficit* tanto nas autorias jornalísticas quanto nas científicas. Os sujeitos que atuam nas redações jornalísticas e dentro dos laboratórios de pesquisa, na maioria das vezes, não são protagonistas de identidades, grupos e comunidades distintas em termos de raça, gênero, sexualidade, geração, deficiência, religião e nacionalidade.

A falta de diversidade entre jornalistas e cientistas alerta para uma lacuna que impacta nas possibilidades de se construir mediações com outras diversidades. Jornalistas e cientistas apartados de uma diversidade em seus universos de trabalho tendem a carregar visões de mundo mais estreitas e uma dificuldade de ir em encontro ao Outro. Não basta optar pelo encontro com a diversidade se detemos um impasse de autocrítica de nossos mundos.

⁶ A expressão aponta para a vulnerabilidade política, econômica e cultural sentida por certos grupos da sociedade brasileira que reivindicam reconhecimento e reparos em virtude de uma marginalização cotidiana e histórica.

⁷ Compreende-se alteridade como a experiência relacional capaz de produzir uma abertura ética para a criação de um mundo comum.

Depara-se, assim, com um elemento que denuncia a capacidade de decifrar o humano, de exercitar a alteridade, especialmente com aqueles pertencentes a grupos vulnerabilizados, muitas vezes porque há uma falta de percepção sobre como lógicas de discriminação, desigualdade e dominação afetam as fronteiras entre o sujeito e o Outro.

[...] a fronteira estrita entre sujeito-repórter e objeto-fonte de informação é atravessada pela ideologia do autor e não pelos desafios de compreensão do Outro ou da situação assim encarada como objeto de investigação. Ao cobrir determinado contexto e seus protagonistas, é mais usual uma narrativa que encobre do que um ensaio que descobre (MEDINA, 2005, p. 196).

Em suas narrativas, jornalistas e pesquisadores estão ainda encobertos por pressupostos de objetividade e neutralidade e valores de isenção social que colaboram para uma cisão entre o sujeito-sujeito⁸ (MEDINA, 2005). Os dogmas metodológicos e de investigação social impossibilitam uma leitura aprofundada de contextos complexos e de seus protagonistas pela incompletude de conhecimento e da informação que se pautam em paradigmas mecânicos, simplistas e reducionistas⁹.

Além disso, o jornalismo é um lugar de onde se tece sentidos sobre o Outro. Nos modos de construção da notícia e da reportagem é possível avaliar mecanismos de produção da diferença. A diferença, predominantemente, é interpretada com dificuldade e é colocada em segundo plano pelos grupos dominantes. Jornalistas carregam interpretações de mundo que são machistas, racistas e discriminadoras com pessoas LGBT da mesma forma que outros sujeitos sociais o fazem.

Dessa forma, muitas vezes, as narrativas jornalísticas reforçam percepções majoritárias. Não desafiam o olhar comum. Tudo isso em virtude das rotinas da profissão que tendem a mera explicação e à colheita de informações. Tendem ao entretenimento, ao sensacionalismo, ao foco em uma suposta indecência e nos comportamentos lidos como típicos às classes e grupos responsáveis pelos seus próprios destinos de pobreza, vulnerabilidade e violência. Com clara falta do exercício da alteridade e da compreensão.

⁸ No livro *Ciência e Sociedade – Mediações Jornalísticas*, Cremilda Medina traz um panorama sobre a crise do paradigma da objetividade e aponta para a mudança epistemológica do sujeito-objeto para a potencialidade do sujeito-sujeito tanto para o Jornalismo quanto para a Ciência.

⁹ Tais impasses são registrados nos anais do Primeiro Seminário Transdisciplinar (1990).

Todavia, a narrativa jornalística, por meio de dinâmicas de representação e de diálogo, possibilita o encontro com o Outro. A percepção e a escuta dos protagonistas sociais, dos anônimos, daqueles que se lançam à aventura humana. Nesta perspectiva, o ato comunicacional ensaia mais do que a produção de mensagens informativas. O papel da comunicação, das narrativas, passa pela arte do diálogo; pela relação cúmplice; pela vocalização dos quadros de violência e injustiça social; e pela produção simbólica¹⁰ de compreensões sobre realidades complexas, confusas e arbitrárias.

No exercício da reportagem, o jornalista pode criar um movimento de encantamento com histórias de vida. O mediador preocupa-se ainda com a experiência, com os cenários sociais e com a complexidade das informações. Dessa forma, um jornalismo de veia iluminista ou positivista será insuficiente, assim como uma tradição profissional que se apoie nas potencialidades e facilidades tecnológicas.

Compor um quadro sobre o Outro é um passo que demanda uma ética e uma técnica de despertar vínculos. Opera-se com a sensibilidade da observação, da escuta e das sensações que o Outro transmite. Trabalha-se com aberturas e novas compreensões do Outro e de si. A lógica-analítica não pode ser empreendida pela delimitação do Outro nem por meio de julgamentos, interpretações estranhamentos que o jornalista possa carregar.

Por mais abstrato que possa parecer, a ideia é empreender uma compreensão sobre aquela vivência e, em seguida, compor uma representação sobre as precariedades e sobre as potencialidades do Outro. É comum pensar que, essencialmente, compreendemos pessoas semelhantes a nós. No entanto, o reconhecimento da dignidade humana é o valor fundamental para a alteridade. Uma vez que a semelhança caminha para a empatia, enquanto a diferença pode revelar muito mais. Principalmente, como perpetuamos imaginários sociais sobre os Outros e que, com uma postura crítica, podem ser afetados por um novo olhar, mais respeitoso e transformador.

A reportagem pode ser elaborada enquanto uma produção jornalística que efetiva a experiência da alteridade em virtude da vocação ao Diálogo Social e da responsabilidade autoral de constituir uma narrativa solidária e complexa.

¹⁰ Produção simbólica compreende o recurso humano de, por meio de artefatos culturais, construir uma perspectiva sobre os acontecimentos, sobre a realidade experienciada.

Tal afirmação é documentada em pesquisas científicas e experiências de ensino há pelo menos 30 anos no Brasil dentro do Projeto Plural, laboratório coletivo e epistemológico da professora Cremilda Medina, dentro da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

A trajetória de cinco décadas como jornalista e educadora somadas a uma vasta pesquisa documentada aponta para as possibilidades de transformação por meio do ato social da interação. Cremilda Medina defende que há encantamentos no empreendimento do diálogo, na experiência de compartilhar gestos, olhares e palavras.

Para ela, no exercício profissional do jornalismo a efetiva comunicação é um empreendimento de autoria relacional por meio do qual o jornalista é responsável pela articulação de conteúdos plurais (polissemia) e pela regência de vozes conflitivas (polifonia) após a ação estratégica de uma experiência em campo (método da observação-experiência). (MEDINA, 2016, p.24)

A experiência na ECA da *Série São Paulo de Perfil*¹¹ nos mostra que uma gramática jornalística constituída por uma visão complexa, pela sensibilidade intuitiva e pelo comportamento solidário perante a circunstância humana (MEDINA, 2014) pode efetivar um intercâmbio dialógico de realidades. O conjunto de livros-reportagens foram produzidos pelo fôlego do encontro com o Outro e suas histórias e pela redação criativa possibilitada pelo diálogo e pelas descobertas que os repórteres fazem ao desbravar o conhecido e o desconhecido na cidade de São Paulo.

Nesse projeto, cerca de 500 autores tiveram a oportunidade de experimentar e vivenciar uma prática dialógica. Da mesma forma que os leitores dos 27 livros-reportagens da série, principalmente, aqueles documentados na parceria com a Secretaria Estadual de Educação em uma escola pública na zona sul de São Paulo demonstraram especial envolvimento com os protagonistas anônimos em virtude de narrativas que destacam o contexto social, a ação dramática em que estavam envolvidos e as falas transcritas pelos narradores cúmplices.

Os exemplares do *Novo Pacto da Ciência*¹², assim como a experiência anterior, também apontam para o traço da identidade, o afeto e o respeito ao Outro como resultado da passagem da mediação pela divulgação para a mediação que se preocupa e se atém à relação. A partir

¹¹ Projeto de livros-reportagens sobre temáticas da cidade de São Paulo elaborado pelos alunos da professora Cremilda Medina, que é criadora e organizadora da coleção.

¹² Documentado em 11 edições, a série reúne os diálogos de seminários, artigos científicos e reportagens que apresentam desafios epistemológicos para a Ciência e para o Jornalismo na atualidade.

dessa experiência, compartilhou-se valores e desafios como a busca por novas fontes de saber, a escuta genuína de diferentes vozes e a possibilidade de compreender o Outro.

Essas experiências e reflexões nos dizem muito sobre as possibilidades de investigar o jornalista como importante agente para as transformações sociais, que em sua atividade exercita e fomenta a alteridade. Dessa forma, estar atento à problemática das relações, às dominações e às lógicas que afetam uma comunicação compreensiva, bem como pensar sobre os desafios que envolvem o jornalismo, atrela-se a uma perspectiva mais profunda da Ciência da Comunicação: o entendimento de que nossas pesquisas se dão no âmbito do estudo das relações humanas.

...

Tecendo uma pesquisa sobre a relação de jornalistas com as pessoas LGBT

Ao produzir narrativas sobre protagonistas diversos como podemos ter certeza sobre o uso de uma linguagem correta? Como podemos traçar relações de reconhecimento e respeito com o Outro? Como compreender as nuances de contexto e representatividade? Muitos são os questionamentos e poucas são as respostas certas. Consideramos, a princípio, que não encontraremos respostas definitivas para estes dilemas.

Nas próximas páginas, a presente pesquisa busca mais do que respostas concretas. Ela se atém ao desejo de construir um diálogo sobre a relação de jornalistas com pessoas LGBT. Para isso, foi estabelecido um debate sobre a alteridade e sobre os limites dessa relação. A pesquisa aprofunda uma reflexão sobre como corpos sociais à margem são dispositivos de reconhecimento de uma diversidade humana.

Em outras palavras, buscamos os modos técnicos, estéticos e éticos que os jornalistas podem adotar, bem como as estratégias já aplicadas pelos mediadores para construir narrativas de solidariedade e de compreensão das questões de identidade, de subjetividade, da política e da cultura das pessoas LGBT.

Ensaia-se, assim, detectar um Signo da Diversidade, isto é, estabelecer um possível caminho para narrativas intensas e complexas sobre a diversidade de corpos, identidades e experiências que envolvem as vivências de gênero e de sexualidade em nossa Cultura. Levanta-se como interrogante o movimento de encontro com o Outro e o estranhamento que é resultado dessa interação como base para o reconhecimento social de novos protagonistas da cena viva, sujeitos com trajetórias, subjetividades, vulnerabilidades e direitos.

No primeiro movimento desta dissertação, acompanho o percurso de três livros-reportagem escritos entre 2013 e 2015 por mulheres jornalistas: duas de São Paulo e uma de Pernambuco. O movimento dialógico, as histórias dos protagonistas e o repertório de informações fornecidos na travessia das narrativas serão a matéria-prima para compreender como as coberturas jornalísticas organizam e tecem sentidos contemporâneos a respeito da experiência de vida de pessoas LGBT. Este mergulho é realizado com a leitura das obras e com um diálogo com as autoras:

Muito Prazer - Vozes da Diversidade

de Karla Lima, edição da autora, 2013

Como era assumir-se lésbica no Brasil da ditadura? Como é ser lésbica em 2013? Quanto havia de culpa e leveza e em que proporções se misturam, hoje, vergonha e tranquilidade? Como as mães reagem à homossexualidade das filhas nas décadas de 1980 e 90? A maternidade lésbica é diferente da heterossexual? O que pensam os filhos de mães homossexuais? A jovem que sai do armário na escola ou faculdade sofre perseguição, quem se assume no trabalho perde promoções? Como reagem as adolescentes quando seu líder religioso afirma que amar uma moça é errado? O que pensam aquelas que se apaixonaram por outra mulher já na maturidade? Este livro não oferece uma resposta definitiva a nenhuma dessas questões.

Entre a Cruz e o Arco-Íris

de Marília de Camargo César, Editora Gutenberg, 2013

Como alguém que é homossexual pode expressar sua fé cristã publicamente? Seria esse um direito negado a quem não é heterossexual? É a homoafetividade um pecado sem perdão, e que exclui da religião todos os que são assim? Existiria “cura”? Como as igrejas tratam os gays? De questionamentos como esses nasceu este livro, uma reportagem contundente e abrangente sobre a complexa relação entre os cristãos, especialmente os evangélicos, e a homossexualidade. Em um tom jornalístico fluido e investigativo, a jornalista Marília de Camargo César traz à tona fatos e informações a

partir de pesquisas sólidas em fontes históricas, nas quais procura a origem do pensamento de exclusão social e religiosa dos homossexuais pelos cristãos. Além disso, evidencia sentimentos e opiniões sobre o tema por meio de dezenas de entrevistas com religiosos, pastores, gays, ex-gays, ex-ex-gays, familiares, historiadores, teólogos, psicólogos, sociólogos e especialistas da área médica e das ciências humanas. O resultado é um mosaico de histórias profundamente humanas, que mostram, além de argumentos e discussões em torno de questões polêmicas, muitos conflitos e atitudes causadoras de sofrimento. É a riqueza de pontos de vista, no entanto, que lança mais luz à questão: leituras fundamentalistas do livro sagrado, leituras mais liberais da chamada teologia inclusiva, relatos de gays ateus, posturas dos que optaram pela castidade para professar sua religião e opiniões de quem entende que fé tem pouco a ver com orientação sexual. A dúvida que pode emergir de uma discussão assim talvez consiga romper a casca rígida das certezas cristalizadas e definitivas e origine uma nova visão de mundo com menos dor e mais humanidade.

O Nascimento de Joicy

de Fabiana Moraes, Arquipélago Editorial, 2015

Neste livro arrebatador, a jornalista Fabiana Moraes conta a história da transexual Joicy, ex-agricultora que procura o serviço público de saúde para adequar seu corpo masculino ao feminino que deseja para si. Também escreve sobre os bastidores da reportagem, vencedora do Prêmio Esso, e expõe a complicada relação com sua personagem, além de apresentar um ensaio no qual defende um jornalismo mais subjetivo.

No segundo movimento da dissertação, proponho um encontro com os estudos queer – um campo fértil de formulações analíticas sobre gênero, sexualidade, corpos, desejos e diferenças. Dialogo com um conjunto de teorias, teóricas e teóricos que efetuam uma crítica à percepção de gênero a partir de referencial, exclusivamente, biológico. Trata-se de pensar as performatividades às quais os sujeitos recorrem em suas práticas cotidianas para legitimar uma identidade de gênero, bem como uma orientação sexual a partir de um referencial de normas culturais. Os estudos queer são baseados também em uma proposta de instabilidade das

identidades. Por fim, pensarei ainda nas narrativas jornalísticas como parte de um sistema de pedagogias e saberes sexuais.

Já no terceiro movimento, transitarei por contribuições brasileiras na leitura contemporânea dos desafios epistemológicos do jornalismo: da complexidade à construção de subsídios de afeto e compreensão para uma outra narrativa do contemporâneo.

O quarto movimento finaliza esta dissertação com os elementos que contribuem para um Signo da Diversidade, ou seja, aqueles que nos indicam estratégias e posicionamentos do jornalista para com pessoas LGBT, ou para com qualquer protagonista social com status de anônimo no sistema de Mídia, no empreendimento de uma alteridade possível. Reflete-se sobre os limites e sobre as possibilidades para se alcançar um jornalismo plural em vozes, crítico da normalidade e sensível às condições humanas.

Com este trabalho, portanto, proponho dois desafios epistemológicos: 1) a renovação do olhar jornalístico e do tratamento dispensado às pessoas LGBT nos meios midiáticos e 2) a proposição das questões de gênero e sexualidade como temáticas essenciais para a pesquisa e o ensino da Comunicação no Brasil.

Nos caminhos do Saber Plural, parafraseando Cremilda Medina, esta dissertação se coloca em um local de articulação de perspectivas teórico-práticas sobre gênero, sexualidade e jornalismo. Produz-se uma interlocução entre saberes próprios da investigação do Jornalismo e da Antropologia com saberes culturais e locais dos ativismos LGBT em expansão no País.

Como produto científico, este trabalho preocupa-se ainda em questionar a restrição do conhecimento e do fazer científico a certos grupos populacionais. Ainda é rara a presença de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans na universidade. Principalmente, as travestis, mulheres e homens transexuais que, sabidamente, são alijados da educação básica por uma violência de gênero na escola que é estendida à família.

No entanto, o trabalho de pesquisa é oportuno em função do eminente desafio de refletir sobre os desafios da interface Comunicação e Estudos de Gênero e da Sexualidade. Diariamente entram em circulação discursos, representações e visibilidades de sujeitos e identidades coletivas que demandam maior interlocução e intensificação do diálogo social. É na Comunicação Social, em todos os seus desdobramentos, que são constituídas importantes pedagogias capazes de produzir compreensões que estabilizam ou desestabilizam noções de gênero e sexualidade, bem como geram a reprodução e a manutenção de categorias de

diferenças como a masculinidade, a feminilidade, a heterossexualidade, a homossexualidade, a cisgeneridade¹³ e a transgeneridade¹⁴.

É imprescindível que a Teoria e a Pesquisa em Comunicação compreendam os estudos feministas e de gênero, assim como os estudos das sexualidades dissidentes, como a Teoria Queer, como propostas de saber que articulam a dimensão política da vida pessoal. As relações entre homens e mulheres, as formas de opressão de gênero e as questões relativas aos direitos e à dignidade das pessoas LGBT são elementos constitutivos da subjetividade e da sociabilidade contemporânea que têm pautado de forma inquietante os espaços comunicacionais, vistos que neles, além de arena de representação, há um lugar privilegiado de contestações políticas e culturais, bem como um lugar criativo e instigante que pode articular ou questionar as verdades produzidas sobre os corpos humanos.

A articulação que me permite pensar o jornalismo e as narrativas de representação das LGBT é proveniente de um debate rico entre diferentes críticos e estudiosos que articulam pensamentos sobre o *déficit* do paradigma que fundamenta normas de gênero e sexualidade com base em uma concordância “natural” entre corpo, gênero e sexo que não dá abertura para deslocamentos e trajetórias dissidentes.

O lugar abjeto¹⁵ das identidades LGBT é proveniente de uma pedagogia social que não reconhece a diversidade e que reforça as marcas socialmente constituídas de desigualdade, hierarquia e diferenciação. O jornalismo entra nesta história como componente que dá eficácia a uma ficção que normatiza, policia e vigia o ordenamento dado com base nas estruturas biológicas e hormonais. É parte dos mecanismos culturais que operam neste sentido.

Todavia, o jornalismo é atividade complexa com contradições. Dessa forma, também é um espaço de narrativas que questionam a validade de regimes de gênero e sexualidade ao desenvolver encontros e diálogos que expandem sentidos e compreensões. O jornalismo se

¹³ O termo cisgênero diz respeito às pessoas cuja identidade de gênero está em concordância com o gênero designado em seu nascimento.

¹⁴ Transgênero diz respeito àquelas que foram designadas com um gênero ao nascer e não se identificam com ele. Logo, há mulheres com vagina, pênis ou intersexo e homens com vagina, pênis ou intersexo.

¹⁵ A partir de uma leitura de Judith Butler, abjeção é a posição de exclusão resultante de todo e qualquer grau de normatização de corpos. A condição de legitimar determinadas práticas, experiências e existências culmina na produção de excluídos.

relaciona como espaço de interlocução de saberes e de mediação de singularidades. É a esfera crítica que chama à cena, que desconfia, que constrói cumplicidade com os protagonistas.

Mulheres que se relacionam com outras mulheres e que constituem famílias. Homens e mulheres que reivindicam seus gêneros socialmente. Pessoas que reconstroem seus corpos. Homens e mulheres que têm experiências sexuais com outros gêneros ou que montam novos arranjos afetivos para além do enlace a dois. Estes são alguns dos deslocamentos, das contradições e das descobertas que os seres humanos fazem e buscam nas vivências de gênero e da sexualidade, histórias que são e serão documentadas pelas narrativas da vida, entre elas, as produções jornalísticas.

Entende-se que as LGBT têm força para contestações da normalidade e da hegemonia a partir de trajetórias, subjetividades e desbravamentos. O diálogo social é uma ferramenta para que se lance novas pedagogias para a relação corpo-sexualidade-gênero.

O Signo da Diversidade (ou da Relação¹⁶) pode ser desenvolvido pelos jornalistas como uma capacidade de mediação social, um movimento de encontro com o Outro, de compreensão, afeto e reconhecimento da dignidade humana das pessoas LGBT.

O que se buscou nesta pesquisa foram apontamentos propositivos em torno de um jornalismo que se quer mais cúmplice dos protagonistas sociais que contestam estruturas de gênero e sexualidade.

Diante deste objetivo geral, como objetivos específicos traçou-se:

- Verificar como as visões de mundo do jornalista afetam as construções de sentido dadas ao gênero e sexualidade nas narrativas.
- Reconhecer o perfil e as estratégias solidárias de jornalistas compromissados com os Direitos Humanos e com a dignidade e com o empoderamento da população LGBT;
- Refletir sobre o potencial de uma outra história social, traçada por jornalistas que combatem a desigualdade e a diferenciação intolerante, que dão voz às pessoas LGBT e espaço aos novos sentidos de corpo, gênero, sexualidade, afeto e desejo.

¹⁶ O **Signo da Relação** é uma proposta de Medina (2006) em contraponto à gramática científica do signo da difusão, isto é, a relação sujeito-objeto precisa ser subvertida pela relação sujeito-sujeito. Na primeira, há o predomínio de valores como a busca da verdade e da comprovação de dados por meios técnicos, instrumentos tecnológicos e fontes legitimadas de poder. O signo da relação propõe o exercício de uma gramática dialógica para perceber e exercer o ato de estar afeto ao Outro, que é detentor de saberes alternativos e não legitimados.

Os horizontes de uma mediação social mais complexa e que alarga os sentidos de gênero e sexualidade, dentro do jornalismo, encontram substância na reportagem. A práxis jornalística ancorada estreitamente na capacidade de ecoar informação à sociedade, com velocidade e qualidade técnica, vem resultando unicamente em frustração e em uma mediação preconceituosa e unidirecional de classes e setores sociais hegemônicos. A comunicação social não se realiza quando não há significação social e humana de forma complexa e ativa.

Entendo que

Uma narrativa se humaniza na contaminação intuitivo-sintética com a subjetivação. Estar afeto aos protagonistas e à cena que eles tramam demanda um exercício constante de despoluição da consciência racionalista que tudo instrumentaliza. (MEDINA, 2003, p. 141)

Medina (2003) elabora a reportagem como uma composição autoral de compreensão do Outro, das interações entre sujeitos, de uma narrativa permeável pela cena viva e seus protagonistas. Dessa forma, a reportagem oferece:

- Aprofundamento intuitivo-sintético: sensibilização e subjetivação por meio da articulação entre escuta e fala dos protagonistas e contato com as raízes históricas e contextuais;
- Aprofundamento lógico-analítico: mobilização da racionalidade para delinear diagnósticos e prognósticos, etapa que envolve consulta as fontes especializadas;
- Aprofundamento motor-operacional: via estratégias de trabalho de campo, participação-experiência e intervenção do redator e do editor.

A jornalista Patrícia Patrício (2007), em sua tese *Na ilha do boi de pano: uma reportagensaio para além do dogma da objetividade jornalística*, defende que a reportagem opera na costura equilibrada entre normalidade (adequação às técnicas e normas), objetividade (senso e desejo de precisão), intersubjetividade (diálogo solidário) e subjetividade (autoria e criação).

Dessa forma, adota-se a reportagem como instrumento maior do jornalismo em termos de profundidade, precisão, conhecimento e extensão das técnicas de mediação social. É por meio dessa modalidade que o jornalismo se propõe a perpetuar panoramas e uma compreensão mais ampla do mundo contemporâneo.

Já o instrumento de ampliação da reportagem, o livro-reportagem encontra elos entre o livro e o jornalismo que não são de hoje, refletem interfaces e encontros da Literatura e da produção

jornalística interpretativa, investigativa ou romanceada. Contam tanto a história da Literatura quanto do jornalismo quando se rememora a trajetória de escritores-jornalistas como Machado de Assis, Euclides da Cunha e João do Rio. Do romance realista ao *novo jornalismo*, quando se preza a tessitura da vida por meio da observação-experiência, o livro torna-se o suporte de prestígio da reportagem e do jornalismo.

A tessitura da contemporaneidade e de fatos não-ficcionais são a matéria-prima do livro-reportagem, produção cultural de prestígio crescente tanto no meio acadêmico quanto no mercado editorial. Para Edvaldo Pereira Lima (2009), o livro-reportagem é uma produção de excelência do jornalismo, trata-se da ampliação da reportagem por dispor de informações, interlocutores, subsídios e técnicas mais abrangentes do que as aplicadas no noticiário comum.

Em outras palavras, caracteriza-se pela autoria e pela liberdade de produção na pauta, na pesquisa e na elaboração textual. É neste suporte, que teóricos do jornalismo defendem que se alcança uma aproximação do repórter com as funções do sociólogo, do historiador e do etnógrafo com a qualidade narrativa do escritor.

Dessa forma, entende-se o livro-reportagem como uma peça obra-prima do jornalismo. Portanto, diante da valorização dessas narrativas como captadoras da vida social e como ampliadoras da consciência humana e do pensamento complexo, adoto para a pesquisa de mestrado a seleção de reportagens em livros que tematizam as identidades LGBT brasileiras.

Na busca por livros-reportagem sobre pessoas LGBT, o primeiro desafio encontrado foi o de peneirar obras dentro de um mercado editorial brasileiro amplo e cada vez mais variado em títulos e gêneros literários.

O mercado editorial de livros sobre diversidade de gênero e sexualidade não detém nenhuma sistemática de classificação que possa precisar o número de títulos em circulação. Todavia, é recorrente a circulação de categorias como “literatura gay”, “literatura homoerótica”, “literatura LGBT”, bem como a movimentação do mercado livreiro em proporcionar prateleiras com autores e livros cuja vida e escritura são de alguma forma classificados em uma produção literária da não-heterossexualidade, bem como o envolvimento de uma cidadania via consumo que cria selos editoriais ou editoras para produzir e circular narrativas sobre ou produzidas pelas LGBT.

Um marco brasileiro para a literatura dos gêneros e sexualidades dissidentes é a obra de Adolfo Caminha, *O Bom crioulo*, de 1985. Obra naturalista que aborda o envolvimento afetivo-sexual

dos marinheiros Amaro e Aleixo. Caminha lançou-se em uma narrativa com relatos de sexo inter-racial e de envolvimento de dois homens em pleno ambiente militar. Uma coragem desbravadora que foi recebida pela crítica e pelo público da época como um escândalo.

Contudo, apesar do escracho e pudor com que tais obras são recebidas, a tessitura e a autoria movem diferentes escritores a repetir a temática LGBT no Brasil: João do Rio, Mário de Andrade, Jorge Amado, Guimarães Rosa, Caio Fernando Abreu, Aguinaldo Silva, Cassandra Rios e João Silvério Trevisan são alguns exemplos, de diferentes contextos e períodos, que abraçam narrativas que expandem de alguma forma as noções de corpo, gênero e sexualidade.

Dessa forma, o interesse temático da pesquisa conduziu ao encontro, de forma aleatória, com três livros-reportagens sobre dinâmicas e experiências da população LGBT. É importante notar que a definição dos títulos, apesar de aleatória, traz uma predileção por reportagens contemporâneas, de mulheres jornalistas que se interrogavam sobre temas, ideias e noções sobre vivências de gênero e sexualidade que apesar de relevantes socialmente para serem contadas pelo jornalismo diário não recebem o devido tratamento da imprensa de grande alcance.

Elas buscam retratos mais orgânicos, subjetivos e afetivos da transexualidade, da visibilidade lésbica e das relações entre homossexualidade e religião. Temáticas que geram curiosidade social e das quais as jornalistas não abdicaram de assegurar representações solidárias.

Entendemos que a representação midiática das LGBT não é necessariamente positiva quando há visibilidade da identidade de gênero ou da orientação sexual. Discursos que caminham pela exaltação à tolerância para com as LGBT ou que tendem a reproduzir, por uma ótica heteronormativa, valores para as populações LGBT tendem a uma forma reducionista da diversidade sexual, uma diferenciação, que é tão perigosa quanto os discursos de ódio para com as LGBT, vez que acabam por incitar a violência.

O gesto da alteridade do comunicador social, principalmente do jornalista, caminha pela sofisticação narrativa de forma que se evite o “critério da normalidade” e a “hierarquização de corpos por premissas ideológicas”. De forma que a compreensão do Outro reflita uma complexidade da desigualdade, dos processos de diferenciação social e da lógica das discriminações, ao mesmo tempo em que se considere a experiência, a capacidade de agência e os distintos usos que o sujeito faz de sua história em curso.

Na pesquisa em jornalismo, é fundamental a experimentação para ir em direção a um jornalismo mais relacional como gerador da narrativa da sociedade contemporânea. Sodré (2010) aponta

que a pesquisa jornalística não pode passar ao largo das transformações que reconfiguram a prática jornalística. No contexto atual, a informação jornalística é articulada por um homem-mídia (SODRÉ) que atua na intervenção e participação dos discursos circulantes para além do lugar clássico do receptor.

Dessa forma, encontra-se em uma proposta de metodológica qualitativa e composta por diferentes meios de compreensão a esperança de se alcançar um diálogo em torno da geração de sentidos de estar afeto às pessoas LGBT e ao retrato de vulnerabilidade social que esta população vivencia. Propõe-se uma leitura cultural (MEDINA, 1991) da reportagem, do exercício do Jornalismo e da Comunicação por meio das seguintes formas de análise dos livros-reportagem selecionados:

- 1) Leitura cultural das tendências da narrativa da contemporaneidade:

As reportagens foram lidas, tendo em vista, o protagonismo (perfis, histórias de vida), os contextos sociais, as raízes histórico-culturais e os diagnósticos-prognósticos das fontes especializadas, conforme ilustra a proposta da professora Cremilda Medina, em *A Arte de tecer o presente* (2003), de elementos para um jornalismo que promova o signo da relação (2006).

Na obra *Povo e Personagem* (1996), Cremilda Medina traça um significativo paralelo entre Literatura e Jornalismo por meio de um ensaio que se debruça intimamente no estudo do Mito, da Cultura e da Sociedade. Após percorrer e mergulhar nas literaturas de língua portuguesa, a autora é surpreendida pelo papel simbólico da narrativa de trazer a voz profunda dos povos, os símbolos e as condições ancestrais que reatualizam a condição humana.

Entre os apontamentos da obra encontra-se a prática da Leitura Cultural, uma dimensão de análise da criação do Romance e da Reportagem para além dos estudos das técnicas literárias e jornalísticas. A partir de um arsenal da Teoria Literária, Medina aponta a Leitura Cultural como uma matriz de compreensão dos esforços humanos (da sensibilidade autoral e da expressão cultural) para a autoria da mediação social.

A Leitura Cultural se dá por etapas de averiguação do ato da escrita e dos desdobramentos da codificação jornalística. É uma possibilidade metodológica que com rigor, mas sem a força restritiva de uma metodologia reducionista e simplificadora, averigua como se dá a ação narrativa do autor cultural.

Portanto, verificou-se as principais características das reportagens, por meio de um registro descritivo da construção de sentidos, bem como por meio da interpretação da profundidade dada

a uma matriz de indicadores da qualidade autoral do jornalista, em síntese: como se dá a responsabilidade social nas mediações; se a narrativa é cúmplice da polifonia; como se dá a abertura à visão complexa, à sensibilidade intuitiva e à solidariedade com a circunstância humana; o uso interdisciplinar do conhecimento para operar o Diálogo Social; e a sintonia entre o sujeito-repórter e o sujeito-protagonista social de modo a se consagrar uma autoria coletiva que alcance o sujeito-leitor.

A interpretação das narrativas jornalísticas busca encontrar as precariedades do relacionamento jornalista-protagonista LGBT, bem como decodificar a transposição do ato de encontro e vivência com as LGBT em uma narrativa de cosmovisão sobre a diversidade. Trata-se de reconhecer o esforço de tessitura das autoras e a cumplicidade desenvolvida na leitura cultural dessas jornalistas. Preocupa a fonte de sensibilização e o refinamento na visão de mundo que a reportagem assume. O produtor da informação coletiva elabora tais diretrizes no ato jornalístico já que “ao desembocar no ato expressivo, mobilizam-se a competência de narrador, fluência e regência de vozes; precisão, coerência e polissemia sintética da palavra-revelação” (MEDINA, 1996, p. 33).

2) Entrevistas: diálogo com as jornalistas-autoras:

Por meio de entrevistas em profundidade, nesta etapa de diagnóstico, optou-se por destacar as estratégias profissionais de estruturação da narrativa, bem como a compreensão e a atribuição de significados em torno das sexualidades, gêneros e demais dimensões de diferenciação que as jornalistas buscavam.

Foram alvo dos diálogos as questões de cidadania e de superação das fronteiras sexuais e de gênero, bem como o método de construção da reportagem caminhando da gênese temática, pelas etapas de apuração (pesquisa, documentação, entrevista, observação e checagem), construção do texto (linguagem, estrutura, formato, contextualização e verificação), edição, até a publicação e percepção do debate social. Foi fundamental ainda navegar em torno da identidade autoral e das trajetórias profissionais das jornalistas, tendo em vista que na rotina jornalística e no processo de elaboração do livro-reportagem, é fundamental a autoria.

Com as etapas metodológicas, pretendeu-se, portanto, por em questão os enquadramentos hegemônicos feitos por boa parte das práticas comunicacionais, assim como estabelecer possíveis caminhos para a transgressão, a perturbação, a intuição criativa e a transformação jornalística. Debater uma comunicação que incita novas questões, novos diálogos, que se faz afetada pela outra história que as pessoas LGBT propõem para os nossos corpos.

3) Diagnóstico e prognóstico por meio dos Estudos Queer

As minorias sexuais tornaram-se multidões. Queer diz respeito à justaposição de posições de vulnerabilidade e identidades sexuais (feministas, homossexuais, transgêneros e intersexuais) que resistem ao processo de produção de corpos "normais". A produção da subjetividade sexual para além dos dispositivos biotecnológicos é uma defesa dos queer. Preciado (2011) esclarece que os movimentos e as teorias queer respondem por meio de estratégias pós-identitárias capazes de tomar um novo valor político aos corpos: a diversidade.

Corpos deixam de ser identificados de uma forma natural (homem ou mulher) e por práticas sexuais (heterossexual, bissexual, homossexual). O que está em jogo é uma virada epistemológica que desvia subjetivações sexopolíticas, isto é, a diversidade apagada por sujeitos políticos do feminismo ou do ativismo gay/lésbico em proveito de identidades representativas que são a voz da luta por igualdade e direitos.

A leitura queer contribui para o combate à integração das LGBT em uma cultura heterossexual. Nesse sentido, os queer estabelecem percepções de diversidade de potências de vida; uma multidão humana de diferenças; a transversalidade e multi-irradiação das relações de poder, bem como uma denúncia do perigo das identidades soberanas e universais para leitura do mundo, seja na produção de conhecimento, seja na elaboração de políticas públicas.

1. DESBRAVANDO REPORTAGENS SOBRE PESSOAS LGBT

A saga de uma ex-agricultora pelo direito de ser mulher em virtude de uma trajetória de transexualidade, a história de brasileiras que batalham pela visibilidade da homossexualidade feminina e os percalços e dilemas de gays em igrejas cristãs. Três exemplos de histórias que foram escritas a partir do caldeirão de experiências, relatos e vivências que as pessoas LGBT têm no contexto brasileiro. Estas foram três narrativas pensadas e arquitetadas por jornalistas na forma de reportagens – o estilo nobre do jornalismo – e que de alguma forma apontam para as conexões entre jornalistas e pessoas LGBT.

Em *O Nascimento de Joicy, Entre a cruz e o arco-íris* e *Muito Prazer – Vozes da Diversidade*, os livros-reportagem onde se encontram essas histórias, para além da semelhança temática, há três obras de autoria de mulheres jornalistas, fruto de um trabalho minucioso de pesquisa e de diálogo com seus interlocutores.

Nesta empreitada jornalística, elas ambicionaram uma escrita de respeito, sensibilidade e complexidade sobre vidas que desviam os códigos de gênero e sexualidade apontados como predominantes.

Se há muitas formas de contar histórias, Fabiana Moraes, Karla Lima e Marília de Camargo César escolheram, à sua maneira, um caminho que as levasse ao devido cuidado com a complexidade de cada encontro, de cada fala, de cada ideia, de cada premissa ou de cada hipótese que emergiu na produção desses livros.

Essa postura ética e de senso jornalístico foi me apontada tanto nas leituras, logo nas primeiras páginas, quanto nas conversas com essas jornalistas-autoras. De forma que desbravar suas reportagens é um manuseio que requer o devido respeito a essa empreitada por elas elaborada, assim como exige de mim sensibilidade crítica e indagações com encantamento sobre narrativas, jornalismo, alteridade e representação.

Como primeira etapa, é necessário pensar o que significa o produto jornalístico elaborado por tais autoras. No livro *Jornalismo Literário: tradição e inovação* (2016), Monica Martinez, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, aponta-nos um importante panorama do fenômeno das narrativas aprofundadas; que para além das disputas em torno de nomenclaturas como jornalismo literário, jornalismo de autor, jornalismo em profundidade, jornalismo narrativo, literatura criativa de não ficção;

remonta a uma sólida tradição de jornalistas-escritores, no diálogo entre Jornalismo e Literatura, que se permitiram a fruição narrativa em contraposição a um jornalismo diário, que apoia-se no conteúdo noticioso, mas repleto de sentidos rasos dos comportamentos humanos.

Segundo Martinez (2016, p. 405), a partir de uma releitura de Edvaldo Pereira Lima (2009)¹⁷, trata-se de uma modalidade de prática jornalística na qual o autor “mergulha na realidade contemporânea para tentar compreender seus mistérios, nexos e sentidos e relatá-los, com seus acertos, suas idiossincrasias, seus paradoxos e suas possibilidades”. Ela acrescenta que essa produção de sentidos se conjuga com a aplicação de técnicas de estilo literário com o objetivo de criar um relato envolvente e que permite a compreensão de um tema ou contexto não-ficcional.

Estamos falando da experimentação de um jornalismo que recupera o prazer de descobrir pessoas, um desejo solidário de compreender o outro, seu contexto, seus modos de ser no cotidiano e de perceber seu lugar no mundo. Uma prática jornalística que se apoia em uma apuração criteriosa, na escuta e na articulação de vozes, em outras possibilidades e técnicas narrativas, na imersão da observação-experiência, na identificação de comportamentos individuais e coletivos e, por fim, na noção de uma marca autoral¹⁸.

Como obras narrativas, os livros-reportagem, portanto, estão para além do mero discursivo informativo ou de difusão. São o suporte no qual se emprega, por excelência, novas técnicas e estratégicas não experimentadas na tradição profissional do jornalista. Dito de outra forma, é o suporte por meio do qual se concretiza uma abertura a outras capacidades além da gramática jornalística tradicional, a qual está amparada no arsenal tecnológico.

Edvaldo Pereira Lima (2009) esclarece que o livro-reportagem pertence ao mundo do jornalismo, mas que transcende as práticas jornalísticas das redações dos veículos periódicos. Para Lima, trata-se de um meio multidisciplinar de comunicação capaz de incorporar elementos do Jornalismo, da Literatura, da Antropologia, da Sociologia, da História e da Psicologia. No entanto, é, sobretudo, um meio de narrar histórias e registrar marcos desafiadores de nosso

¹⁷ Monica Martinez constrói um diálogo com a obra *Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do Jornalismo e da literatura*, de Edvaldo Pereira Lima, lançada originalmente em 1993 e considerada até hoje como um texto fundamental para se pensar as aproximações históricas do Jornalismo com a Literatura.

¹⁸ Cremilda Medina (2014) nos traz a ideia de uma assinatura coletiva para o jornalismo. O jornalista quando desenvolve uma estética autoral é responsável por uma escrita rigorosa, sutil e solidária que transpira a coletividade. Trata-se de um escritor que faz uso de narradores para sustentar a narrativa da contemporaneidade.

tempo específico já que se lança a uma dimensão contextual ao ampliar fatos, situações e ideias de relevância social.

[...] O livro-reportagem cumpre um relevante papel, preenchendo vazios deixados pelo jornal, pela revista, pelas emissoras de rádio, pelos noticiários da televisão, até mesmo pela *internet* quando utilizada jornalisticamente nos mesmos moldes das normas vigentes na prática impressa convencional. Mais do que isso, avança para o aprofundamento do conhecimento do nosso tempo, eliminando parcialmente que seja, o aspecto efêmero da mensagem da atualidade praticada pelos canais cotidianos da informação jornalística. (LIMA, 2009, p. 4).

Sobre a autoria, em *A Arte de Tecer o Presente* (2003), Cremilda Medina expõe o livro-reportagem como o espaço narrativo no qual se pode revelar a linguagem autoral. Fora das práticas atrofiadoras, do ritmo alucinante, o jornalista pode resgatar uma autoria que descobre vozes, movimentos e mistérios da relação com o Outro e fundir tais elementos em uma narrativa sedutora. Pode-se ir do jornalismo de difusão ao jornalismo da relação.

Aos olhos de Medina, não se trata de uma prerrogativa do livro-reportagem, mas uma postura de humanização jornalística que pode invadir o jornalismo diário e que encontra forte esboços nas práticas da reportagem no Brasil. Na primeira elaboração de *A arte de tecer o presente* (1973)¹⁹, escrita ao lado de Paulo Roberto Leandro, ambos agruparam um quadro de tendências interpretativas da reportagem: o aprofundamento do contexto, a humanização do fato jornalístico (protagonismo), as raízes históricas do acontecimento e os diagnósticos e prognósticos de fontes especializadas.

A partir da linguagem da reportagem brasileira e do aporte de Marx, Freud e Nietzsche, Medina e Leandro esboçam essas quatro vertentes como elementos da tessitura de uma narrativa polifônica (de múltiplas vozes) e polissêmica (de sentidos plurais). Estratégias narrativas para o aprofundamento da reportagem e para o diálogo social com os protagonistas, técnica que foi nomeada como Leitura Cultural, uma vez que o jornalista é visto por Medina e Leandro como um leitor privilegiado da Cultura e da sociedade.

O trabalho de leitor cultural realizado pelo jornalista opera por nuances de interpretação do que se apresenta como signo (decifração do real por meio do místico, da arte e do imaginário), como racional (compreensão das forças que atuam sobre o real) e como fenômeno (reconhecimento da essência, do que está encoberto). Três alicerces que Medina (1973, 2003) reconhece em

¹⁹ O livro, uma edição artesanal com aparência de apostila, condensa um olhar sobre a reportagem tecida no Brasil dos anos 1970. A partir de uma perspectiva mais racionalista e por meio de um conjunto de textos publicados em jornais brasileiros, Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro traçaram as características da reportagem interpretativa.

reportagens brasileiras, tanto em livros quanto em periódicos, que alinhavam contextualização contemporânea, consistência histórica, desvendamento dos protagonistas anônimos e postura pluralista nas fontes especializadas.

Apesar de equipados por uma racionalidade decifradora, as tendências e nuances interpretadas analiticamente em *A arte de tecer o presente* (1973) já indicam um desejo de inovação no ato da reportagem por meio da avaliação dos alicerces da estrutura narrativa. Contudo, a obra também desnudava um interesse por um jornalismo mais responsável, competente, envolvente e afetuoso. Operação que rendeu a Cremilda Medina outros desafios de pesquisa: a complexidade (dimensão ética a partir de Edgar Morin), a afeição (dimensão técnico-sensorial a partir de Luis Carlos Restrepo) e a poética (dimensão estética com forte inspiração e desenvolvimento no campo das Artes).

Mais recentemente, Jaqueline Lemos Martins (2016) desbrava, por meio da tese *O autor e o narrador nas tessituras da reportagem*, outra noção fundamental para a leitura da reportagem: a potencialidade do narrador, a possibilidade do jornalista, enquanto autor, compor narradores em suas reportagens, os sujeitos da história que conduzem e alinham os acontecimentos.

Para Martins, distintos sujeitos podem ser mobilizados na narrativa de uma reportagem. Contudo, a experimentação do foco narrativo é muitas vezes podada pela perspectiva hegemônica do narrar com distanciamento, neutralidade e objetividade. Tradição amplamente difundida e ancorada na primazia das técnicas profissionais e que impede uma democratização da narrativa.

[...] o *ethos* hegemônico que sustenta a prática jornalística tradicionalmente cria barreiras para que seja possível identificar efetivamente a existência da separação que existe entre autor e narrador. Na literatura, no campo das artes, o autor ciente da sua *episteme* sabe claramente que ele elabora um sujeito outro para narrar suas histórias. No jornalismo, ainda tateamos a compreensão dessa questão (MARTINS, 2016, p. 103)

Dessa forma, a noção de narrador coopera para a compreensão de que a narrativa realinha a realidade. Tal reelaboração do real pode ser resultante de estratégias clássicas ou mais criativas arquitetadas de modo a articular vozes, visões e experiências de mundo, e que por fim, caminham rumo ao diálogo com o outro – o exercício social da alteridade.

As imbricações entre a narrativa aprofundada, a estrutura do livro-reportagem, o papel do autor e a criação do narrador, coloca-nos a par do terreno no qual a produção das jornalistas aqui estudadas se ancora. Ajuda-nos a ensaiar uma investigação sobre a ação humana que organiza e dá sentido aos modos de ser e se expressar do Outro (a definição de narrativa para Cremilda

Medina, 2003, p. 47), a arte humana de elaborar uma narrativa possível entre tantas outras narrativas possíveis.

Se o exercício do jornalismo, por um viés das ciências positivistas, formulou uma prática e uma linguagem marcada pelo desejo de imparcialidade, eficácia e objetividade com um caráter epistemológico de apreensão das dinâmicas do mundo. A reflexão dos textos jornalísticos aqui colocados possui um viés diferenciado, os problemas e as potencialidades da mediação social serão, portanto, de outra ordem no universo narrativo.

1.1. O dever da reportagem

Para começar a compreender os impulsos e as estratégias adotadas por jornalistas que empreendem narrativas sobre pessoas LGBT, é necessário estabelecer reconhecimentos sobre o que as tornou afetadas pela pauta. O que motivou a comunhão dessas jornalistas com histórias de vida de pessoas LGBT.

O mistério ou o encantamento geralmente desencadeia a pauta. A intuição criativa surge de um alarme disparado pela curiosidade, pela ignorância, pela investigação de uma inquietação pessoal, por meio de um questionamento ou cena do cotidiano. Em comum, as pautas nascem de uma força, de um impulso ou de uma interrogante que se expande e rompe o olhar comum, o conhecimento estabelecido e a aparente normalidade do caos. Trata-se de um processo de inquietude que move o repórter à ação da reportagem.

Em *O Nascimento de Joicy*, Fabiana Moraes aponta para várias transmutações que a impulsionaram neste trabalho como repórter. Primeiramente, a elaboração da série de reportagens publicada em abril de 2011, tanto na edição imprensa quanto *online* do *Jornal do Commercio*, periódico de Recife (Pernambuco). As reportagens tinham por tema a história de Joicy Melo da Silva, mulher transexual de Alagoinhas (agreste de Pernambuco), e partiram do desejo de compreender o que leva pessoas transexuais a procurarem o serviço público de saúde para adequar seus corpos. A reportagem tematiza, portanto, um rito de transição de gênero, do documenta do início ao fim, do desejo às dores.

No meio de calças jeans justinhas, cintos com tachas, vestidos floridos e sandálias altas, uma se destacava [...] (MORAES, 2015, p. 33)

E aí chegamos a Joicy. Não usa maquiagem. Não gosta de usar vestido. Não tem cabelo comprido. Na verdade, está ficando careca, coisa de quem vai fazer 51 anos de idade. Sua aparência sugere que ela ainda está engatinhando para

mostrar socialmente a mulher que é – e, principalmente, para deixar para trás o agricultor que sempre foi. [...] (p. 34)

Mas, se a imagem estereotipada da mulher ideal não se aplicava a Joicy, ela era, em meio às outras oito mulheres não biológicas repletas de curvas e de batom, a única a ter o diagnóstico de distúrbio de identidade (assinado pelo psiquiatra Roberto Faustino), assim como os dois anos de terapia (com a psicóloga Inalda Lafayette). (p. 35)

Joicy é uma cabelereira quase careca, de corpo musculoso, que não se encaixa nos signos sociais de feminilidade, mas que ao mesmo tempo era a próxima pessoa apta a passar pelo processo cirúrgico de readequação genital (neovaginoplastia) no Hospital das Clínicas do Recife. E que, depois, tem sua história contada em um livro-reportagem com relatos de sua vida pós-reportagem.

Uma matéria sobre transexualidade? A ideia surgiu e foi encampada na redação do jornal, mas se transmutou na cena viva da fila do Hospital das Clínicas, na Zona Oeste de Recife, em outubro de 2010. Lá Fabiana encontrou nove mulheres sem útero e ovários, sem clitóris e vaginas, à espera da marcação da cirurgia. A próxima a ser operada seria convidada a contar sua história. A causalidade fez com que fosse Joicy, após a desistência de Sandy.

[...] queria acertar com ele a minha presença constante ao lado de uma paciente sua –, mas, óbvio, era algo de que mais cedo ou mais tarde eu precisaria me inteirar. Ele não viu nenhum problema em meu acompanhamento e foi simpático em todos os nossos (poucos) encontros. No entanto, uma pergunta sua em nossa segunda conversa me surpreendeu:

— Por que você escolheu logo Joicy? Há outras transexuais aí com a aparência mais feminina, seria bem melhor.

— Mas Joicy não é mulher? Não é a próxima a ser operada pelo senhor?

— Sim, mas é uma paciente difícil, não tem as características mais femininas, é um pouco embrutecida, ignorante.

Em vez de me desencorajar, o cirurgião terminou me instigando ainda mais: afinal, pensei, o que exatamente nos transforma em mulheres? Brincos, batom, vestidos? Por que em Joicy o feminino era questionado ao não se associar elementos decorativos mais comuns relacionados às mulheres? (p. 95)

É possível perceber por esse excerto que a ideia pronta de uma pauta se desfez. Joicy se impõe como protagonista da reportagem desde o primeiro contato. Ela nos faz repensar o que é o gênero e seu aparato. O que é ser mulher? A pauta foi transbordada pela perspectiva de evidenciar a construção social de gênero. Para além de um relato com perspectiva sobre o Outro, a transexual de vestido, cabelos compridos, unhas pintadas, com brincos e maquiada, que necessita da legitimação de um processo cirúrgico, a reportagem passa a investigar o gênero e

a dialogar com todos nós. É Joicy quem nos faz refletir sobre as performances que realizamos em torno do reconhecimento de nossos gêneros.

Da mesma forma, a jornalista Karla Lima encontrou a ideia de seu trabalho pelo desenrolar de um projeto anterior. No início de seu livro-reportagem *Muito Prazer – Vozes da Diversidade*, ainda na introdução, Lima apresenta os motivos que a guiaram a tecer uma série de histórias de vida sobre a visibilidade lésbica no Brasil. A jornalista-autora perfilou 23 pessoas, em 20 histórias. Há quem que se declara lésbica desde a infância, outra que passou a ter um relacionamento com uma mulher após três maridos, outra que se sente, eventualmente, bissexual, há quem adota uma identidade sexual como resposta política e quem abdica de identificações para a atração física e afetiva, há ainda, mulheres heterossexuais que contribuíram para a visibilidade lésbica.

Lima é responsável por um painel de vozes que, além das orientações sexuais, mescla pessoas de diferentes localidades, gerações, profissões, classes sociais, crenças religiosas e inclinações políticas. Um panorama que surgiu por meio de um caderninho com anotações de temas para livros-reportagem após a impossibilidade de dar prosseguimento a um projeto de contar a história da noite GLS²⁰ de São Paulo.

[...] mantive o foco em figuras femininas e ampliei o escopo: de “visibilidade lésbica”, meu tema passou a ser “mulheres de qualquer orientação sexual que fazem a diferença em prol de lésbicas”. A premissa se mostrou correta. A despeito do que nos une, entre as entrevistadas e entre elas e mim existem todas as diferenças, assim como entre as que concordaram em participar e as que recusaram o convite. (LIMA, 2013, p. 17)

No entanto, a proposta da jornalista foi novamente afetada pelo dinamismo da reportagem e do cotidiano investigativo do repórter. A premissa de localizar histórias de mulheres ligadas à promoção da identidade lésbica, bem como a visibilidade política da questão sexual, estava conectada à ideia de dialogar com atrizes, cantoras, atletas, jornalistas e empresárias.

Todavia, as negativas, os silêncios, os sumiços e as desistências, muitas vezes, inexplicadas de muitas das protagonistas da visibilidade lésbica nos últimos 30 anos (desde a primeira manifestação promovida por mulheres em um ponto de encontro lésbico em São Paulo, o Ferro's Bar) impulsionou Karla Lima a encontrar perfiladas que não fossem tão famosas ao

²⁰ GLS foi uma sigla com o significado de “gays, lésbicas e simpatizantes”, amplamente difundida nos anos 1990, como forma de designar espaços de aceitação e respeito com pessoas homossexuais. Era usada para definir espaços, produtos, serviços e locais destinados ao público homossexual. O termo com cunho mercadológico foi criado pelo empresário André Fischer, do portal e festival de cinema MixBrasil, e amplamente difundido pela mídia e pelo senso comum como mais uma sopa de letrinhas sobre o movimento de diversidade sexual.

grande público. A homossexualidade de figuras públicas deu lugar a outras experiências de vida que não necessitam de validação da opinião pública, mas que possuem o devido reconhecimento de outras mulheres pela ousadia no amor, na libido e na vida.

Nós, que prestigiemos seus espetáculos e programas de entretenimento, suas competições e plataformas políticas somos, sim, um grupo que ainda luta por direitos. Todas as atitudes afirmativas importam e cada voz que engrossa o coro é bem-vinda. Mas nossa legitimidade não depende de aval.

Este livro apresenta a história de mulheres, que pelas mais variadas razões, batalham em favor das lésbicas. Anonimamente e aos pouquinhos, ou fazendo uso de sua notoriedade e alcance, elas contribuem todos os dias pela diminuição do preconceito, pela valorização do que é heterogêneo, para tornar o país mais inclusivo, a sociedade mais justa e a vida mais divertida. (Idem, p. 19)

Por fim, o trabalho *Entre a Cruz e o Arco-Íris*, de Marília de Camargo César, teve sua pauta originada de uma inquietação pessoal da jornalista e do silêncio de muitas religiões sobre um tema que aflora na política e no cotidiano. Como Karla Lima, Marília é uma jornalista que de tempos em tempos recorre a projetos editoriais. Ela foi autora dos livros *Feridos em Nome de Deus* (2009) e *Marina: a vida por uma causa* (2010), a biografia da ex-senadora e líder ambientalista Marina Silva. Após esses projetos, Marília abriu espaço para o desejo de efetivar um debate cúmplice e maduro sobre sexualidade em contextos de fé e religião, no caso, nas igrejas cristãs – tanto católicas quanto evangélicas.

Para a jornalista, é clara a diferença entre não se debater publicamente a sexualidade e não se praticá-la. Dessa forma, ela parte de leituras da Bíblia, de sua formação pessoal protestante e do confronto com seus próprios preconceitos para adentrar em uma investigação sobre o lugar que o debate sobre cristãos gays ocupa no vínculo institucional religioso, no pensamento dos pastores, da comunidade cristã e nos ensinamentos bíblicos.

Embora muitas das histórias que encontrei sejam de pessoas vitimizadas, nunca foi minha intenção apresentá-las como vítimas em busca de compaixão. Como jornalista, o objetivo deste trabalho é expor um quadro da situação dos homossexuais cristãos brasileiros e mostrar como as igrejas, os teólogos, a psicologia, a ciência e a política estão tratando essas pessoas. Ou como estão se omitindo em relação a elas. (CÉSAR, 2013, p. 26)

Foi essencial confrontar meus próprios preconceitos. Embora minha formação cristã protestante reformada me leve a crer que o plano original de Deus para a humanidade esteja fundamentado no relacionamento entre um homem e uma mulher, e desses dois indivíduos com o seu Criador, era necessário buscar em mim os vestígios da homofobia internalizada e da intolerância, além do desejo oculto de responder à pergunta que, para muitos cristãos, vale um milhão de

dracmas: será que para salvar uma alma é necessário convertê-la à heterossexualidade? (Idem, p. 26)

Nos três exemplos, a pauta marca a posição que a jornalista adotará em seus encontros com os protagonistas sociais. A dose de envolvimento, de curiosidade, de investigação e de vinculação afetiva ao tema. Trata-se de um planejamento de como o autor irá se envolver na apuração e envolver o leitor na narrativa. Neste momento, o jornalista opera com o devir da reportagem por meio do lugar que será assumido por ele/ela na interpretação e na construção simbólica dos dados coletados, na escuta do Outro e na criatividade aplicada à composição do texto.

1.2. A essência do repórter

Apesar do desejo de subjetividade, complexidade e profundidade narrativa, Fabiana, Karla e Marília elaboraram seu lugar como jornalista (e a fidelidade a esta posição) nos primeiros passos da reportagem. Nas reportagens aqui apontadas, as jornalistas se configuraram como uma antropologista, uma documentarista e uma investigadora, respectivamente. Usaremos dessas essências profissionais como forma lúdica de compreender a posição adotada por cada jornalista, ou seja, seus perfis e estilos profissionais como estratégias ativadas no momento de pensar, coletar e articular todos os elementos que armam a estrutura da reportagem.

A posição dos sujeitos jornalistas pode ser descrita dessa maneira em virtude de como se dá o encontro com o Outro e quais estratégias foram concebidas para que a prática jornalística fosse mais afeita à alteridade, ao encontro, à escuta e ao reconhecimento do protagonista anônimo.

A primeira delas aposta em uma prática de imersão relacional. Fabiana Moraes é socióloga graduada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ela trabalhou como repórter especial do *Jornal do Commercio* e, atualmente, é professora no curso de Comunicação Social da UFPE. Nos momentos de aproximação com a cabelereira Joicy, a quem Fabiana Moraes acompanhou por quatro meses, ela estava elaborando seu trabalho de doutoramento e conciliava a universidade com o ofício diário de repórter.

A narrativa composta por Moraes é sustentada por uma linguagem de mergulho na perspectiva do Outro. A jornalista emprega diálogos e a construção de cenas, neste caso, os leitores experimentam a ação e a vida da transexual. Reconhecemos os mais vastos âmbitos da vida de Joicy de modo que ela se configura como alguém muito próximo e caro ao leitor da reportagem.

A reportagem foi vencedora do Prêmio Esso de 2011 em virtude do senso crítico, da escrita subjetiva e da exposição das dificuldades do mundo de Joicy. A experiência da Academia e do jornalismo são experiências pertinentes que fundamentaram o método sensível empregado por Moraes na apuração e na narrativa nesta e em outras reportagens. Antes de escrever sobre a vida de Joicy, ela foi responsável pelos livros²¹ *Os Sertões* (2010), *Nabuco em pretos e brancos* (2012) e *No país do racismo institucional* (2013).

O tom subjetivo e de diálogo. O desejo de representar o Outro. Portanto, são marcas da jornalista pernambucana que enfatiza o emprego da proximidade como estratégia entre jornalista e protagonista, ainda que não seja uma prática referendada em manuais de jornalismo ou no cotidiano da redação pelos colegas de imprensa. Os conflitos e a intimidade recheiam o livro-reportagem de Fabiana Moraes, que faz questão de apresentar cada pensamento e cada desconforto que a levam aos próprios limites éticos e profissionais, algo similar ao documentarista Eduardo Coutinho²², cuja preocupação maior em cada obra é posicionar as várias verdades e experiências vividas juntas a uma história.

O livro é dividido em três partes. Na primeira consta a série de reportagens conforme veiculação no periódico. A segunda parte traz as consequências da matéria, as reações de quem foi retratado e a repercussão da história, além dos bastidores da reportagem. Na terceira, discute-se a proposta da autora de um jornalismo de sensibilidade, bem como se discute os limites e as potencialidades da relação jornalista-personagem.

A observação-participante sentida e praticada por Moraes é semelhante aos ensinamentos antropológicos, ao método da pesquisa em Antropologia. Contemplar e incorporar o Outro e possibilitar o registro de si. Essa é a dimensão dada pela reportagem e pela jornalista enquanto alguém que é capaz de ser contaminado e confrontado pelo Outro.

²¹ Os livros da jornalista pernambucana abordam, respectivamente, uma reportagem especial publicada no *Jornal do Commercio*, em homenagem ao centenário de morte de Euclides da Cunha, sobre a vida sertaneja nos dias atuais; outra reportagem especial sobre Joaquim Nabuco e cinco perfis de negros em posição de poder e que mesmo assim lidam com o racismo; e o último é resultado de um projeto com o Ministério Público de Pernambuco e traz um panorama sobre como o racismo se dá dentro do Estado, na educação, na saúde e nos territórios quilombolas.

²² Antes da morte, em entrevista à jornalista Mariana Simões, publicada pela Agência Pública, em 2014, Eduardo Coutinho, ainda em 2011, declarou que tudo o que faz é contra o jornalismo. "Nada que é genérico me interessa. Quero saber das pessoas que eu filmo, só." Ele enfatizou que nas obras jornalística há um alto nível de pesquisa e de intervenção na entrevista. De modo que sua prática passa pela não intervenção, pelo não julgamento do Outro. "Eu não estou lá para mudar as pessoas, eu estou lá para ver o estado do mundo através das pessoas. A partir da relação que eu vou ter com a pessoa, que é o essencial, na qual tudo pode acontecer, pode haver conflitos ou não conflitos". A entrevista com Eduardo Coutinho pode ser lida aqui: <apublica.org/2014/02/tudo-eu-faco-e-contra-jornalismo>.

A segunda prática em *Muito Prazer* é a de um jornalismo que se apega profundamente à representação dos envolvidos. De um narrador que paira sobre os entrevistados no sentido de ouvir suas histórias, que cultiva uma curiosidade e interesse pelo Outro, mas que mantém o objetivo de tecer histórias de vida, de revelar quem o Outro é. Trata-se de um modelo intermediário no jornalismo. Não é o texto tradicional que preza pela objetividade do fato narrado, mas também não é o mergulho da convivência.

O autor se engaja na pintura da condição humana, emprega recursos literários e artimanhas como o cruzamento de informação, as impressões individuais e o diálogo com o entrevistado. Contudo, não é a imersão sem reservas e não é uma crítica da realidade social.

A jornalista Karla Lima foi publicitária e professora. Atua como redatora autônoma e como escritora de obras encomendadas. Desde que se graduou como jornalista em conjunto com a esposa Pya Pêra publicou *Armário Sem Portas*, obra que aborda a vida e homossexualidade das autoras com humor e sensibilidade; *Armário Sem Portas 2*, continuidade do projeto anterior reúne crônicas sobre as situações mais inusitadas que ambas viveram; de autoria solo existe o *Minha Vida de Brinquedo*, romance na voz de uma menina que conta e recria percepções sobre a velhice; e o livro-reportagem *Descobrimo o Islã no Brasil*, a história da religião e a vida dos entrevistados.

A escritora alinha técnicas literárias à prática jornalística para produzir textos com especial atenção à oralidade e ao momento de diálogo com o perfilado. Na leitura dos relatos de vida, para adentrar a realidade da sexualidade feminina, a narrativa produz um efeito de escuta por meio de uma fresta na vida alheia. O leitor é uma presença discreta convidada a ouvir um retrato de vida.

Karla Lima abertamente se inspira no Novo Jornalismo, corrente jornalística que teve alta proeminência nos Estados Unidos desde a década de 1960. Escritores como Truman Capote, Gay Talese e Tom Wolfe são expoentes de introdução, reflexão e construção das técnicas do Jornalismo Literário, assim como a revista norte-americana *Esquire* e *The New Yorker*. O Novo Jornalismo, ou *New Journalism*, possui como prática a intenção de oferecer ao leitor uma reportagem com marcas de envolvimento e emoção como as tramas dos romances. A corrente foi e é debatida em virtude da presença e da integração da ficção às narrativas factuais.

Por fim, o trabalho de Marília de Camargo César possui como base uma perspectiva jornalística calcada no paradigma da objetividade. Isto é, o tom jornalístico da profissional é o de trazer à

tona fatos e informações a partir de uma pesquisa sólida que privilegia especialistas e argumentos coletados em leituras, pesquisas e dados sobre o tema investigado.

Enquanto escrevia *Entre a cruz e o arco-íris*, a jornalista trabalhou como editora-assistente no jornal *Valor Econômico*. O trabalho de reportagem foi conduzido durante dois anos, tendo sido iniciado em janeiro de 2011 e concluído no início de 2013. Na busca de uma atuação com imparcialidade, ela se propõe debater pré-julgamentos que existem quando se articula homossexualidade, relações de gênero e religiosidade.

Nesta empreitada, César encontra múltiplas histórias de pessoas vitimizadas, mas também mostra o que as escrituras sagradas dizem sobre o tema, procura confrontar discursos e a postura que os cristãos adotam em suas comunidades quando há homossexuais cristãos na igreja. Trata-se de um quadro dramático que investiga ainda métodos de cura e terapia da homossexualidade propagados por psicólogos cristãos e o surgimento de denominações “inclusivas” no Brasil, um fenômeno recente que chama atenção pela tentativa de compatibilizar as homossexualidades com a fé cristã (majoritariamente evangélica).

A ideia de investigar o tema do livro surgiu quando inflamaram os constantes embates entre militantes LGBT e evangélicos na mídia. A jornalista confessa que o desejo de compreender as dinâmicas dessa complexa relação se deu antes do surgimento de figuras na política institucional com discurso de oposição à população LGBT. Em 2010, no momento da corrida presidencial, o tema também impactou Marília quando a ex-senadora Marina Silva era então candidata e não soube se posicionar com clareza sobre o direito ao casamento igualitário. Para Marina, o casamento é uma instituição religiosa entre pessoas de sexos diferentes.

Na época da campanha, Marília acompanhava a candidata para escrever o livro biográfico. O resultado foi que o assunto polêmico se tornou uma grande reportagem. Nesta fase, a jornalista estava impregnada de perguntas como: como alguém que é homossexual pode expressar sua fé publicamente? Será que existem muitos evangélicos gays ou esta é uma contradição em termos? Por que, afinal, as pessoas são gays? Elas nascem assim ou são assim socialmente construídas? A homossexualidade é um pecado sem perdão? Existe cura? Como as igrejas tratam os gays que estão em seus rebanhos?

A reportagem foi concretizada por meio de um mosaico de interpretações, curiosidades, pesquisas e opiniões, muitas delas guiadas pelo farol do bom evangelho e do desejo de desenvolver uma maturidade sobre a experiência da homossexualidade. Tudo fruto de um árduo trabalho de leitura sobre o assunto que desembocou, na opinião da autora, nas vozes relevantes

que precisavam ser ouvidas. Dezenas de pessoas são consultadas por Marília, algumas com resistência, porém, a jornalista efetua um recorte que privilegia as histórias mais impactantes e com diferença entre si.

Um elemento importante da reportagem é que o livro foi elaborado para uma editora confessional, que depois o rejeitou. Portanto, é marcada na obra a perspectiva de que o interlocutor de Marília pertence a alguma denominação religiosa ou se envolve com assuntos da fé. Há um diálogo da autora com pessoas semelhantes a ela. Ocorre que, há um tom condescendente com as pessoas LGBT, e pouca dimensão de diálogo sobre o que significa politizar o gênero e a sexualidade. Mesmo assim, o resultado é uma discussão que permite arejar as certezas definitivas de muitos membros das religiões cristãs brasileiras.

1.3. A arte de narrar

Ressaltados o preparo das reportagens e a sintonia do repórter, passamos à leitura cultural, ao ato crítico metodológico elaborado por Cremilda Medina, inspirado no crítico literário Antônio Candido, como instrumento para análise da reportagem e compreensão dos modos de construção das narrativas da contemporaneidade.

A arte de narrar exige do jornalista uma visão complexa, a habilidade de estabelecer uma relação entre Eu e Outro, a regência de vozes e significados e, por fim, a competência de transpor e cruzar tais elementos ao contexto sociocultural.

Os livros-reportagem são interpretados, dessa forma, como obras de expressão cultural e social. Como produção simbólica na qual é possível averiguar o papel do jornalista; subjetividades e experiências de vida; a integração e a relação com o Outro; a mediação com a sociedade.

Como bem explica o colombiano Raúl Hernando Osorio Vargas (2016), trata-se da oportunidade de ensaiar e buscar uma compreensão complexa da capacidade criadora humana. De discutir a potencialidade e os limites da construção da reportagem, de se perguntar como o jornalismo tem sido importante para o desenvolvimento humano baseado no diálogo entre o repórter e os sujeitos sociais em movimento.

Esse caminho implica uma especial atenção aos elementos que alimentam o jornalista-autor e os narradores que cria. Cada reportagem escrita sobre pessoas LGBT, assim como qualquer outra alteridade, é uma aventura de conhecimento, bem como uma intertextualidade com os

discursos que correm pelo mundo disputando o lugar de reconhecimento e sentido dado às vidas de pessoas que ocupam o espaço da diferença.

A arte de narrar, como se sabe, torna perceptível as dimensões do contraditório, do complexo, do plural e do mutável em torno de um fenômeno cultural. No contemporâneo, a reportagem tem “escolhido como noção fundamental a comunicação, na qual as mediações são mensagens em processo, em construção, em experiência, em experimentação” (VARGAS, 2016, p. 118).

O jornalismo enquanto atividade de compreensão dos fenômenos que nos circundam se funda no diálogo das vidas públicas, na possibilidade do encontro e na construção de relações entre indivíduos e sociedade. No processo narrativo de questionamento, verificação, leitura de versões e aprofundamento de sentido. O repórter mergulha no cotidiano, nos problemas sociais, nos dilemas comunitários e, por meio do diálogo possível (MEDINA, 2003), elabora meios de alteridade e de conhecimento. Especialmente quando o jornalismo é exercido como compromisso com o humano.

A narrativa é o método do repórter. As principais contribuições deste método são

Novas percepções e contribuições para a compreensão da contemporaneidade a partir de outras perspectivas, que contribuem para questionar os paradigmas mecanicistas. Pela dialética da escuta recíproca e de se estar sempre aberto ao outro numa experiência liberadora, tornamo-nos capazes de nos abirmos a experiências novas e a formas plurais de narrativas do indivíduo-projeto [...]. (VARGAS, 2016, p. 121)

O que Raúl Hernando Osorio Vargas nos ajuda a refletir é que o jornalismo tem a necessidade do Outro, das conexões e das partilhas que o Outro pode fornecer. No fim das contas, o jornalista contemporâneo precisa captar e sentir a teia de relações da vida, da qual todos são parte inseparável.

Este processo só é possível de ser realizado se o jornalista compreende que ele é um produtor de sentidos, que atua na malha cultural da sociedade, na administração, na renovação e na reestruturação de sentidos. O que não é feito de forma monológica ou por meio de fórmulas técnicas. Como produtor de sentidos, o jornalista também é um mediador deles. O jornalista é um sujeito que se relaciona com outros sujeitos-produtores de significado. Dessa forma, precisa de estratégias de execução da observação, interação, redação e edição em que o signo da relação (MEDINA, 2006) flui e acontece.

Dito isso, é hora de averiguar como as jornalistas-autoras elaboraram as narrativas sobre as pessoas LGBT nos livro-reportagens selecionados, quais foram os sentidos traçados nas

relações com os sujeitos-personagens e com os sujeitos-leitores. Para isso, é preciso investigar o ato presencial (o encontro com os protagonistas), bem como aplicar uma leitura sobre os elementos que compõem a reportagem:

a) A humanização do fato jornalístico (protagonismo)

Joicy Melo da Silva nasceu no dia 22 de novembro de 2010, às 12h30. Pesava 74 quilos e media 1,63 metro de altura. Naquele dia, mais sete partos foram realizados no Hospital das Clínicas (HC), na Cidade Universitária, Recife (PE). O de Joicy foi, sem dúvida, o mais complicado de todos: durou quase sete anos e envolveu uma série de especialistas [...]. (MORAES, 2015, p. 31)

É dessa forma que somos apresentados a Joicy e imersos ao seu mundo. Com uma metáfora sobre o momento da cirurgia de readequação genital da cabelereira, momento culminante dos desejos de Joicy em torno do reconhecimento da sua identidade de gênero. A jornalista Fabiana Moraes a partir daí retrata os encontros com a transexual, a família e os vizinhos de Joicy, as discussões, os dilemas com o poder público, os momentos de vulnerabilidade e de força da personagem. Tudo com uma proximidade e intimidade que deslocam o traço de impessoalidade tão comum às narrativas jornalísticas.

Para Fabiana Moraes, a narrativa jornalística é consequência de tudo o que cerca a vida de quem é alvo da história. Nesse caso, tudo começa em torno das semanas que antecedem a cirurgia e os dias após o procedimento de Joicy. O imaginário familiar e popular, e da própria transexual, é de que a partir dali ela será uma mulher “de fato”. Dentre os principais aspectos da narrativa estão as interpelações que a protagonista sofre, a todo momento, em torno do reconhecimento de seu gênero, o fato de ter que lidar com o apoio de alguns conhecidos e familiares e com a solidão e destrato de outros conhecidos.

Era comum ver as pessoas primeiro se espantando, depois rindo e fazendo troça. Sua cuidadosamente cultivada aparência era tanto seu orgulho quanto, em relação ao outro, sua marca de desprestígio mundano. Uma realidade compartilhada por milhões de gays, travestis e transexuais em todo o mundo. Sentí minimamente esse desprestígio sendo transferido para mim, o que me trazia algum constrangimento, principalmente por 'forçá-la' a passar por aquilo com uma espectadora – eu – ao seu lado. Para Joicy, aparentemente, não havia grandes dramas. (MORAES, 2015, p. 19).

Entre os detalhes captados por Moraes está o fato das mulheres e crianças da cidade respeitarem a transexual mais do que os homens. No entanto, entre as mais de 20 pessoas do distrito abordadas pela repórter, só as crianças reconheciam e se dirigiam a Joicy respeitando sua identidade de gênero.

A descrição densa da reportagem atravessa a interpretação de que o trabalho rural estabelece outras relações de gênero. A roça não produz o “sexo frágil” e não separa os gêneros da mesma forma que a vida urbana. Joicy ao lado dos irmãos teve que abdicar da educação em prol da plantação. Foi criada como um agricultor pelos pais analfabetos. Além da enxada, Joicy também lidou com o trabalho doméstico, experiência que a transexual compreende como um sinal de que todos sabiam que ela queria ser mulher. Ideia que é refutada pela mãe, dona Irene, para quem Joicy nasceu homem e ponto.

Joicy foi ainda eletricista, depois vendedora em mercado, ajudante de bar e cozinheira. Só então se tornou cabelereira. De acordo com Fabiana Moraes, acima de todos os trabalhos, ela era uma especialista em sobrevivência. O reconhecimento da transexualidade foi outra batalha de sobrevivência que ela disputou.

Um dia, ouviu no rádio que poderia tirar o pênis. Resolveu que só faltava aquilo para ser feliz. Foi aí que seu doloroso e demorado rito de passagem começou.

Pegou a moto e foi pela estrada de barro até a Secretaria de Saúde de Alagoinha. Queria saber como fazia para mudar de sexo [...]

Não satisfeita com a conversa, escreveu uma carta para o presidente da República. Foram três páginas contando como vivia, o que tinha vivido, o que queria viver [...]

Passaram-se alguns meses e ela ficou sabendo que, na Secretaria de Saúde de Alagoinha, havia chegado uma carta de Brasília falando do seu caso. Mandavam encaminhar Joicy para um serviço voltado para transexuais. O assunto saiu do gabinete, ganhou as ruas e virou piada [...] (MORAES, 2015, p. 40)

Além da chacota, a transexual não foi encaminhada diretamente ao serviço de cirurgia. Teve que lidar com idas e vindas, com confusões nas explicações, com as distâncias entre os órgãos de saúde e com um entrave no encaminhamento para o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (HC-UFPE). A narrativa expõe os *déficits* do Sistema Único de Saúde (SUS) em lidar com os casos de pacientes com carência e fragilidade emocional, além da especialidade do atendimento de saúde às pessoas transexuais, algo tão urgente e calamitoso quanto.

Dos percalços na vida de Joicy, a reportagem se desdobra para a relação afetiva com o “amigo” Cristiano Dorneles, que acompanha a transexual em apenas quatro dos 11 dias de recuperação cirúrgica. Somos apresentados a uma difícil relação, com a qual a transexual constantemente se desaponta, mas a cultivava ao custear as despesas do rapaz.

Outro momento de vulnerabilidade de Joicy diz respeito ao retorno da cirurgia e ao primeiro diálogo com a mãe, dona Irene, a quem não estava aparentemente pronta para receber. A senhora de 83 anos (com uma saúde sensível) não reconhece a nova identidade de Joicy, que a todo momento tem que explicar a mudança de nome. Da mesma forma, que dona Irene sente que a filha não dá o devido valor a ela, já que a visita é interrompida por uma ligação de Dorneles. Joicy passa a conversar com ele e ignora a mãe, que resolve ir embora.

Por fim, a reportagem alcança ainda o enfrentamento que a paciente passa a ter com os resultados da cirurgia. A situação precária de Joicy a leva a não tomar as devidas providências e cuidados na recuperação, o que resulta no fechamento do canal vaginal. Logo, o sonho de ter uma vida sexual semelhante a qualquer mulher cisgênera não é alcançado.

Ao longo de toda a reportagem, Joicy é apresentada como uma pessoa complexa, que vive múltiplos dilemas: financeiros, familiares, emocionais, físicos e existenciais. É uma mulher transexual que luta pelo reconhecimento de si e por uma vida menos precária. Uma pessoa que queria uma cirurgia e lidou com as diversas fases de tratamento. Contudo, a cabelereira também é afetada por uma situação econômica crítica, vive com rendimentos que não dão conta de suas despesas. Lida ainda com abandonos afetivos e com uma comunidade que não a respeita integralmente.

A partir da primeira parte do livro-reportagem, tomamos conhecimento dessas situações e do retrato de vida de uma personagem com sofrimentos humanos, mas com gerência sobre os fatos que a incomodam. Exemplo disso é o episódio em que tentaram impedi-la de usar o banheiro com o gênero que a contempla. A ação ocorreu no Aeroporto Internacional de Recife. A segurança do local interpretou o corpo de Joicy como masculino em virtude de sua aparência e tentou impedi-la de fazer uso do banheiro feminino. Joicy prontamente abaixou o short e exibiu a vagina como um sinal de que a sociedade deveria respeitá-la como mulher, já que ela havia conquistado o símbolo do feminino. A narrativa cria uma proximidade da jornalista e do leitor com a história de vida de Joicy.

A reflexividade da narradora é a ferramenta principal da segunda parte do livro-reportagem. Enquanto os enfrentamentos cotidianos de Joicy, a luta pela identidade e os questionamentos ao corpo da cabelereira criam empatia e uma possível interpretação de que ela é uma vítima social, a leitura da seguinte obra cria a interpretação de que **as condições de Joicy não a eximem de produzir distanciamentos, desentendimentos, de criar cobranças e de ultrapassar os limites de uma relação jornalística.**

“Joicy, enfim, como todos nós, queria conforto. Queria ser bem tratada” (p. 97). Contudo, a vida dela não se tornou um espaço menos árido em virtude de uma reportagem com repercussão nacional. As expectativas e os sonhos de Joicy se tornaram atritos com Fabiana Moraes. As conversas das duas foram acrescidas de ondas de desgastes e insatisfação mútua.

Minha mágoa era a de que aquela reportagem e o cuidado da equipe com a própria Joicy eram coisas secundárias, e que minha importância se dava apenas no âmbito financeiro. Aquela não era uma leitura errada, mas também não era exatamente justa com Joicy. Eu não podia responsabilizá-la de saída por não conseguir entender as várias dimensões de nossa proximidade. Ao mesmo tempo, aquilo tudo me doía um bocado. (p. 141- 142).

Fabiana dá espaço à solidariedade, algo que está fora dos eixos técnicos do jornalismo. Pela narrativa, reconhece-se os desapontamentos de Moraes, assim como as situações de nervosismo. Porém, também é perceptível que a jornalista marca a aflição na relação com Joicy com a devida percepção de que os comportamentos da transexual se devem às decepções constantes e ao tratamento que ela recebia do mundo diariamente.

Fabiana e Joicy mantiveram uma relação por um período maior do que a reportagem. Houve uma imersão profunda tanto da jornalista na vida da personagem, quanto da protagonista no contato com a jornalista. Ambas saíram transformadas pelas diferenças, pelos encantamentos e pelos atritos da relação.

...

Por outro lado, a tarefa de Karla Lima foi mais árdua no sentido de prestar a devida atenção à complexidade de cada indivíduo que aceitou ser uma personagem do livro-reportagem elaborado por ela. Na obra da jornalista, verifica-se o encontro com 23 vozes, um grupo grande de mulheres que trazem relatos diversificados sobre a vida e a vivência da lesbianidade no Brasil.

Os relatos passam por uma gama de perspectivas. Um verdadeiro exercício de alteridade, no qual a jornalista elabora quadros de vida e, em alguns casos, alcança com subjetividade profunda a missão de apresentar os diferentes arranjos que uma construção identitária possibilita e os modos como o cotidiano desmancha certas interpretações e modelos de sexualidade.

A narrativa de Karla Lima é uma proposta e um ensaio de jornalismo que celebra vidas. O intuito dela é dar visibilidade ao fato de que gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais

podem ser pessoas com histórias positivas, ser profissionais bem-sucedidos, ser bons cidadãos, constituir modelos de família respeitáveis e admiráveis.

Com tal meta, Karla Lima abre espaço para depoimentos como

Cristina Prochaska tinha 16 anos de experiência como atriz quando Gilberto Braga a escolheu para representar, com Lala Deheinzelin, o primeiro casal lésbico da teledramaturgia brasileira. Ela não conhecia a íntegra do papel, já que novelas evoluem, em certa medida, conforme a reação do público. Mas sabia o principal e percebeu imediatamente a relevância da história [...] (LIMA, 2013, p. 22)

Ao longo da infância, Raquel teve sucessivas melhores amigas, por quem sentia uma admiração que ela própria chama de “exacerbada”. “Não havia conotação sexual, eu só precisava estar perto. Nunca tive questões em relação à transexualidade, nunca desejei ser homem, mas gostava tanto das meninas que pensava, ‘poxa, não posso namorar uma menina porque eu mesma já sou uma’ [...]” (p. 35)

Aconteceu então que ela se apaixonou por uma mulher. Estava com 21 anos e não achou a situação difícil, apenas estranha. A coisa toda não deu em nada, mas a isso o casamento não sobreviveu, embora eles tenham tentado. Desfez-se a relação marital, permaneceram os vínculos afetivos: Ana Lúcia tem o ex-marido na mais alta conta. (p. 51-52)

A reportagem dá contornos a experiências lésbicas que podem emergir na infância, na adolescência ou, tardiamente, na vida adulta. As palavras contam trajetórias de vida. Tudo o que é compartilhado nas entrevistas realizadas pela jornalista em uma espécie de chá de comadres. Percebe-se o movimento da autora em transformar as mulheres representadas em rostos amigáveis, de coragem, e com envolventes perspectivas de vida. É dessa forma que o livro se faz necessário e relevante, já que é responsável por trazer vozes anônimas que, comumente, não ganham noticiabilidade nos meios jornalísticos.

Na narrativa, a jornalista é uma pessoa tateável, perceptível, que aplica um narrador que guia o leitor e alinha os acontecimentos e falas mais pertinentes. Dá a ênfase necessária às personagens por meio de um interesse genuíno, como pode ser visto no excerto abaixo sobre Patrícia Albuquerque:

Neste momento ela parece tão desamparada e frágil, sentada a meu lado na cafeteria, que custa imaginá-la num esporte agressivo como o hóquei. “Todo mundo falava que eu vestia a camisa, calçava os patins e me transfigurava. Sinto falta disso também. Era como se fosse um personagem, mas não era forçado, eu me sentia realmente outra pessoa. (LIMA, 2013, p. 68)

Entre as perfiladas estão mulheres de 28 a 75 anos, de quatro unidades da federação, com as mais variadas inclinações políticas, religiões, origens e profissões. Mulheres que se sentem mais confortáveis com estilos e códigos mais masculinos e outras com aqueles lidos como mais

femininos. Elas contribuem para destacar que os espectros de gênero são mais complexos e amplos do que a binariedade compulsória homem-mulher.

Ao longo das conversas, episódios de preconceito e aversão à homossexualidade feminina emergem nos depoimentos. Há quem nunca mencionou a homossexualidade; quem fez ou faz a gestão do segredo para a família, para os amigos ou no ambiente de trabalho; ainda há quem lidou com diferentes graus de violência como chacota, desaprovação, repúdio, expulsão e violência. Também é importante ressaltar os exemplos de quem atua em prol dos direitos e da diminuição do *status* social que as pessoas LGBT ocupam na sociedade brasileira:

Os senhores do Supremo são aqueles que, em maio de 2011, equipararam as uniões homoafetivas às héteros. Desde então e até janeiro de 2013, Thaís e Tatiana ajudaram nada menos que oito casais: conduziram dois casos bem-sucedidos de adoção, obtiveram para três parceiros estrangeiros o visto de permanência no Brasil e fizeram três reconhecimentos de união estável, tanto de homens quanto de mulheres. (idem, p. 83)

Outra perspectiva relevante é a habilidade da jornalista de elaborar uma narrativa que caminha pela sexualidade como âmbito importante da vida, mas que não é o único ponto que nos faz conhecer a personagem em cena. Como pode ser visto na parte do texto sobre Rita Damasceno:

Na porta, o visitante já é recebido por um largo sorriso entalhado em madeira; a sala e a cozinha são separadas por uma coluna decorada com ilustrações de deusas do hinduísmo e com fotos antigas de mulheres nuas; no banheiro, há um tapete de oncinha e um baú revestido de pelo sintético de zebra; na cabeceira, livros de autoajuda nacionais e dos indianos Deepak Chopra e Osho. Apesar das muitas pistas sobre as influências da moradora, é claro que o ambiente, sozinho, não conta a história toda. Não importa. O que a decoração não diz é verbalizado com riqueza de detalhes e encenado com abundância de gestos. Eis uma entrevistada com muita expressividade corporal e que fala pelos cotovelos. E pelos ombros. E quadris e pernas. (p. 85-86)

O diálogo e o encontro entre jornalista e protagonista não são resumidos ao mero contato em busca da troca de informações verbais. Neste caso, a jornalista encontra na observação do comportamento e do espaço códigos que se sobrepõem às perguntas e às respostas da entrevista.

Entre as protagonistas do livro-reportagem, Karla ainda conta sobre os desafios da maternidade enfrentados pelo casal Thaís Félix e Luciana Avelar, cujo relato se desdobra pela vida dessas mulheres, pelo início do relacionamento de ambas, pelas dificuldades do tratamento de fertilização até o nascimento dos gêmeos que reestruturam os afetos da família.

Luciana e Thaís formam um casal forte e doce. Desde que os gêmeos nasceram, a família já estrelou uma matéria de dia das mães na Folha de S. Paulo, apareceu na Veja em uma reportagem sobre demografia, participou da

dissertação de mestrado de uma estudante do Rio de Janeiro – para não falar nas propostas recusadas. Agora o quarteto está neste livro e sabe-se lá quantas outras entrevistas vão surgir. Tanta exposição dá às mães a oportunidade de explorar um viés educativo, atitude que começou ainda antes da gestação. Na época, os formulários traziam campos para dados do marido – elas riscavam e por cima escreviam “da companheira”. “É uma questão de ir mostrando para as pessoas”, diz Luciana. (p. 108-109)

A reportagem também apresenta a funcionária pública Socorro Medeiros, um importante quadro da saúde pública alagoana, que por meio do trabalho alcançou notório reconhecimento entre os pares e encontrou a primeira e única mulher de sua vida.

[...] Nunca tive dúvida sobre a quem meus sentimentos eram direcionados em termos de gênero e, também nunca pensei que ter nascido com essa orientação era um castigo ou uma sina. Constatar minha homossexualidade não deu nó no meu juízo não... O que deu nó foi o que eu faria a partir dali, como ia lidar com aquela realidade.

A preocupação se explica: ela vem de uma família conservadora, que ainda hoje não conversa às claras sobre nada, mesmo sabendo de tudo. (p. 121)

Em contraposição, o perfil de Marise Louvison conta a história de uma senhora de 70 anos que nunca teve dúvidas e que se sente “*homossexualíssima* desde o primeiro choro” (LIMA, 2013, p. 125). No relato, a família extremamente católica não aplicou a religião como um instrumento de resignação. Trata-se de uma história de aceitação atípica por parte dos pais.

[...] “E você acha que isso tem a ver com a cultura formal, com a intelectualidade? Eu não. Há uma série de preconceitos entre pessoas formadas. O que eu acho que conta nessa história toda é o amor, o que eles fizeram foi não me negar o amor deles. Mas veja, há uma diferença entre me aceitar e aceitar a comunidade toda, é uma distância muito grande [...]”. (p. 127)

A história conta ainda com as experiências de Marise na noite paulistana dos anos 1970 e de sua atuação junto à Polícia Militar.

“Isso era 1973 ou 1974, ditadura pesada. Tinha uma ronda de caça às travestis no Hotel Hilton, imagina! Eu que já tinha saído do armário, frequentava aquele pedaço e conhecia algumas! Mas isso de certa forma foi bom, porque quando era meu plantão elas ficavam pianinho e se seguravam, porque sabiam que eu não ia fazer nada”. (p. 129)

E é finalizada com a perspectiva de viver a homossexualidade na velhice. “Fico me imaginando num asilo para héteros. Eu, uma lésbica de carteirinha desde os 18 anos, vou ter que voltar para o armário?” (p. 136).

Dentro da reportagem, há ainda os relatos de figuras emblemáticas e marcantes como Laura Bacellar (amante dos livros, leitora, cursou Editoração na USP e criou o primeiro selo literário gay e a primeira editora especializada em livros escritos por lésbicas para lésbicas, a Brejeira

Malagueta); Alexandra Peixoto (blogueira, artesã, ativista nas redes sociais, DJ de música brasileira); Beth Borgo (empreendedora da noite GLS); e Cida Araújo (a pessoa responsável pelo Farol Madalena Bar e Restaurante e por iniciativas na vida noturna voltadas para as mulheres homossexuais).

Entre as anônimas escolhidas por Karla Lima, a expressão da lesbianidade junto aos familiares, o ambiente de trabalho e a faculdade é o ponto central dos perfis de Ingrid Gonçalves, Flávia Mont Serrath e Nina Lopes, pelos quais se fala sobre as adversidades no processo de saída do armário. Porém, nos três casos, existe, por parte das protagonistas e na costura feita pela jornalista, o desejo de que as histórias inspirem jovens a não ter medo de serem felizes.

“Não é o fim da vida assumir a homossexualidade, na verdade eu [Nina Lopes] vejo como um começo. Você pode e tem o direito de ser feliz. Podem não te dar direitos civis, como casar em cartório e adotar um filho, mas o direito de ser feliz, este ninguém te tira. Claro que pode haver rejeição em casa e algumas pessoas não têm condição de se sustentar, não têm para onde ir, mas isso é temporário, uma hora ela vai ter um emprego que permita que ela saia de casa e se assuma. Não estou dizendo ‘saia do armário agora’, estou dizendo ‘Não tenha medo de se assumir assim que for possível, nem que seja faltando cinco anos ou 15 minutos para você morrer [...]’”. (p. 233)

O passeio pelas experiências de visibilidade lésbica termina com a experiência de Edith Modesto, uma mãe que após a revelação da homossexualidade do filho e um longo processo de digestão da informação funda o Grupo de Pais de Homossexuais - GPH, em 1997, como meio para dar suporte terapêutico e trocar experiências entre pais e mães que vivem a experiência de ter um filho ou filha abertamente LGBT.

Já no fim da obra, Lúcia Facco, o casal Andréia Targon e Vivian Caiaffa e Valéria Melki Busin são as últimas vozes a serem apresentadas. Com esses depoimentos, Karla Lima elabora a história de uma mulher que se apaixona pela moça com quem dividia o apartamento e forma uma família junto com o filho; conta como se deu o casamento, por meio da escritura de união estável, de duas mulheres após 69 dias que elas haviam saído pela primeira vez; e por fim, o modo como a exposição irresponsável de um programa de TV, com formato de bate-boca sensacionalista, rendeu um processo e o ingresso na militância por parte de Valéria, uma das organizadoras da primeira Caminhada Lésbica do País:

A pergunta seguinte [para Lúcia] só poderia ser, portanto, qual a orientação sexual que ela considera ter. “Não gosto de categorizações. No entanto, como posição política, eu me assumo como homossexual, apesar de já ter ouvido que, por ter sido casada com um homem, deveria me assumir bissexual. Não sei. Talvez eu acredite no fundo a bissexualidade é a realidade das pessoas, que não percebem isso por convenções, pela formação cultural, a criação que têm em casa e a imposição do comportamento de gênero. Acho que o que me

aproximou da Renata não foi o fato dela ser mulher, foi o fato dela ser quem é. Se ela fosse homem, talvez hoje eu fosse heterossexual. Bissexualidade é um rótulo. Sei lá. Sou sexual.” (LIMA, 2013, p. 251)

“Da primeira vez que o Alexandre e a Andréia se encontraram, ele falou pra ela assim, ‘quando minha mãe [Vivian] falou que era por uma mulher, eu achei tudo bem, mas se fosse um homem era capaz de bater nela’. É que na cabeça dele eu já tinha me separado tanto...” (LIMA, 2013, p. 274)

[...] Valéria diverge da maioria: ela defende que a sexualidade passa por transformações e que essas mudanças são tão naturais quanto qualquer manifestação de homo, bi, hétero e demais orientações. “Tenho amigas ex-lésbicas que estão héteras e felizes. Elas não foram ‘convertidas’, foi o sentimento delas que mudou e elas não se consideram bissexuais, se consideram *héteras*. E quem sou eu pra dizer que não? Acho que a nossa sexualidade é muito mais fluida do que a gente, como sociedade, constrói. Se a gente não construísse esses modelos tão rígidos, essa heteronormatividade tão abusiva, muito provavelmente a gente não precisaria desses rótulos nem de coisa nenhuma. Simplesmente não faria diferença”. (LIMA, 2013, p. 286)

Na reportagem, Karla Lima articula sua voz autoral às vozes de todas essas mulheres que apresentam uma gama de assuntos relacionados à homossexualidade feminina. Contudo, a singularidade de cada história, a experiência íntima, é a questão que descortina as questões de gênero no cotidiano como algo fácil de ser percebido, mas complexo de ser compreendido.

A jornalista é extremamente perspicaz em demonstrar as falhas das generalizações, tendência de um jornalismo que só enxerga a identidade política, ao tentar dar conta do que significa ser lésbica. Ela expõe as questões sexuais e afetivas como marcas de vida, trajetórias repletas de descobertas, lutas e realizações.

...

Ao analisar o trabalho jornalístico de Marília de Camargo César, a construção da mediação social com os protagonistas assume outro comportamento. A reportagem é elaborada com o intuito de apresentar, a partir da observação da autora e de debates teológicos vigorosos, o lugar da homossexualidade frente ao Cristianismo. Trata-se de um texto provocativo em virtude do interesse jornalístico por um silêncio que acomete as comunidades religiosas. As comunidades evangélicas evitam o debate ou condenam à solidão os homossexuais.

A autora inicia o diálogo possível sobre a complexa relação dos cristãos com a homossexualidade por meio do contato com Silas, um rapaz de 19 anos, filho de um pastor da Assembleia de Deus que foi expulso da igreja da família depois de contar que é gay. O mesmo ocorreu com Edvaldo, um homem com cerca de 40 anos, que saiu da Igreja Batista depois de se declarar homossexual.

O fenômeno é investigado pela jornalista-autora a partir de uma ignorância absoluta sobre a questão da homossexualidade. Contudo, verifica-se um reforço da postura de buscar no saber racional, já formatado em livros e artigos, as respostas à inquietação motivadora da reportagem.

As histórias de José Neto e Cláudio (nome fictício) são determinantes no início da reportagem em virtude da questão que está ligada a elas: é possível reorientar o desejo homossexual para heterossexual? Primeiramente, Marília conta a história de redenção de José Neto, um rapaz que se prostituiu por 10 anos, contraiu o vírus da imunodeficiência humana (HIV) caçando homens em banheiros no intuito de comprar drogas e que, após uma tentativa de suicídio no Viaduto do Chá, no centro de São Paulo, foi desencorajado por uma voz que ele associa a Deus:

Neto deixou de se comportar como homossexual e constituiu família, mas não pode afirmar que os sentimentos homoeróticos que sempre nutriu tenham desaparecido. Teve algumas recaídas ao longo do processo de mudança interior, que o fizeram questionar se viver o cristianismo como um homem heterossexual não era uma utopia. Hoje está convicto de que é possível. Mas ele não é ingênuo: “É preciso querer, é fundamental estar disposto a renunciar a muitas coisas e a cortar alguns relacionamentos”. (CÉSAR, 2013, p. 32)

Depois a jornalista aposta na história do pastor Cláudio, um homem que não suportava mais viver um casamento em crise, sem amor e sexo, em virtude de seus afetos penderem para o masculino desde a adolescência. Em um culto, ele revelou a crise no casamento, falou sobre ter sofrido abuso na infância e revelou a homossexualidade.

O pastor tem certeza de que não é um homossexual, mas sim um heterossexual com problemas de identidade, apesar de uma vertente da Psicologia e da Psiquiatria afirmar que a homossexualidade é uma orientação e, portanto, permanente. Embora tenha lutado a vida toda contra essa inclinação, ele crê que chegará o dia em que poderá virar essa página cinzenta de sua história, o tempo cruel em que seu desejo não podia ser controlado. (Idem, p. 39)

Para a jornalista, é possível mudar de atitude e passar a se comportar como uma pessoa heterossexual. Contudo, ainda resta a dúvida para ela se é realmente possível reajustar o desejo. Nesta busca, ela aponta que a maioria dos cristãos entende que a inclinação à homossexualidade não é natural, não é uma energia ou pulsão inerente à natureza, mas uma anomalia, um desvio de caráter, uma falha moral cometida de forma deliberada e rebelde contra Deus.

A partir desse ponto, a jornalista percorre rumos históricos sobre a homossexualidade e sobre a condenação religiosa a tal variante da sexualidade. Neste caso, abre-se uma interlocução com pesquisas e saberes situados na História, na Bíblia e na Psicologia.

Marília se preocupa em percorrer fatos e versões sobre o tema. Para isto, a escuta da jornalista-autora se inclina na maioria das vezes ao posicionamento dos líderes religiosos de diferentes

vertentes. Apoiava-se ainda nos testemunhos de um ex-padre franciscano e ex-gay, que, enquanto exercia o sacerdócio, teve muitos amantes que eram colegas de batina.

Na reportagem, muitas pessoas entrevistadas relatam uma mudança de comportamento depois de contatarem o evangelho de Jesus Cristo por meio de igrejas e comunidades cristãs. Porém, também é apresentado quem abandonou as proibições religiosas e passou a viver o desejo sexual sem restrições. É o caso do professor Sérgio Viula:

Sérgio deixou para trás as causas pelas quais um dia lutou e a bandeira espiritual que durante muitos anos levantou. Ele foi pastor batista no Rio de Janeiro durante 12 anos, mas, desde 2002, professa ser ateu convicto. Professor de inglês numa escola particular da cidade, Sérgio tem formação e pós-graduação em Teologia e liderou durante três anos um programa de apoio a jovens com conflitos relativos à homossexualidade. O grupo se chamava Movimento pela Sexualidade Sadia (Moses). (CÉSAR, 2013, p. 68)

Durante 18 anos, ele viveu na igreja como membro, depois como conselheiro, pastor e cofundador de um grupo que ficou conhecido por ajudar gays a deixar a prática da homossexualidade. O Moses atuava como um grupo terapêutico. As pessoas que procuravam o serviço eram evangelizadas e desencorajadas a eliminar qualquer forma de contato com o “estilo de vida” homossexual.

Com o tempo, Sérgio superou conflitos internos e se tornou uma pessoa que vive a sexualidade. Ele também se contrapôs às religiões e passou a denunciar os mecanismos religiosos de reversão da homossexualidade. Hoje é um militante dos direitos da comunidade LGBT:

[...] ele está convicto de que a estratégia do Moses era, na verdade, muito prejudicial, por promover a despersonalização e internalização da culpa. “Muita gente entrava numa neurose grande e começava a tomar remédios fortes. Tudo para não transar. Outros faziam escondido ou, então, faziam, confessavam e ficavam marcados no grupo, eram vigiados”. (p. 72)

Outro enfoque da jornalista é a questão da família. Como ficam os laços familiares após a revelação da homossexualidade. Neste processo, Marília resolve escutar pais e mães de pessoas LGBT. Nas páginas do livro-reportagem, essa etapa ganha o título de “O drama das mães”, oportunidade na qual a jornalista aponta que os conflitos internos vividos pela homossexualidade também são compartilhados com as mães.

A professora aposentada Rute, de 54 anos, é a voz que traz à percepção esse desafio. Criada na Congregação Cristã do Brasil, denominação com rígidas normas e costumes, Rute entende que a homossexualidade é coisa do diabo e que todo homossexual está possuído por um demônio.

No entanto, ela teve que lidar com a revelação do filho, aos 19 anos. Na época, a reação da mãe foi uma das mais comuns: chorou, gritou e brigou com o filho. Durante muito tempo pediu para Deus libertá-lo do mal.

A culpa era uma constante no coração de Rute. Ela achava que deveria ter passado mais tempo com os filhos, que ficavam sob os cuidados da avó enquanto ela saía para se formar no magistério e trabalhar. Ela acreditava que, se tivesse se dedicado mais a eles, se tivesse dado mais amor, quem sabe seu filho não se tornasse gay. Hoje ela pensa diferente e acha que ele seria homossexual do mesmo jeito, mesmo que estivesse mais presente em sua infância. Embora confesse que a condição do filho ainda a desagrada, crê que, “se ele foi feito assim e não tem culpa de ter nascido gay, então Deus terá misericórdia dele”. (p. 208)

O processo de aceitação dessa mãe demorou cerca de 10 anos. Rute passou a compreender também a profissão do filho, que é ator e eventualmente se apresenta como *drag queen*. Entre as declarações reveladoras do processo de dor e amor dessa mãe está o desejo de que o filho encontre a felicidade em um relacionamento:

Quando intercede a Deus pelo filho, ela não pede mais que ele seja liberto, mas que o Senhor o abençoe, que o guarde do mal e da violência e que realize os desejos de seu coração. Ela termina com a revelação surpreendente: “Hoje penso que seria bom que ele tivesse um companheiro, porque estar sozinho também é muito triste”, diz essa mãe que nunca havia sido capaz de admitir que o filho tivesse um relacionamento homoafetivo. (p. 209)

Para percorrer a temática do livro-reportagem, Marília se preocupa em articular opiniões e definições de diferentes teólogos, membros de igrejas inclusivas, militantes LGBT, psicólogos e terapeutas. Contudo, a jornalista deixa de dar destaque narrativo aos anônimos que vivem na pele as normas e as liberdades que a fé traz em torno da sexualidade. São poucas as vozes que alimentam o debate com a experiência vivida, já que se privilegia as descrições, as avaliações e os conhecimentos dos especialistas.

Como cristã, a jornalista chega ao fim da reportagem com a esperança de que as igrejas aprendam a lidar com a diversidade sem ódio, preconceito e discriminação. A reportagem dá um peso maior às visões de mundo dos religiosos, contudo, predispõe-se a construir um diálogo mais humano e complexo da questão.

b) *O aprofundamento do contexto*

Entre *O Nascimento de Joicy* e as grande-reportagens concretizadas em *Entre a Cruz e o Arco-Íris* e *Muito Prazer – Vozes da diversidade* há uma distinção no fato do primeiro pertencer ao

rol de livros-reportagem que se origina a partir de uma experiência de reportagem ou série de reportagens produzidas para o jornalismo cotidiano, para um veículo com periodicidade, enquanto os demais, desde o começo, terem sido concebidos como projetos de livro. Dessa forma, o aprofundamento do contexto pode ser colocado com níveis distintos para comparações.

Todavia, o *Nascimento de Joicy* se dedica a efetuar um aprofundamento do contexto em momentos de respiro narrativo. Isto é, dá-se nos momentos em que se encontra pausas entre cenas e nos momentos em que se deve explorar com maior alcance alguma dinâmica da vida da protagonista.

Pode-se indicar o intertítulo “Operação é polêmica na Medicina e no Congresso”, com início na página 46, como um dos momentos no qual a reportagem aproveita um fato para incorporar uma avaliação e contextualização. Neste momento, a autora tece uma descrição sobre o processo transexualizador implementado no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008, que a leva a questionar a patologização das identidades trans:

[...] a existência do tratamento no serviço público de saúde só é permitida porque os transexuais são pessoas, de acordo a Organização Mundial de Saúde (OMS), que carregam consigo um transtorno de personalidade, ou melhor, “um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto”. É justamente sob essa perspectiva, observando transexuais como doentes, que está baseada a cirurgia oferecida pelo governo federal. A existência da patologia é o que garante a gratuidade do procedimento. (MORAES, 2015, p. 46)

Nesse momento, a reportagem expõe os conflitos e as disputas em torno do problema de gênero: o que é ser mulher? Como cada mulher elabora sua identidade de gênero? Quais dispositivos de gênero unem as mulheres? A possível resposta está na crítica ao modelo de mulher projetado pelos meios culturais e pelas relações humanas.

Outro ponto questionável é a necessidade de uma adequação, por parte dos transexuais, ao corpo pretendido: quem nasce com pênis e se assume mulher precisa usar brincos, maquiagem e ter curvas para ser entendido como uma. Já as nascidas com corpo feminino, se quiserem mostrar sua identificação com o gênero masculino, precisam abrir mão de qualquer signo de feminilidade. Quem não adere a tais signos termina passando desconfiança, como se não houvesse uma “vontade” real de mudar de sexo. (MORAES, 2015, p. 47)

A repórter reconhece e estabelece críticas ao saber médico que difunde a coerência entre a identidade de gênero e a sexualidade, ao ponto que a cirurgia de transgenitalização seria o procedimento que concretiza uma “correção” ou uma “adequação”. Dessa forma, é como se a existência transexual só pudesse se dar pela validação do corpo. A suposta heterossexualidade

natural dos corpos é uma formulação que possibilita o direito às intervenções cirúrgicas. Isto é, é claro, se houver a aplicação dos demais artifícios de identificação de um gênero.

Fabiana Moraes expõe a disputa entre as teorias médicas com o papel que a Cultura e a Educação exercem na formação da identidade de gênero. As normas de gênero e a defesa da heterossexualidade impossibilitam, por exemplo, a existência, sem violência e recriminação, de corpos como o de Joicy, a existência da homossexualidade entre transexuais, ou ainda histórias de vida de pessoas intersexuais.

...

Nas páginas de *Muito Prazer*, os momentos de apresentação do contexto dizem respeito aos entraves à visibilidade da mulher lésbica na Cultura. A autora apresenta uma preocupação pessoal com ações lésbico-feministas em conquistar inclusão e representação, sem evidenciar a existência das diferenças.

Entre os tópicos alcançados na narrativa estão o tratamento e as estratégias empregados na televisão ao se discutir a sexualidade e o casamento entre duas mulheres; tópico do diálogo com a atriz Cristina Prochaska:

Em 1988, a equipe envolvida em “Vale Tudo lidava, portanto, com duas preocupações: uma era a Censura, que precisava aprovar todos os capítulos antes da veiculação. A outra era não chocar o público ao mostrar a homossexualidade feminina, em horário nobre, no veículo mais massificado do país. Laís e Cecília eram deliberadamente ladies. Se o primeiro casal lésbico de uma novela brasileira deixou de fora outras aparências e atitudes, foi justamente a feminilidade delas que abriu caminho para a diversidade que veio depois. (LIMA, 2013, p. 24)

A vivência de uma sexualidade considerada imoral durante o período da ditadura militar brasileira (1964 a 1985), o período do HIV/Aids, bem como as mudanças histórias por meio do movimento LGBT; tópico da entrevista com Marise Louvison, por exemplo:

“Sou da geração que viveu intensamente a Aids. Sempre tive muitos amigos gays, ainda tenho. Imagina começar a ver um a um caindo! Muita gente me pergunta, se eu era de São Paulo e voltei, cadê os amigos da época, e sou obrigada a dizer que morreram todos. Foi trágico, muito dramático. Alguns não aguentaram e se suicidaram. Meu maior amigo reuniu todo mundo em casa para dar a notícia. Numa época em que não havia tanto remédio, ele conseguiu conviver com a doença por oito anos, trabalhou, viajou bastante, plantou muitas árvores. Às vezes eu olho uma foto minha, sentada com amigos e todo mundo do sofá já morreu. A Aids virou uma praga carregada de moralismo. Estava com minha irmã numa lanchonete e ela me disse para não pegar o *ketchup* porque tinha passado na TV que os gays cortavam o dedo e colocavam o sangue deles dentro, de revolta por estarem com Aids. Então vem uma pausa, os gays foram obrigados a se recolher, assustados, perseguidos e

com medo. Isso dura até a primeira Parada, em 1996, quando a gente volta e retoma”. (p. 135-136)

As consequências do desenvolvimento de uma cena lésbica em espaços noturnos e de socialidade, tópico da conversa com Beth Borgo e Cida Araújo:

Assim como os opositores da ditadura, também os amores clandestinos se beneficiaram do processo de redemocratização do país. A partir de meados da década de 1980, a abertura política criou condições para que o movimento *gay* também começasse a sair do armário e dos sanitários. Dezenas e dezenas de bares, boates e clubes surgiram e sumiram. (p. 176)

De seu privilegiado posto de observação da noite GLS de São Paulo, Cida discorre sobre as mudanças que testemunhou. Em primeiro lugar, acabou a ideia de que duas pessoas do mesmo sexo, saindo à noite, são necessariamente um casal. Quanto mais amigos e amigas saem para a balada aos pares, tanto mais os casais do mesmo gênero são incorporados à paisagem e passam despercebidos. Ao mesmo tempo, casas originalmente voltadas ao público *gay* começaram a atrair freguesia hétero. Ou seja, há mais liberdade para todo mundo. E a mídia, claro, ajudou bastante, dando mais destaque e ajudando a abrir cabeças. (p. 191)

E por fim, os avanços sociais dados no reconhecimento da sexualidade, das uniões e da parentalidade homoafetiva; tópico do diálogo, por exemplo, de Tatiana Pacheco e Thaís Vilhena:

“O Poder Judiciário está sensível a essas causas [sobre o reconhecimento dos casamentos], mas a adoção, seja unilateral, como neste caso, seja pura, quando a criança vem de um abrigo, é trabalhosa. O processo é bem minucioso, justificado, são muitas horas de demanda”, conta Thaís. “E é bom que seja assim”, completa Tatiana, “esse rigor é importante pelo bem da criança”. (p. 83)

...

Em *Entre a Cruz e o Arco-íris*, a questão central do silêncio religioso sobre as experiências de homossexualidade articula-se no momento contemporâneo no qual o fundamentalismo religioso busca invadir a existência das pessoas LGBT de forma a questionar as estratégias dessa população na busca por reconhecimento e por direitos. A tensão entre religiosos e homossexuais perpassa o livro de modo que a autora define o movimento LGBT como aqueles que “lutam na esfera político-partidária pelos direitos civis e contra a discriminação” (CÉSAR, 2013, p. 167) por meio da defesa do orgulho e da celebração das identidades.

Deveriam todos orgulhar-se por ser *gay* e proclamar isso em alta voz, como uma maneira de expurgar uma vergonha de muitos séculos. Além de querer soltar esse grito contido, o movimento LGBT se revolta com os dados perturbadores da violência praticada por aqueles que representam no Brasil. Eles os utilizam na defesa de uma legislação federal que criminalize atos de ódio contra homossexuais e transgêneros (idem, p. 167).

Por meio destes apontamentos, Marília de Camargo César se insere nas interpretações sobre os dados de violência ao segmento LGBT no Brasil, caminha sobre o debate da liberdade de expressão religiosa diante da promulgação de projetos de lei contra violência e discriminação motivados por orientação sexual e identidade de gênero.

A jornalista dá espaço às contestações e aos debates em torno de legislações que poderiam ser usadas, de acordo com lideranças religiosas, para censurar e criminalizar qualquer manifestação de oposição à homossexualidade.

Em outro ponto, Marília se atém às novas configurações familiares. Aponta que cada vez mais a orientação sexual está invadindo o espaço público, que a liberdade aos costumes e a militância LGBT estão ajudando a formar um cenário global mais confortável para quem não vive a heterossexualidade ao conceber a orientação sexual como um direito humano e quaisquer formas de discriminação como práticas a serem repudiadas local e internacionalmente.

Ela aponta para o fato de que cada vez mais as páginas dos jornais relatam a garantia de direitos civis para as pessoas LGBT em contraposição ao descontentamento de parte das comunidades evangélicas. Entre esses passos estão a aceitação cultural e legal ao casamento igualitário (também conhecido como casamento gay ou casamento entre pessoas do mesmo sexo) e a adoção homoparental. Desdobramentos jurídicos que já afetam a inclusão religiosa por meio da constituição de núcleos religiosos, denominações e igrejas inclusivas.

As sexualidades se tornaram uma questão pastoral e de disputa de fé. César aponta que a discussão sobre a homossexualidade revela que as igrejas precisam se preparar melhor, além de realizar um exercício de arrependimento e de penitência pelos sentimentos negativos nutridos.

c) As raízes históricas-culturais

Considerando as três obras, o trabalho de reportagem realizado em *Entre a Cruz e o Arco-Íris* é o que mais se preocupa em apresentar raízes históricas-culturais da homossexualidade. A jornalista dedica espaços significativos a abordar e debater sobre a origem da homossexualidade, nomear e contar a história de homossexuais célebres na História, as raízes da aversão dos cristãos à homossexualidade, bem como o mito como um saber que fala das nossas crenças sobre a constituição dos corpos e dos comportamentos sexuais.

Marília informa que a cultura greco-romana está repleta de fatos e mitos a respeito da homossexualidade, já a cultura do povo judeu se mostra distinta. O envolvimento divino é

percebido em todas as áreas da vida e determina leis, proibições e cuidados na intimidade e nas relações sexuais.

Na reportagem, a condenação à prática da homossexualidade possui uma intenção bem pragmática: a sedimentação da sociedade patriarcal e a garantia da linhagem masculina para garantir propriedade e posse. Em suma, a percepção da homossexualidade prejudica a crença na qualidade natural e moral das relações heterossexuais monogâmicas, do mesmo modo que a prostituição.

Outro ponto diz respeito à questão da origem da homossexualidade. Quando Marília de Camargo César dá especial atenção à reflexão sobre as influências genéticas e as pré-disposições do ambiente como fatores que modulam a sexualidade. É nesse momento que a autora se vale de um texto do médico oncologista e escritor brasileiro Drauzio Varella que enfatiza a sexualidade como um espectro amplo e altamente complexo.

Para o médico, separar o patrimônio genético herdado da influência do meio foi uma discussão que monopolizou o estudo do comportamento humano e que se mostra antiquada. Varella defende a plasticidade como uma propriedade da vida, tanto do cérebro, já que a rede de neurônios que herdamos sofre sucessivos impactos do ambiente, de forma que cada indivíduo é um experimento único, original e diferente, quanto da experiência pessoal, que é tão suscetível às mudanças e é tão complexo e imprevisível quanto.

...

Na grande reportagem executada por Fabiana Moraes, a jornalista repara, espanta-se e revolta-se com as condições precárias de vida de uma mulher transexual nordestina. Com rejeição à objetividade jornalística, ela encontra na subjetividade uma forma de construir uma narrativa crítica e sensível às dinâmicas de gênero atravessadas por outras conjunturas de vida como a condição social e a regionalidade.

Fabiana não aprofunda as raízes culturais e históricas em relação aos outros que carregam marcas de desprestígio. Não elabora muito sobre a realidade compartilhada com outras travestis, homens e mulheres transexuais, mas, minimamente, como espectadora, aponta para as situações de conflito, capacidade de ação e vulnerabilidade que Joicy possui como uma pessoa LGBT que vive no agreste de Pernambuco.

Não há aproximações de Joicy com o contexto histórico e social que as travestis e os homens e as mulheres transexuais enfrentam no Brasil. Dos processos de exclusão da família e da escola,

sobre a cirurgia como única demanda de saúde, sobre a perspectiva de patologização e interpretação das performances de gênero das pessoas transgêneras como distúrbio ou monstruosidade, a invisibilidade nas políticas públicas e de Estado, sobre as disputas jurídicas por reconhecimento de nome e gênero, sobre os altos índices de prostituição, subempregos e exclusão de uma população do mercado de trabalho, sobre o elevado número de mortes motivadas por crimes e episódios de transfobia.

...

Por sua vez, o conteúdo de *Muito Prazer* traz indícios importantes sobre as raízes culturais e históricas da visibilidade lésbica. Entre eles um dos princípios de funcionamento das normas de gênero e sexualidade na cultura brasileira:

A influência que pais e mães exercem sobre a profissão dos filhos é apenas um item em um extenso rol de aspirações. Os sonhos que em geral alimentam para seus bebês, às vezes desde antes do nascimento, incluem que sejam felizes, saudáveis, de boa índole e bem-sucedidos. A orientação sexual não entra nessa lista de esperanças: a heterossexualidade é automaticamente presumida. Não se trata de rejeição antecipada. Os casais não torcem para que a criança seja hétero pela simples razão de que outra possibilidade nem lhes passa pela cabeça. O casamento convencional dos filhos (e os netinhos daí decorrentes, claro) é dado como certo – certo no sentido de “certeza”, mas também como “a coisa correta”. Evidentemente, jovens gays e lésbicas conhecem esse desejo dos pais. Assumir-se para a família, portanto, envolve uma delicada contabilidade emocional: o que será maior? O amor deles por mim ou a expectativa de que eu cumpra o roteiro que eles escreveram? (LIMA, 2013, p. 39-40)

No relato, a pressuposição da heterossexualidade é o elemento de recorrência na vida das lésbicas. Percebe-se que os desejos e práticas sexuais são processos construídos pelo indivíduo em contato com roteiros de gênero, a partir de um referencial cultural que é lido como o convencional. Ser lésbica não é uma possibilidade, não está no campo cultural, elas estão escondidas, em nichos de silêncio das narrativas que compartilhamos.

Dessa forma, tomar a identidade sexual como política é um exercício de produção de visibilidade e contradiscursos ao conhecimento cultural gerado nas diferentes instituições da vida. Poder se afirmar como diferente, como diversidade, indicar a existência de outra possibilidade é um deslocamento que reorganiza sentidos sobre o corpo, a sexualidade e as subjetividades.

Laura conta que em 1996, quando estava organizando a primeira parada do Orgulho Gay de São Paulo, uma parte da militância saiu às ruas de megafone, empunhando cartazes ao estilo “Fora, assassinos!”. “Apareceu bem pouca gente, foi um desastre. Em 97, começamos a nos misturar e a partir de 98

ajudamos a organizar, com nova mentalidade. Criamos um *slogan* pró-diversidade dizendo que a diversidade é linda, se opõe à mente tacanha, que com ela você abre caminho para a criatividade e um monte de coisa bacana. Esse raciocínio de militância cultural pegou muito forte e transformou a Parada de São Paulo em um movimento espetacularmente bem-sucedido.” (p. 152)

A narrativa de Karla Lima e a sua cumplicidade com as personagens contribui para a desnaturalização dos corpos e para se efetuar uma leitura do corpo como um significante em contínuo processo de construção. Contudo, tais raízes não são exploradas com mais evidência, permanecem em uma segunda camada de interpretação da reportagem.

d) Os diagnósticos-prognósticos de fontes especializadas

Frente ao processo jornalístico de escuta de fontes especializadas, isto é, à estratégia narrativa de articular as informações da reportagem com os saberes inter e transdisciplinares, é possível dizer que os diagnósticos e os prognósticos encontrados diferem do jornalismo do cotidiano em virtude do peso e da visibilidade concedidos aos especialistas no livro-reportagem.

Os jornalistas de redação tendem a apreciar e a inserir com maior frequência e destaque as vozes do poder. O comunicador social colhe e aplica, em muitos casos, múltiplas vozes com um tom consensual. Nestes casos, soma-se ainda a questão de o prazer da narrativa ser podado por meio de números, gráficos e dados que mais poluem do que criam uma abertura à compreensão do fenômeno apresentado.

A experiência jornalística de Marília de Camargo César conecta a reportagem em profundidade elaborada *Entre a cruz e o arco-íris* para esse local comum nas práticas jornalísticas. Na escuta das fontes especializadas, o trabalho, a cada parágrafo e capítulo, dá mais atenção à pesquisa documental e aos dados do que ao encontro sensível com quem vive os confrontos e a culpa dos discursos evangélicos contra os gays.

O ponto de vista bíblico é o ponto central da reportagem. Dessa forma, Marília colhe os diagnósticos e prognósticos de pessoas com leituras fundamentalistas do livro sagrado e de teólogos reformados e inclusivos, ativistas gays são ouvidos muito rapidamente. Cheguei ao fim da leitura do livro com a impressão de que a jornalista se deteve mais a uma resolução pessoal da questão em virtude da convicção ortodoxa dos textos bíblicos em contraposição à empatia que sentiu com a vida daqueles que são tratados com indiferença ou retaliação nas comunidades evangélicas.

A voz dos terapeutas, psicanalistas, psicólogos e psiquiatras também recebe atenção no trabalho de reportagem. No texto consta um importante paralelo: da mesma forma que a Religião, a Medicina, a Biologia e a Psicologia também foram, ao longo dos séculos, pouco flexíveis com a questão da homossexualidade.

No contemporâneo, a homossexualidade é considerada uma variante da sexualidade. Contudo, muitas foram as abordagens desenvolvidas que aplicaram tratamentos para pessoas homossexuais. Em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade do rol de patologias. No Brasil, desde 1985, o Conselho Federal de Psicologia deixou de considerar a homossexualidade um distúrbio. Em 1999, o Conselho estabeleceu uma resolução que estabelece que psicólogos não podem colaborar em eventos e serviços que proponham tratamento e cura da homossexualidade.

Contudo, a resolução é vista por psicólogos cristãos como um engessamento do trabalho clínico. A jornalista vai em busca de profissionais para ouvir sobre a possibilidade de reorientar a sexualidade. Ela escuta psicólogos que lidam com a homossexualidade como uma crise da masculinidade ou como uma psicodinâmica em relação à busca do afeto do pai em um processo de erotização de outros homens e com outros profissionais cristãos que lidam com a sexualidade como uma pulsão que está sujeita a modificações, a abstinência e a convicções do sujeito.

Da mesma forma, Marília investiga ainda a proliferação de organizações com o mesmo intuito – transformar gays em heterossexuais pelo poder da fé. São redes locais ou internacionais que, historicamente, pregavam que a conversão ao evangelho pode reverter a orientação sexual, mas que hoje defendem apenas a mudança de comportamento – indivíduos que atestam ter abandonado a prática homossexual, mas que enfrentam conflitos cotidianos com o desejo e a atração por pessoas do mesmo sexo.

...

Na reportagem *Muito Prazer*, a escuta de especialistas não adentra a construção da narrativa, uma vez que a figura do especialista se articula com a figura da personagem. As mulheres apresentadas por Karla Lima preenchem ambos os papéis. A voz delas traz um reconhecimento e uma polissemia sobre a questão da visibilidade lésbica no Brasil. Todavia, as personagens tecem compreensões de distintos campos do saber.

A escuta de uma voz externa às personagens se dá unicamente no prefácio elaborado pelo deputado federal Jean Wyllys, do PSOL-RJ (Partido Socialismo e Liberdade). Ele expõe o

movimento daqueles que ocupam lugares identificados como subalternos no sentido de apesar dos processos de exclusão, usar a própria vida, existência e identidade como vetor de autovalorização.

Wyllys pontua que o livro-reportagem faz parte de parte do desdobramento histórico dos movimentos feminista e LGBT e dos esforços literários para assegurar uma representação da mulher homossexual na cultura:

Durante muito tempo, nós, LGBT, por não nos vermos representados em outros papéis que não os daqueles clichês na novela ou nas páginas policiais do jornal local, também achávamos que não poderíamos ocupar espaços de poder, como um cargo no Parlamento Brasileiro, na Academia de Letras, em um lugar de destaque na música, no cinema, na teledramaturgia, dirigindo hospitais e salvando vidas ou até mesmo constituindo famílias e desfrutando dos direitos que nos são garantidos pela Constituição Brasileira e pelos tratados internacionais dos quais o nosso país é signatário (*Jean Wyllys no Prefácio de LIMA, 2013, p. 12*)

...

É notável que o livro *O nascimento de Joicy* é movido por um interesse jornalístico na relação entre a repórter e a personagem. A constituição da obra coloca o material elaborado em distinção aos demais, visto que é composto por uma tríade de teoria e prática jornalística: a reportagem original; seguida pelo diário da reportagem, com depoimentos da jornalista sobre os eventos com a personagem; e um ensaio crítico sobre a possibilidade de um jornalismo de subjetividade.

Os especialistas consultados são o cirurgião Jalma Jurado, da Faculdade de Medicina de Jundiaí, que enquadra na reportagem a transexualidade como uma questão biológica; o cirurgião-chefe do serviço de ginecologia do Hospital das Clínicas de Recife, Sabino Pinho, responsável pela cirurgia de Joicy, que acentua a disforia de gênero, ou seja, a posição de que a transexualidade é proveniente de um mal-estar entre mente e corpo demonstrado pelo desejo de realizar modificações corporais; e, por fim, o psicanalista Rafael Cossi que na dissertação defendida na Universidade de São Paulo entende que não é possível elaborar a existência de uma transexual verdadeira, o caráter daquela para qual é autorizada a cirurgia de readequação.

No fim do livro-reportagem, Fabiana colhe ainda os subsídios de teóricos do jornalismo para elaborar um ensaio crítico sobre a linguagem do jornalismo e o paradigma da objetividade. Neste ponto, a jornalista-autora justifica o método aplicado no contato com Joicy, isto é, reforça que a tentativa de capturar uma pessoa em sua integralidade é um exercício potencial.

O jornalista precisa aplicar a emoção e reconhecer a subjetividade como instrumentos de informação. O potencial transformador do encontro só é possível com a devida abertura à compreensão, à promoção da ação do próximo e ao reconhecimento dos limites da relação.

É preciso pensar em um jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, da subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana. Nele, são considerados, e não negados, os elementos que escapam da “rede técnica” dessa área de conhecimento. Assume-se que não é possível dominar o mundo exterior- e o Outro – em sua totalidade (independentemente de estarmos lidando com um “fato”, “fenômeno” ou “acontecimento”), mas que devemos, antes, incorporá-lo, dentro de nossas limitações, às práticas jornalísticas. Assim, englobamos fissuras e as subjetividades inerentes à vida - o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É certamente, um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo. (MORAES, 2015, p. 159)

2. ESTUDOS QUEER: CORPOS, GÊNEROS, DESEJOS E DIFERENÇAS

No cotidiano, as relações de gênero são aprendizados de ordem disciplinar. Elas organizam as atividades e as dinâmicas relacionais por meio de modelos e conteúdos que nos precedem. A maioria das pessoas estabelece que ser homem ou ser mulher é algo dado e natural. Faz parte de quem se é. No entanto, ideias sobre os comportamentos adequados para cada gênero circulam o tempo todo e colaboram para construções colocadas em prática no dia a dia e para que se perpetuem coletivamente por meio dos aparatos sociais e culturais.

A crença nas diferenças de gênero é algo a que estamos tão familiarizados que parecem fazer parte da natureza. Ao pensar em nosso pertencimento a determinado gênero, é um gesto comum associar a identificação que temos com noções biológicas e sociais que seriam universais. São interpretações de gênero que afetam a sexualidade, a reprodução, a constituição de arranjos familiares, a divisão das tarefas domésticas, as dinâmicas do trabalho, as imagens que damos aos corpos e mais uma lista de âmbitos e práticas da vida.

Viver uma masculinidade ou feminilidade é um tornar-se. A filósofa feminista Simone de Beauvoir, nos relatos d'*O Segundo Sexo* (1970), aciona a ideia de que ser mulher é uma condição tomada discursivamente e posta em construção. Ou seja, reivindicamos um lugar de gênero, princípio que é válido para qualquer constituição de gênero. O que envolve tensões e ambiguidades e resulta em marcações e em uma escrita instável de um gênero.

A escrita do gênero e da sexualidade é uma miragem que nos faz pensar que se trata de um processo natural. Contudo, reivindicamos um assento na ordem de gênero ou respondemos ao lugar que nos é dado pela osmose cultural de normas. Neste caso, a homossexualidade e a transgeneridade emergem como existência e como acesso à diferença, o que foge e está fora do padrão. Logo, pensar em termos de gênero é uma tentativa de acessar normas e cruzamentos entre diferença e identidade.

Nessa etapa, desejo iniciar aqui um fomento reflexivo sobre gênero e sexualidade aos estudos do jornalismo. O jornalismo, enquanto narrativa da cultura, faz parte das ações sociais que criam e expõem masculinidades, feminilidades e sexualidades exemplares. É um espaço por onde circulam ideias e crenças sobre comportamentos adequados, assim como área na qual se apresentam diversas tensões e instabilidades de gênero.

Essa é uma percepção ainda bastante escassa na formação do jornalista²³. Dessa forma, desejo elaborar possíveis contribuições e diálogos com os estudos de gênero e sexualidade, um suporte epistemológico que permite com que se pense como nossa sociedade produz normalizações e a imposição de modelos de como ser homem ou mulher, masculino ou feminino, cisgênero e heterossexual.

A incorporação de teorias, teóricas e teóricos de gênero e sexualidade faz parte de um cenário de paradigmas emergentes para se pensar o corpo como espaço político e cultural. Algo que é fundamental para cogitar os caminhos entre alteridade e representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), sujeitos que negociam, lutam e operam uma visibilidade política de gênero.

É importante ter em mente que a representação das pessoas LGBT mudou com o tempo, porém de forma lenta e com muita dificuldade. Na Política e na Cultura, a população LGBT segue sendo compreendida como uma minoria ao mesmo tempo que as LGBT fazem parte de um cenário de novos movimentos por direitos, juntamente com o movimento feminista e o movimento negro, que força visibilidade e, paulatinamente, passou a influenciar a produção de conhecimento e de informação do mundo contemporâneo.

Por um lado, verifica-se que a representação da população LGBT nos meios jornalísticos continua sendo cogitada como uma questão menor, muitas vezes silenciada, invisível ou segregada a momentos esporádicos de cobertura midiática; por outro lado, está claro que há um esforço de veículos, profissionais e empresas jornalísticas no sentido de trazer as pessoas LGBT e seus discursos para a ordem do dia, para a compreensão e para a existência. As temáticas que envolvem as pessoas LGBT são uma questão emergente pela qual estamos margeando sem oferecer olhares plurais e novas compreensões.

É certo que os corpos das pessoas LGBT, assim como outros, carregam condições e leituras específicas de vulnerabilidade. No Brasil, as pessoas LGBT vivem com a ameaça constante da violência e com as normas que disciplinam e delimitam as possibilidades de existência. Em diferentes espaços, lugares e instituições, os corpos são direcionados a um único caminho de gênero para a construção de homens e mulheres adequados; lidos como “normais”. Contudo,

²³ Na pesquisa em Jornalismo, há uma recente, mas crescente, atenção de pesquisadores aos conteúdos de gênero. Contudo, até o presente ainda não dialogam com a tradição dos estudos de gênero desenvolvidos no País em outras áreas do conhecimento. A pequena adesão aos estudos de gênero é sentida ainda na falta de conteúdos para tratar com especificidade o tema dentro dos cursos de Jornalismo. Mais informações que colaboram para essa percepção estão em MARTINEZ, M.; LAGO, C.; e LAGO, M. (2016).

muitos não sucumbem às normas e passam por elas enfrentando violências em diferentes momentos e graus.

Diariamente, as pessoas LGBT estão expostas a ameaças de morte, a violências física e verbal, ao assédio, à exclusão, à estigmatização e ao preconceito, muitas vezes combinadas com uma falta de proteção governamental e jurídica, em episódios no mercado de trabalho, nas escolas, nos hospitais, em estabelecimentos comerciais e em demais espaços públicos; bem como no seio familiar, por meio da rejeição e de maus tratos.

São vítimas dessas experiências que são agravadas quando se inclui outros marcadores como raça, religião, situação de saúde e *status* econômico. Pessoas LGBT possuem a integridade afetada, além da autoestima e do senso de pertencimento social enfraquecidos. Um cenário que leva muitas pessoas a reprimir sua autenticidade identitária e a ter uma vida marcada pelo medo e pela invisibilidade.

No mundo, 72 países, Estados independentes ou regiões criminalizam relações entre pessoas do mesmo gênero. Dentre esses, oito aplicam pena de morte (nacionalmente, no Irã, na Arábia Saudita, no Iêmen e no Sudão; em partes da Somália e da Nigéria; e por parte de agentes fora do Estado no Iraque e na Síria), segundo dados divulgados em maio de 2017, pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA²⁴), uma entidade composta por 1200 organizações dedicada à igualdade e aos direitos das pessoas LGBT.

Apesar de o Brasil ser identificado no mapa mundial de legislações sobre pessoas LGBT como um Estado que protege e reconhece seus cidadãos LGBT, o País registrou 343 assassinatos em 2016, que foram motivados pela discriminação de gênero e da sexualidade. São dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB²⁵), entidade responsável pelo mais antigo registro estatístico do tipo no País.

²⁴ O relatório *State-Sponsored Homophobia 2017*. Em sua 12ª edição, aponta 72 nações (das 122 reconhecidas pela ONU mais Taiwan e Kosovo) com legislações anti-LGBT. Desse número, 45 aplicam, igualmente, penalidades para homens e mulheres. Acesso ao relatório: <ilga.org/what-we-do/state-sponsored-homophobia-report>.

²⁵ Dados do *Relatório 2016: Assassinatos de LGBT no Brasil*, do GGB, que é divulgado anualmente por meio do site *Quem a homotransfobia matou hoje?* por meio do endereço <homofobiamata.wordpress.com>.

O GGB contabilizou 6.882 mortes de LGBT entre 1970 e 2016 e a previsão é de que a cada ano sejam acrescidas mais 300 pessoas. Além disso, a entidade reforça que a cada 25 horas uma pessoa LGBT morre vítima de violência no Brasil.

O alto índice de violência leva o País à liderança do ranking mundial de assassinatos de pessoas transexuais. Em 2016, entre as 317 mortes de transexuais registradas em 69 países, 136 ocorreram no Brasil, de acordo com dados divulgados em março de 2017 pela ONG *Transgender Europe*²⁶.

O ápice da violência é o homicídio. No entanto, há outras marcas de violação à vida das travestis e de homens e mulheres transexuais. A falta de acesso aos serviços de saúde, a prostituição compulsória, os estupros, a exposição ao vírus HIV, as condições precárias de habitação e alimentação, bem como as agressões físicas e emocionais reduzem a expectativa de vida das pessoas trans para 35 anos, cerca de metade da média nacional, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁷ é de 75,5 anos.

Outra pesquisa brasileira²⁸ indicou que 73% dos adolescentes gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros sofrem discriminação e assédio escolar em virtude da sua identidade de gênero ou orientação sexual. Entre os dados do levantamento, chama a atenção que 60% disseram se sentir inseguros na escola, 48% ouvem comentários homofóbicos e 27% foram agredidos fisicamente. Já 36% acham a escola ineficaz para evitar agressões.

Portanto, a primeira noção que se abre é a de que a nossa sociedade e Cultura está assentada em uma perspectiva de repressão e violência contra as pessoas LGBT. Em toda produção de sentido, investiga-se e olha-se, deliberadamente, para a não conformidade. Preocupa-se com quem foge à regra no sentido de encontrar explicações e resoluções que passam pela correção, depois pela tolerância e, por fim, pela assimilação que apaga as diferenças.

²⁶ Organização europeia que atua para a visibilidade e divulgação das violações sofridas por pessoas trans. Os dados são divulgados há nove anos por meio do relatório *Trans Murder Monitoring* que verifica a incidência das violências transfóbicas em países com forte ativismo trans. É possível acompanhar os dados por meio do endereço <transrespect.org/en/trans-murder-monitoring/tmm-resources>.

²⁷ Estimativa proveniente da Tábua Completa de Mortalidade do IBGE sobre o ano de 2015.

²⁸ A pesquisa foi repetida em outros cinco países da América Latina. No Brasil, foi coordenada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (ABGLT) e apresentada ao Senado Federal, por meio de uma audiência pública em maio de 2017.

Enquanto grupo, as LGBT têm menos chance de serem encontradas nos espaços de poder do que os homens cis e heterossexuais, e quando o são, têm menos recursos à disposição. É perceptível também como nas universidades se estabelece mais ensaios e estudos sobre a homossexualidade e a transexualidade do que sobre a heterossexualidade. Pouco se atém aos discursos que colocam a heterossexualidade como experiência legítima, natural e saudável do corpo, da identidade, do desejo e do sexo.

2.1. O sexo entra em discurso, discursos que penetram o sexo

O antropólogo português Miguel Vale de Almeida (2003) indica que o século XIX foi responsável por dois momentos de suma importância para o surgimento de um pensamento sobre o sexo que são percebidos no contemporâneo. O primeiro diz respeito ao impacto do Darwinismo, a ideia evolucionista, a crença na racionalidade científica e na capacidade de explicar origens e mecânicas dos corpos, perspectiva que se desdobrou nas ciências positivistas dos países industriais e colonizadores da Europa. Nesse momento, instituiu-se a Biologia como caminho científico para desvendar os mistérios da vida. Efeito disso é que no contemporâneo damos suma importância aos hormônios e aos genes nas moldagens comportamentais.

A sexualidade ganha o devido destaque como meio para a gestão da vida humana por meio de ações como a miscigenação, a eugenia e o controle das camadas populacionais tanto nos Estados-Nação quanto nos Impérios Coloniais. É um momento de apogeu da Ciência moderna protagonizada essencialmente por homens brancos, burgueses e heterossexuais.

De acordo com Almeida (2003), o segundo momento foi a publicação de *Psychopathia Sexualis*, de Krafft-Ebing, no qual se instaurou o discurso do pervertido. É desse período a configuração de um saber sexual com domínio da Biologia e da Medicina, por meio da formulação da Sexologia.

A crença na racionalidade científica dimensionava a capacidade de explicar, de encontrar origens, de tratar, de controlar as mecânicas do corpo. Em pouco tempo, a exploração dos corpos capacitou um saber sexual de descrição e prescrição que legitimará comportamentos sexuais em detrimento, proibição e perseguição de outros.

O antropólogo ressalta ainda que Marx e Engels foram responsáveis por críticas ao processo de demarcação do predomínio da família monogâmica e do homem, cuja finalidade era a

configuração de um espaço de procriação, que garante um poder patriarcal e cujos laços de indiscutível paternidade dão seguridade ao processo de herança, bem como à divisão sexual do trabalho.

Contudo, é por meio do psicanalista austríaco Sigmund Freud, aponta Almeida, que vai se dar um grande choque sobre a sexualidade. A contribuição de Freud foi responsável por desafiar a centralidade da reprodução sexual e a rígida distinção entre homens e mulheres, mas acima de tudo, com sua contribuição, passou-se a se ver a sexualidade como algo mais do que instintos que agitam o corpo. É uma força construída que dá entrada as interpretações do papel da Cultura.

Enquanto muitos dos esforços olharam e olham para a sexualidade por meio da natureza, inevitavelmente marcou-se a sexualidade, também, em termos culturais, por palavras, imagens, narrativas, rituais e fantasias.

É na articulação com o pensamento freudiano que Lévi-Strauss aponta que a divisão de sexos dá sustentação ao sistema de parentesco, sistema que inclui um conjunto de regras que governam a sexualidade, principalmente o tabu do incesto, e que permitem a fundação da sociedade, já que o parentesco assenta uma diferença radical entre os direitos de homens e mulheres. Mais tarde, por meio da antropóloga feminista Gayle Rubin, uma nova crítica aponta a heterossexualidade obrigatória como produto do parentesco, ou seja, a homossexualidade foi formatada como um tabu anterior ao incesto.

São pontos traçados por Almeida que corroboram para as perspectivas encontradas na obra do francês Michel Foucault. Em *A História da Sexualidade* (1988), Foucault constrói uma instigante denúncia do dispositivo da sexualidade, isto é, a interpretação dos modos como a sexualidade foi e ainda é atravessada por múltiplos discursos que produzem dimensões de sentido na ordem da regulação, da normatização e do controle, já que instauram verdades sobre os corpos e sobre o sexo.

Na configuração sexual da modernidade, Foucault relata como saberes disciplinares e demais enunciados científicos, filosóficos, políticos e jurídicos resultaram na catalogação das práticas e das identidades sexuais. Isto quer dizer que foram feitos esforços para organizar corpos, prazeres e desejos, de forma que se constituíram identidades sexuais e de gênero, devido a um processo maior de modernização.

Foucault sublinha o papel dos saberes médico-psiquiátricos e jurídicos nos sentidos dados histórica e culturalmente às sexualidades: daquelas classificadas como caminho natural humano e parte do desenvolvimento saudável individual e coletivo em contraposição àquelas dadas como anormais:

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade e na função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções. (1988, p. 9)

Foucault aponta mecanismos de regulação da sexualidade dados por meio da constituição da Demografia (com medições de natalidade, fecundidade, crescimento populacional, expectativa de vida e variáveis de saúde e bem-estar populacional), da Pedagogia (como controle do sexo das crianças ao se moldar a concepção de proteção da infância e da juventude), e da Psiquiatria (como forma de dar conta das perversões sexuais, dos desvios e dos atos antinaturais).

No primeiro volume de *A História da Sexualidade* (1988), ele desenha um cenário da genealogia dos parâmetros binários e dos saberes sobre sexualidade sadia em nossa sociedade ao desnaturalizar e politizar a sexualidade. Para o francês, desde o século XVIII, a partir da Idade Média, a história do sexo e dos desejos mostra mais do que elementos de proibição e repressão, mas uma pernicioso vontade de saber.

A modernidade foi responsável mais do que por uma repressão sexual sobre os corpos em termos de pecado ou comportamento impróprio. A questão central do porque se diz que as sociedades sob o foco dos analistas ocidentais são compostas por sujeitos reprimidos e cheios de tabus é explicada por uma complexa pluralidade de determinações, silêncios e formatações dos saberes e verdades sobre a sexualidade humana.

Para Foucault, a sexualidade não foi desenvolvida unicamente como um segredo incansavelmente preservado ao domínio do íntimo, do privado, da casa e da família com potencial de reprodução. Foi também formulada enquanto objeto da ciência (por médicos, psiquiatras e outros profissionais) capaz de conter ameaças, desvios e perversões de corpos em

desenvolvimento (de crianças e adolescentes) e dos corpos em completo funcionamento (de adultos, em especial de mulheres).

Em suma, Foucault aponta que o desenvolvimento dos discursos sexuais penetrou a organização e a compreensão da organização social. “O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos” (1988, p. 27).

Um exemplo prático de regulação do sexo continua existindo nas questões de Urbanização e Demografia como desafios econômicos e políticos, sendo necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis e assim por diante. Dessa forma, o uso íntimo e individual do sexo estava ligado à gestão econômica e política das sociedades.

[...] essa colocação do sexo em discurso não estaria ordenada no sentido afastar da realidade as formas de sexualidade insubmissas à economia da reprodução (dizer não às atividades infecundas, banir os prazeres paralelos, reduzir ou excluir as práticas que não têm como finalidade a geração)? Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis, organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação: isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genitalidade tantos prazeres sem fruto? Toda essa atenção loquaz com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora? (FOUCAULT, 1988, p. 37)

Da mesma maneira, o historiador inglês Jeffrey Weeks (1985) sugere que a sexualidade tem tanto a ver com o corpo físico quanto tem a ver com crenças, ideologias e imaginações. Weeks indica que, nas sociedades modernas, a sexualidade foi por muito tempo uma preocupação da religião e da filosofia da moral. Desde então, no final do século XIX, o tema ganhou sua própria disciplina, a Sexologia, o ímpeto taxonômico de construir normalidades e anormalidades para as práticas sexuais, mas também foi alvo, mais adiante no tempo, de investigações da Psicologia, da Biologia, da Antropologia, da História e da Sociologia.

O sexo passou de força avassaladora para um elemento essencial na feitura de uma pessoa (personalidade e identidade). Para Weeks, os significados dados à sexualidade e ao corpo são socialmente organizados de modo que variadas linguagens nos dizem o que o sexo é, como ele deve ser e o que ele pode ser. Entre as mudanças de sentido dadas à sexualidade, Jeffrey Weeks (2015) aponta para a historicidade e para as relações de poder como fatores essenciais:

Nossas definições, convenções, identidades e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder (WEEKS, 2015, p. 42)

Houve, portanto, imposições de verdades sobre os nossos desejos corporais, discursos que são continuamente tensionados. Palavras como “heterossexualidade” e “homossexualidade”, termos que hoje damos como dados, foram cunhadas pela mesma pessoa, o escritor austro-húngaro Karl Kertbeny, em 1869.

Até ali, os homens eram vistos como meramente reativos ao desejo, seja ele realizado com pessoas do mesmo gênero ou não. Portanto, realizavam práticas sexuais habituais, eventuais e outras que não eram socialmente bem-vistas. O sodomita era visto como uma aberração temporária, enquanto a constituição do homossexual trouxe a ideia de uma identidade sexual fixa.

Não se produziram conhecimentos e mudanças acidentais. A linguagem da sexualidade trouxe termos cruciais e opostos. Na mão de sexólogos pioneiros, a homossexualidade se tornou uma descrição médico-moral, assim como outros comportamentos. Com o tempo, as palavras constituíram divisões reais entre as pessoas, normas, e muitas delas foram ligadas à anormalidade.

A sexologia tomou a si duas tarefas distintas ao final do século XIX. Em primeiro lugar, tentou definir as características básicas do que constitui a masculinidade e a feminilidade normais, vistas como características distintas dos homens e das mulheres biológicos. Em segundo lugar, ao catalogar a infinita variedade de práticas sexuais, ela produziu uma hierarquia na qual o anormal e o normal poderiam ser distinguidos. Para a maioria dos pioneiros, os dois empreendimentos estavam intimamente ligados: a escolha do objeto heterossexual estava estreitamente ligada ao intercurso genital. Outras atividades sexuais ou eram aceitas como prazeres preliminares ou eram condenadas como aberrações. (WEEKS, 2015, p. 63)

Tal referencial não produz unicamente uma crítica às ciências sexuais, mas ajuda a compreender que a sexualidade possui uma história complexa, que as atividades sexuais acabaram dadas

como naturais e legitimadas em contraposição a outras. Da mesma forma, que se estabeleceu uma diferença sexual (entre homens e mulheres) por meio de relações identificadas da sociedade e atribuídas como convenções.

Jeffrey Weeks (2015) aponta ainda que a história social da heterossexualidade é muito mais complexa e envolve ainda as mudanças na vida familiar, padrões cambiantes no universo do trabalho, mudanças nos padrões de fertilidade e, por fim, uma nova ênfase no sexo como prazer. A heterossexualidade foi institucionalizada como ordem compulsória e dominou os debates de moralidade sexual. No entanto, é uma invenção com fins regulatórios, que hoje, na esfera política, é afetada por questões centrais como: a reconfiguração da família moderna, os questionamentos dos lugares de gênero promovido pelos movimentos de mulheres, o ataque ao lugar de normalidade em prol de uma completa igualdade empreendido por grupos LGBT e por políticas queer.

2.2. De onde veio o Queer? Eu sou Queer?

Antes de falarmos sobre o queer, é preciso compreender o que é o sujeito político LGBT. É uma sigla que, no Brasil, desde 2008, designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis, homens e mulheres transexuais. Internacionalmente, o T indica a presença de transgêneros no movimento, ou seja, o espectro de pessoas cuja identidade de gênero não se alinha à designação de gênero do nascimento em contraposição aos cisgêneros, ou seja, quem está em concordância com o gênero designado.

É importante compreender que na dimensão de gênero há a identidade de gênero²⁹, que diz respeito à experiência interna e individual do gênero, profundamente sentida por cada pessoa, que pode ou não corresponder ao gênero atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou funções corporais por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.

²⁹ Definição formulada com base nos Princípios de Yogyakarta (2006), documento referência das Nações Unidas sobre os direitos essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa em virtude de seu gênero e/ou sexualidade.

Já a sexualidade traz à tona a dimensão da orientação sexual³⁰, como à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.

As identidades de gênero abraçam possibilidades como cisgeneridade, transgeneridade, intersexualidade e demais possibilidades de neutralidade, multiplicidade, negação e fluidez de gênero. A identidade de gênero marca ainda corpos, experiências e trajetórias de longo prazo: transexuais, travestis, não-binários e mais; corpos, experiências e expressões de curto prazo: *crossdresses*³¹, *drag queens*, *drag kings*, andrógenos e mais; corpos, vivências e trajetórias localizadas em diferentes contextos culturais: travesti, *hijra*, *mukhannathun*, *fa'afafine*, *fakaleiti*, *ladyboy*³².

As orientações sexuais agregam a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a pansexualidade, a assexualidade e as demais possibilidades de identificação em virtude dos laços e dos arranjos de envolvimento afetivo-sexual com a diversidade de pessoas e identidades de gênero.

São classificações e conceitos que, recentemente, entraram em circulação após o intenso uso nos esforços taxinômicos e patologizantes das ciências médicas, psicológicas e legais e que foram transpostas e adaptadas pelo movimento social.

Os arranjos e as identificações de gênero são, ao mesmo tempo, fontes de existência, percepção, revelação, proclamação, reconhecimento e prazer, mas também são fontes de desigualdade, de vulnerabilidade e de opressão. Gênero e sexualidade são dimensões culturais e políticas, uma cultura e uma política que podem ser complexas, confusas e contraditórias.

É certo que toda classificação apresenta o risco e o déficit de ser excludente ou não compatível com a complexidade de interpretações e de como as pessoas se apropriam e fazem uso dela. Queer, muitas vezes, é disseminado como a identidade que abarca quem não está de acordo

³⁰ Idem.

³¹ Termo que se refere a quem pratica o ato de adotar vestimentas ou itens associados ao gênero oposto. É uma experiência ligada a clubes e sociedades particulares e não está relacionada com a homossexualidade ou com a transexualidade.

³² **Hijras** são pessoas transgêneras da Índia; **mukhannathun** são pessoas com experiências de gênero e sexualidade variantes aceitas no Islã; **fa'afafine** é o terceiro gênero de Samoa; **fakaleiti** é uma experiência de gênero de Tonga; e **ladyboys**, a identidade transexual típica da Tailândia.

com as definições dominantes de masculinidade, feminilidade e sexualidade. Um termo que dá conta de contemplar as outras expressões e identificações não catalogadas na sigla LGBT.

Com a teoria e prática feminista e ampla vocalização dada nos anos 1970, diferentes autoras e autores foram responsáveis por importantes contribuições conceituais para se examinar as questões de gênero e de sexualidade na contemporaneidade. Entre tais provocações epistemológicas estão os intitulados Estudos Queer. Uma vertente de teorias e práticas políticas que a priori poderia ser definida pela indefinição e pela inquietante crítica a normalização das identidades.

Diferente do contexto político dos Estados Unidos, onde a expressão foi criada, no Brasil, queer é uma palavra que ganha sentido com uma perspectiva de estudos, não como expressão ética e política dos movimentos sociais. Temos localmente apropriado o termo³³, sobretudo, como achado teórico e conceitual para a produção de saber no campo do gênero e da sexualidade.

Do inglês, queer é uma palavra com uma carga pejorativa que pode ser traduzida como estranho, esquisito, ridículo, raro ou extraordinário (LOURO, 2015), mas que reflete algo similar às ofensas “bicha” ou “viado” que tantos jovens com comportamentos diferentes das regulações do masculino escutam no Brasil.

Como parte de uma estratégia de valer-se de algo ofensivo, a comunidade LGBT dos Estados Unidos realizou um movimento de apropriação linguística e passou a utilizar a palavra como fonte de orgulho para expressar as práticas de vida em desacordo com as normas socialmente aceitas. Passou a designar o conjunto populacional com desejo de romper as amarras do projeto de poder normativo e regulador que as heterossexualidades constituíram.

Nesse sentido, considero queer uma força que desestabiliza, um movimento que aponta para a construção de modelos de masculinidade e feminilidade ao mesmo tempo que possibilita uma nova mentalidade em torno dos corpos que não se encaixam nesses modelos, ou seja, indica a existência e a aceitação de quem sempre foi lido como estranho. Queer é a denúncia de imposições de comportamentos aos corpos de forma que nos coloca a pensar sobre os processos de instauração e osmose de normas culturais. Sonoramente diz: “Sou diferente, gosto de ser e quero o devido reconhecimento da minha diferença”.

³³ No texto "Traduções e torções" (publicado na Revista Periódicus, 1ª edição de 2014), Larissa Pelúcio, professora da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp, dedica-se a apontar como o pensamento queer em terras brasileiras se tornou uma teoria de combate com poucos frutos e elaborações no ativismo.

Em pouco tempo, queer também passou a sintonizar uma crítica às lésbicas, aos gays e aos bissexuais que atuam ou colaboram para uma política de assimilação ou de limpeza das condutas sexuais dissidentes à hegemonia heterossexual, isto é, àqueles que utilizam o modelo heterossexual como perspectiva legítima de vida a ser seguida.

O queer nasceu como postura política e foi alçado à vertente de estudos das normalizações. Não é possível pensar de modo queer sem a influência dos novos sujeitos históricos que passam a demandar direitos e que constantemente reavaliam as estratégias empregadas ou as que estão em uso. Queer também é o fazer crítico que tenciona o projeto e os protagonistas de lutas emergentes.

Se o movimento gay e lésbico tradicional tinha como preocupação mostrar que homossexuais eram pessoas normas e respeitáveis, o movimento queer vem para dizer: “olha, mesmo os gays e lésbicas respeitáveis em certos momentos históricos serão atacados e novamente transformados em abjetos”. A maior parte das pessoas, sobretudo as que estavam com o HIV, não faziam parte desse grupo pelo qual o movimento homossexual forjado na década de 1960 lutava. Em sua maior parte, o movimento homossexual emerge marcado por valores de uma classe-média letrada e branca, ávida por aceitação e até mesmo incorporação social. (MISKOLCI, 2015, p. 24)

De acordo com o sociólogo Richard Miskolci (2009), originada a partir dos Estudos Culturais norte-americanos e do pós-estruturalismo francês, a Teoria Queer ganha notoriedade como contraponto crítico à política de identidades dos movimentos sociais, uma vez que a perspectiva de minoria sexual termina por manter e naturalizar a norma heterossexual.

Os primeiros teóricos queer rejeitaram a lógica minorizante dos estudos socioantropológicos em favor de uma teoria que questionasse os pressupostos normalizadores que marcavam a Sociologia canônica. A escolha do termo queer para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, servia para destacar o compromisso em desenvolver uma análise da normalização que, naquele momento, era focada na sexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 151).

Baseada em uma interpretação do sujeito da filosofia pós-estruturalista, desconstruído e constituído, como mutável, circunstancial e fragmentado, teóricos queer começam a apontar que nada é natural, nenhuma experiência é dada, as divisões binárias do gênero, e por consequência dos corpos alvos da sexualidade, são atribuídos a partir de parâmetros formulados por regimes de verdade:

[...] não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente,

infindavelmente. Quem tem a primazia nesse processo? Que instâncias e espaços sociais têm o poder de decidir e inscrever em nossos corpos as marcas e as normas que devem ser seguidas? (LOURO, 2008, p. 18)

Além das teorizações que problematizam o pressuposto de curso natural da heterossexualidade e o lugar de desvio da homossexualidade, a Teoria Queer é marcada pelas obras de Michel Foucault e Jacques Derrida. A partir de Foucault, expõe-se o caráter discursivo e repressivo da sexualidade em nossas sociedades. Mostra-se como a sexualidade se tornou objeto do poder disciplinar por meio de sexólogos, psiquiatras, psicanalistas, educadores, de forma a ser descrita e, ao mesmo tempo, regulada, saneada, normalizada por instâncias sociais como as Religiões, a Ciência e a Justiça na tentativa de delimitar as formas aceitáveis e as formas perversas da sexualidade.

Por meio de Foucault, aponta-se ainda o movimento contemporâneo de proliferação de identidades, prazeres específicos em conjunto com os discursos sobre a sexualidade. Já na leitura de Derrida, postula-se um método: a analítica da desconstrução. Para o filósofo, a razão ocidental opera, tradicionalmente, por dualismos: a partir de uma posição se formula o lugar do Outro, o oposto ao normal é hierarquizado como inferior.

De acordo com Derrida, essa lógica pode ser abalada com um processo estratégico de desestabilização dos pares por meio da denúncia da complementariedade e da interdependência das oposições de forma a minar e a perturbar o próprio discurso que o afirma. Desconstruir é um ato analítico de desfazer polaridades e tecer um quadro de referência mais rico e complexo.

É possível compreender os Estudos Queer como uma empreitada que expõe a imposição da heterossexualidade como um regime político-social que regula corpos, um dispositivo de poder com base em marcadores sociais de diferença que efetiva posições sociais de hegemonia e outras de subalternidade, isto é, uma ordem compulsória que garante privilégios políticos, culturais e econômicos para uns e não para outros.

Os estudos “queer” sublinham a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença. (MISKOLCI, 2009, p. 154)

Como campo epistemológico, a Teoria Queer proporciona ferramentas para perceber e explorar melhor as relações que implicam a heterossexualidade como expectativa, demanda e obrigação social, já que ela é fundamentada pela cultura como natural e ordem legítima da sexualidade,

mas não só. Permite ainda pensar como operações históricas incitam hegemonias e subalternidades em virtude da imposição social de normas e de convenções culturais. Nesta ação, o poder não é algo associado com um grupo, com uma instituição ou com um indivíduo, mas um elemento relacional e cultural que é variável e contextualizado.

As confluências de um ativismo político e de um ativismo acadêmico em torno da condição marginal das pessoas LGBT produziram este campo que coloca em xeque os modos como se produz a desigualdade. Neste foco, olha-se com mais atenção para confluências de formas diferentes de organizar as pessoas (raça, classe, gênero e sexualidade) e com isso se preocupa com as violências impostas aos trabalhadores do sexo, aos homens e às mulheres transexuais, às travestis, às mulheres negras periféricas, às bichas negras e afeminadas. Sujeitos que lidam com múltiplos estigmas e são relegados à abjeção em diferentes espaços sociais.

2.3. Do que vale a Teoria?

Como toda corrente teórica, a Teoria Queer traz contribuições, mas conta com limitações para ler e compreender o mundo. Em geral, o aporte teórico queer nos ajuda a pensar os arranjos de gênero e de sexualidade como questões culturais e de uma política de reconhecimento de corpos, uma ordem marcada por desigualdades e opressões, que regula acessos, oportunidades e direitos, o que tem levado, tanto em nível local quanto global, para um cenário com constante renovações nas demandas políticas.

As transformações políticas e culturais nos últimos 50 anos repercutiram na produção do conhecimento. Desenvolveram-se novas percepções, novos sentidos e uma terminologia de gênero. Entre as novas compreensões, toca, principalmente, a noção do gênero e da sexualidade como algo que é forjado tanto no meio cultural como seria por fatores biológicos. Uma diluição do peso científico dado às explicações e aos paradigmas autoritários que vinham da Biologia, da Medicina, das Ciências Jurídicas e na melhor das hipóteses da Psicologia, da Psiquiatria e da Psicanálise.

Não por acaso, no Brasil, a área de estudos da sexualidade ganha um repertório das Ciências Sociais, a partir dos anos 1980, que contesta categorias sexuais como da ordem da essência ou da natureza humana. As pesquisas de José Fábio Barbosa da Silva, Peter Fry, Edward McRae, Luiz Mott, Carmen Dora Guimarães e Néstor Perlongher fizeram uma exploração e uma inserção da sexualidade nas esferas do cultural, do histórico, do sociológico e do antropológico.

Contudo, tais estudos corroboraram para conhecer e respeitar, mas focaram em gays e lésbicas, de modo que se instalou uma percepção sobre formas de vivências sexual não hegemônicas pela ideia de cultura e política das minorias. Nesta etapa, nos Estados Unidos, apesar dos universos muito distintos, os estudos sobre homossexualidade foram alimentados pela intuição de que era extremamente importante começar a questionar a hegemonia hétero como cultural e política. De se questionar o lugar restrito de minoria sexual e a impressão de que a maioria das pessoas são heterossexuais pelos dispositivos “naturais” do meio.

Com isso, os primeiros estudos queer modificaram o pressuposto da heterossexualidade. Mostrou-se que as pessoas transitam entre diferentes formas e arranjos da sexualidade, que não cabem apenas em um binômio de orientações (hétero-homo). Outro passo foi dado em virtude da Teoria Queer ser uma produção de uma vertente do feminismo que, da mesma forma que outras vertentes, questiona, por exemplo, a unidade do sujeito-mulher (sem as idiosincrasias) de forma que a sociedade estaria organizada em masculinidades e feminilidades que cabem em homens e mulheres, em dois tipos de corpos, apenas em um par de construtos culturais.

O termo Teoria Queer é atribuído a Teresa de Lauretis como uma tentativa da acadêmica de fechar uma unidade para um conjunto de pesquisas, teóricos e teóricas muitas vezes dispersos e até mesmo discordantes. Assinala-se que seria uma corrente nascida a partir dos anos 1990, em virtude da divulgação de livros influenciadores como *Problemas de Gênero*, de Judith Butler, e *A epistemologia do armário*, de Eve Kosofsky Sedgwick.

Desde que aportou no Brasil, a Teoria Queer provocou questionamentos quanto às possíveis traduções, ou seja, aos modos como tal estofa teórico seria absorvido e significado para as experiências marginais brasileiras. Em síntese, os estudos queer no Brasil necessitariam de uma perspectiva para além do norte global. Não por uma questão geográfica, mas sim de um conhecimento adequado, relevante e arejado pelas vivências latino-americanas. Neste quadro, apontamentos críticos são feitos à teoria queer e possibilidades epistemológicas estão sendo desenhadas agora que o pensamento queer se torna uma expressão política de alguns movimentos sociais e artísticos brasileiros.

Outro ponto de crítica é a abstração teórica. A literatura de gênero passou a um lugar de contemplação e análise que a torna pouco pragmática. De acordo com a socióloga transexual australiana Raewyn Connell, em *Gênero: uma perspectiva global* (2015), os estudos queer se

preocupam mais com a representação, a linguagem e a diferença do que com a políticas públicas com as quais feministas e pessoas LGBT estão lidando ao redor do mundo.

Apesar dessas ressalvas, a Teoria Queer vem enriquecer o conceito de gênero. É responsável por sofisticar e enriquecer os estudos gays e lésbicos com uma perspectiva crítica do feminismo. Como vertente teórica, mais do que rompimentos, ela acentua os nossos olhares:

Um olhar queer sobre a cultura convida a uma perspectiva crítica em relação às normas e convenções de gênero e sexualidade que permitem – e até mesmo exigem – que muitas pessoas sejam insultadas cotidianamente como esquisitas, estranhas, anormais, bichas, sapatões, afeminados, travestis, boiolas, baitolas, e por aí vai. Pensem sobre essas pessoas e ficará um pouco mais claro, espero, por que queer não é sinônimo de gay ou de homossexual. Também espero que percebam que nada, ou muito pouco, adianta buscar passar da injúria para uma tabela de identidades, de forma que fosse possível dizer assim: “eu vou respeitar fulano, porque fulano é tal coisa”. A ideia não é apenas descobrir a forma correta de chamar alguém, mas, antes questionar esse processo de classificação que gera o xingamento: a primeira experiência com relação à sexualidade de todo mundo, seja daquele que foi rejeitado e aprendeu que não era normal, seja de quem adotou as normas e se inseriu socialmente de uma forma mais fácil, digamos assim, é a experiência da injúria. (MISKOLCI, 2015, p. 33)

Com a ajuda do referencial queer, passamos a compreender o contemporâneo como o tempo-espaço no qual corpos deixam de ser interpelados (sem o devido questionamento) por uma ordem binária majoritária (homem-mulher) e de ser compulsoriamente heterossexual. Para um horizonte que abraça possibilidades de neutralidade, multiplicidade, negação e fluidez das masculinidades, feminilidades e sexualidades. Desenha-se a multiplicidade de vozes, desejos e projetos coletivos que habitam os coletivos sexuais e de gênero.

Vejamos alguns pontos das teorias de gênero que esboçam o caminho dado aquilo que hoje concebemos como Teoria Queer. Do conhecimento que se assenta sobre a construção da heterossexualidade como algo compulsório até a questão da diferença, dos corpos e dos desejos como elementos regidos por forças discursivas em prol de uma normatividade de gênero dada como hegemônica em nossa cultura: entre os grandes avanços teóricos do feminismo está a categoria “gênero” como forma de se pensar as desigualdades.

A professora e historiadora norte-americana Joan Scott é responsável por um texto célebre sobre a categoria gênero como elemento analítico. Em *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* (1989), Scott aponta os eixos políticos pelos quais o uso do conceito de gênero se tornou significativo para as cientistas uma vez que seria a demarcação de uma posição teórica,

a indicação de um meio para elaborar uma outra historiografia, na qual as mulheres possam ter suas atividades públicas e políticas conhecidas, além de se considerar as desigualdades sofridas pelas mulheres ao longo do tempo.

Na visão de Scott, apesar de ser uma nomeação para dar legitimidade acadêmica aos estudos feministas nos anos 1980, gênero, como substituto de mulheres, implica a sacada epistemológica de que olhar para um implica o outro. Falar de gênero é falar de questões das mulheres e dos homens, de uma forma que não se perpetua o mito de uma esfera separada para as narrativas sobre as mulheres.

Dessa forma, para a autora, gênero é um termo que reivindica uma compreensão para as desigualdades persistentes entre mulheres e homens diferente dos paradigmas científicos que até então deixavam a questão ausente ou a tratavam por meio de lógicas de oposição do masculino para com o feminino. “O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (1989, p. 23).

Por exemplo, enquanto a categoria de classe está baseada na teoria complexa de Marx e seus posteriores, pensar em gênero envolve uma mudança no modo como compreendemos o desenvolvimento de desigualdades.

O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalavam primeiro o compromisso do (a) pesquisador(a) com a história que incluía a fala dos(as) oprimidos(as) e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão: assinalava também que esses(as) pesquisadores(as) levavam cientificamente em consideração o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos. (SCOTT, 1989, p. 4)

É importante ressaltar que as feministas farão usos diferentes das teorias de gênero. Já as análises em torno da sexualidade se concentraram em interrogações em torno dos usos políticos do sexo. É o caso das contribuições da antropóloga Gayle Rubin (1984), para quem, a esfera da sexualidade detém uma política interna, desigualdades e modos de opressão que precisam de independência das questões de gênero.

Para Rubin, o pensamento feminista permitiu uma literatura fértil sobre trabalho doméstico, divisão sexual do trabalho e a representação política das mulheres. Contudo, apesar de útil, não se conseguia chegar a certos temas cruciais como as práticas sexuais estigmatizadas.

Dessa forma, Gayle Rubin, em *Pensando o Sexo* (1984), abordará como muitas vezes o referencial de gênero adota uma visão de mundo no qual a heterossexualidade é dada e presumida. Portanto, não se reconhece, por exemplo, as questões lésbicas entre as pautas das mulheres.

De partida, ela enfatiza que a vida erótica é regida por repressões e vigilâncias da esfera pública. Isto é, há períodos em que a sexualidade é fruto de maior contestação e de medidas que negociam ou que policiam as práticas eróticas. Dessa forma, o desejo sexual não pode ser tratado como uma propriedade individual, sem regulação ou interferência do diálogo social. E muitas vezes, falas sobre o sexo, o interpretam como pura expressão individual do desejo, sem nenhum tipo de contorno social.

As mutações da moral, o reforço do aparato médico, do poder das profissões psicológicas, da conduta policial, da legislação sexual ou das ações de saúde e educação são, desde o século XIX, parte dos controles e dos desencorajamentos em torno da sexualidade.

Da mesma forma que Foucault, Rubin ressalta que são forças que estiveram presentes nas políticas de castidade; de cerceamento da masturbação; de construção da ideia de que falar sobre sexo é estimulante e, portanto, prejudicial às crianças e aos adolescentes; de repúdio ao aborto; de proibição da pornografia, da literatura erótica e das imagens obscenas; de criminalização da prostituição; de perseguição a travestis e transexuais; de ações de controle de natalidade e de sexualidade dos mais pobres; de infrações cometidas por casais intergeracionais ou inter-raciais; de ameaça a homossexualidade e a outros desvios sexuais.

As políticas de repressão produzem resíduos (códigos, ideologias e linguagens sexuais) que afetam a sexualidade experienciada em outras localidades e temporalidades. A autora esclarece que o controle da sexualidade tende a criar o espectro do “ofensor e da ameaça sexual”, fontes de medo e pânico moral, ingrediente necessário para qualquer repressão.

Nas palavras de Rubin, guerras sexuais são travadas quando se produz perseguição, cerceamento e pânicos ligados a grupos, a pessoas ou a determinadas práticas sexuais. É a partir dessa percepção, que a antropóloga esquematiza uma pirâmide erótica, na qual uma maior adesão a determinadas práticas sexuais significa prestígio e legitimidade social em oposição a outras.

Nesse sentido, um exemplo, é que quanto maior for a aproximação de um indivíduo da experiência da heterossexualidade monogâmica, mais ao topo da pirâmide estará e, portanto, haverá por parte da organização social o direito a acessos como saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suportes institucionais e demais benefícios materiais. Em contraponto, os demais comportamentos sexuais são movidos para baixo na escala de prestígio e lidam com mais vulnerabilidades, com a presunção de doenças físicas e mentais, má reputação, criminalidade, perda de suporte legal e sanções econômicas e de direitos.

O sexo é vetor da opressão. O sistema de opressão sexual corta transversalmente outros modos de desigualdade social, separando os indivíduos e grupos de acordo com suas próprias dinâmicas intrínsecas. Não é reduzível a, ou entendível em termos de classe, raça, etnicidade ou gênero. Sucesso financeiro, cor branca, gênero masculino e privilégio étnico podem mitigar os efeitos da estratificação sexual. Um homem pervertido que seja rico e branco geralmente será menos afetado do que uma mulher pervertida que seja pobre e negra. Mas nem os mais privilegiados estão imunes à opressão sexual. (RUBIN, p. 31, 1984)

Portanto, um sistema de valor sexual, da qual a aquisição de uma perspectiva sexual e de gênero nos coloca ou não em zonas de bem-estar e que implicam nas políticas públicas de Estado, nas legislações, nas narrativas de perigo, perversão e clandestinidade em torno do sexo.

Para Gayle Rubin, quando se avalia a perspectiva política da sexualidade nas sociedades ocidentais, indica-se a seguinte proposição:

Uma teoria radical do sexo deve identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual. Tal teoria necessita de ferramentas conceituais refinadas com as quais se possa compreender o sujeito e mantê-lo visível. Deve produzir descrições ricas da sexualidade na forma como ela existe na sociedade e na história. Requer uma linguagem crítica convincente que possa transmitir a barbárie da perseguição sexual. (RUBIN, 1984, p. 11)

Ela defende o impacto de se desenvolver perspectivas radicais da sexualidade, nas quais se supere os seguintes pilares ideológicos:

- **O essencialismo sexual:** a incorporação do sexo como propriedade imutável do indivíduo, construído como fisiológico e psicológico. Quando a sexualidade humana não é compreensível somente em termos biológicos (como libido natural), mas também por contextos históricos, culturais e sociais próprios.
- **A negatividade sexual:** pensamento que considera o sexo como perigoso, destrutivo, força negativa e inferior de um indivíduo. Dessa forma, todo comportamento erótico é considerado

mau. Só é perdoado enquanto prática por motivos bem estabelecidos socialmente, como o casamento, a reprodução e o amor.

- **A hierarquia dos atos sexuais:** as sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais de acordo com um sistema hierárquico de valores sexuais. De forma, que o sexo é legislado em termos de práticas abomináveis (sexo homossexual, sexo anal, sexo promíscuo, sexo incestuoso, sexo fetichista, sexo masoquista, trabalho sexual e outras “bestialidades”) até as práticas com saúde, respeitabilidade e legalidade (sexo vaginal, reprodutivo e marital).

- **A falta do conceito de variação benigna:** supomos que a sexualidade deve se adequar a um único padrão que é legitimado como capaz de alcançar desejo, afeição, amor, escolha livre, gentileza e transcendência quando há uma sexualidade pluralística e complexa. Para a Religião, há a singularidade do casamento procriativo; e para a Psicologia, existe a heterossexualidade madura. Outros formatos são hábitos considerados inferiores e repugnantes.

Contudo, apesar do pensamento de Rubin apresentar as manifestações mais severas do sistema sexual (identificação, vigilância, apreensão, tratamento e punição de práticas sexuais), ela também nos apresenta os atores da prevenção das barbáries eróticas: os sujeitos dos emergentes movimentos sexuais, sensíveis a novas bases epistemológicas e a novas *práxis*. Agentes que tencionam e deslocam com novo foco intelectual o sistema sexual das sociedades ocidentais.

A poeta e crítica literária Eve Kosofsky Sedgwick é uma das autoras que irá se concentrar no regime de vida dos novos agentes sexuais comentados por Rubin. Em *A Epistemologia do Armário*³⁴ (2007), a autora norte-americana argumenta que a vida de pessoas homossexuais é marcada pela gestão do segredo. Isto é, gays e lésbicas lidam, no público e no privado, com os limites da privacidade e da revelação de sua sexualidade. Enquanto isso, heterossexuais possuem o privilégio da visibilidade da sexualidade, além, é claro, da hegemonia dos valores e dos códigos culturais.

O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora.

³⁴ Livro da autora publicado em 1990. Em 2007, um artigo que apresenta as ideias condensadas do livro foi publicado e traduzido pelos *cadernos pagu*.

Dizer, como direi aqui, que a epistemologia do armário deu uma consistência abrangente à cultura e à identidade gays, ao longo do século XX, não significa negar que possibilidades cruciais em torno e fora do armário passaram por mudanças importantes para as pessoas gays. (SEDGWICK, 2007, p. 22)

O fenômeno do armário gay indica para Sedgwick o par composto por homo-hétero e como na cultura heterossexista, o armário é o ambiente reservado às necessidades do outro. O armário nos permite ver como as questões gays e as necessidades representacionais têm sido tratadas nas culturas ocidentais, ou seja, são segregadas a um âmbito menor, à exclusão, ao gueto compulsório e ao manto do privado.

A oposição homo-hétero instaura limites à liberdade da sexualidade e à compreensão da diversidade sexual, ou seja, "o armário é a estrutura definidora da opressão gay" (p. 26).

[...] a imagem do armário é indicativa da homofobia de uma maneira que não o pode ser para outras opressões. O racismo, por exemplo, baseia-se num estigma que é visível, salvo em alguns casos excepcionais (casos que não são irrelevantes, mas que delinham as margens, sem colorir o centro da experiência racial). O mesmo vale para as opressões fundadas em gênero, idade, tamanho, deficiência física. Opressões étnicas/culturais/religiosas, como o anti-semitismo, são mais parecidas, pois o indivíduo estigmatizado tem pelo menos alguma liberdade de ação – embora, o que é importante, não se possa garantir quanta – sobre o conhecimento das outras pessoas acerca de sua participação no grupo: poder-se-ia “sair do armário” como judeu ou cigano, numa sociedade urbana heterogênea, de maneira mais inteligível do que se poderia “sair” como, digamos, mulher, negro, velho, usuário de cadeira de rodas ou gordo (SEDGWICK, 2007, p. 32).

Dessa forma, o gesto de revelação da sexualidade dá início ao rompimento do processo público do que é natural e do não natural, do comum e do incomum. Sedgwick reconhece o poder individual, mas ressalta que é uma influência limitada sobre opressões que se dá em escala coletiva e por meios institucionais. Quem se declara possui consciência dos possíveis prejuízos que poderá ter tanto no privado (família) quanto no público (sociedade).

A exposição à homofobia cultural implica aos sujeitos uma necessidade de encontrar a definição sexual precisa e adequada para si. Dessa forma, a identidade gay ganha contornos a partir de uma política de classificação sexual, mas também de sobrevivência e de resistência. No entanto, trata-se de uma postura que pouco interfere no domínio da heterossexualidade.

Embora o movimento de liberação gay pós-Stonewall, predominantemente masculino, tenha tido uma presença política mais notável do que o lesbianismo radical e tenha apresentado novas imagens poderosas de pessoas e comunidades gays, juntamente com uma nova família excitante de estruturas narrativas ligadas à saída do armário, ofereceu poucas novas facilidades

analíticas para a definição homo/heterossexual previamente ao momento da saída individual. (SEDGWICK, 2007, p. 45)

A avaliação epistemológica de Sedgwick será um dos textos considerados fundamentais dos estudos queer, uma corrente de estudos e de militância que abrigará uma pluralidade de visões. Contudo, é mediante a publicação, também em 1990, do texto-referência de Judith Butler que se inaugura em definitivo a teoria queer, que dá atenção especial às pessoas que provocam fissuras nas normas de gênero.

É por meio deste texto que Judith Butler facilita uma convergência entre as perspectivas de gênero dadas pelas leituras feministas, gays e lésbicas. Ela defende que os feminismos lidam constantemente com um problema político em relação a quem é o seu sujeito político. Sabemos que tal sujeito é uma elaboração discursiva e corresponde à ideia de que uma experiência de gênero em comum torna possível a aliança global entre as mulheres.

Em *Problemas de Gênero*³⁵, a filósofa Judith Butler (2003) leva o questionamento sobre o ser mulher um fato natural ou uma construção cultural às últimas instâncias. Butler trabalha, a partir da ideia de que o gênero é constituído por atos de gênero, para romper com as teóricas feministas que vinculam o gênero a uma realidade corpórea (o corpo designado como feminino) e à presunção da heterossexualidade (o corpo que apresenta desejo por homens).

A autora reconhece o gênero como uma construção pouco coerente e consistente em cada ser em virtude dos diferentes contextos históricos e cruzamentos de raça, etnia, classe, sexualidade e localidade que cada corpo comporta. Resulta que gênero é um fazer, é uma performatividade instaurada no corpo, além de uma operação política e cultural que é produzida e mantida.

Em outras palavras, o gênero é um processo pelo qual todos os corpos passam. A partir de parâmetros culturais (das normas existentes de gênero), cada corpo realiza uma tarefa de organização e vinculação a uma concepção de gênero. Trata-se de uma tarefa empenhada pelos corpos com pouca margem de interpretação subversiva ou autoria. Com isso, Butler torna claro o caráter construtivo do gênero, bem como a matriz heterossexual de poder que conforma e idealiza corpos.

³⁵ A edição em inglês data de 1990. No Brasil, o ensaio sobre gênero foi publicado em 2003 e mais recentemente em 2015.

É importante lembrar que Judith Butler não recusa as diferenças dos corpos, mas aponta para a fragilidade da identidade. Obviamente ela não refuta o uso político dado às identidades, mas indica que o feminismo, também por meio de normas de gênero, delimita sua representação mediante à exclusão daqueles que não cabem no seu universo (quem não é mulher ou quem não corresponde aos parâmetros muitas vezes biológicos que definem a categoria mulher).

Com grande ousadia, a filósofa estadunidense defende que o gênero não se dá por meio de uma base natural, na qual operariam os sistemas de sexualidade compulsória. Com isso, para Butler, a distinção entre sexo e gênero pressupõe um corpo preexistente que adquire por meios culturais seu significado. No entanto, o corpo não pode ser anterior à significação dos discursos. O sexo seria desde sempre gênero. A face oposta da mesma moeda.

As interpretações de gênero se dão por meio de práticas, proibições e constrangimentos. Judith Butler (2003, p. 59) indica que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”.

Segundo Butler, a coerência transmitida pelos gêneros exige uma heterossexualidade estável e oposicional. Os ritos sexuais são marcados pelo gênero. Existe uma matriz heterossexual que dá coerência natural aos sexos. O desejo reflete o gênero e o gênero exprime o desejo. Daí os tabus sociais serão os responsáveis por instituir e por manter fronteiras do corpo. De forma que constituirão normas de gênero, com delimitações, o que é aceito e de quais comportamentos não o são.

Nesta leitura, o gênero é um significado assumido, que só existe em relação a outros corpos significados, bem como aos valores culturais dados aos corpos significados. Declarar a construção do gênero implica, não na confirmação de uma artificialidade, mas na compreensão de que certas configurações do gênero assumem posições de hegemonia e de poder por meio de uma naturalização bem-sucedida.

Conforme proposto por Butler (2003), as noções naturalizadas e reiteradas do gênero dão suporte à hegemonia masculina e ao poder heterossexista. De modo semelhante, a ordem hegemônica definirá a margem, o lugar de poluição e perigo, o que será expelido da ordem cultural, o “abjeto”.

Butler define a abjeção como aquilo que foi descartado, o que é estranho e tratado como excremento, tornado literalmente “Outro”. “A construção do “não eu” como abjeto estabelece fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito” (2003, p. 191).

A teórica de gênero explica, a partir de sua leitura da psicanalista e feminista búlgaro-francesa Julia Kristeva, que a operação de repulsa ajuda a consolidar as identidades culturalmente reconhecidas e legitimadas. A diferenciação também nos ajuda a compreender o sexismo, a homofobia, a transfobia e o racismo.

Outra ideia fundamental nos estudos de Butler é o apontamento da paródia. O fato do corpo ser marcado pela performatividade de gênero indica que há uma ficção reguladora. A performance das drag queens, que imitam o gênero feminino, é uma paródia de gênero que revela o quanto a identidade original também é uma imitação de gênero.

A partir desse ponto, Butler conclui que a identidade de gênero é uma história pessoal/cultural de significados recebidos, que se expressa por um conjunto de práticas imitativas, mas que se refere a outras imitações. Logo, o gênero é realinhado pela paródia.

A perda das normas do gênero teria o efeito de fazer proliferarem as configurações de gênero, desestabilizar as identidades substantivas e despojar as narrativas naturalizantes da heterossexualidade compulsória de seus protagonistas centrais: os “homens” e “mulheres”. A repetição parodística do gênero denuncia também a ilusão da identidade de gênero como uma profundidade intratável e uma substância interna. Como efeito de uma *performatividade* sutil e politicamente imposta, o gênero é um “ato”, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do “natural” que, em seu exagero, revelam seu *status* fundamentalmente fantasístico. (BUTLER, 2003, p. 211)

Em *Corpos que pesam*³⁶ (2015), Butler indica algo fundamental sobre essas percepções desenhadas até aqui. No processo de vinculação de gênero, não existe uma “escolha” do gênero, da mesma forma como não é possível subverter totalmente as estruturas de gênero. Estamos limitados a construir e a reinventar o gênero a partir dos signos que nos são fornecidos.

Em suma, a teoria da performatividade elaborada por Judith Butler indica que a prática reiterativa e citacional do gênero produz efeitos. Sentidos que servem a uma matriz

³⁶ Esse texto é a tradução do capítulo introdutório do livro *Bodies that matter*, de Judith Butler, publicado em 1993.

heterossexual, que acabam por contribuir para materializar a diferença sexual como um dado corporal rígido, para tentar dar fixidez as diferenças. Outro ponto é que a construção do gênero atua por meios excludentes. Trata-se de uma operação diferencial que produz, nas palavras de Butler, o mais e o menos humano, produz centros e periferias, aponta as fronteiras e inclui na condição marginal possíveis perturbações à ordem de gênero.

Em seus últimos textos, Judith Butler traça reflexões inquietantes sobre o acesso e a seletividade dada a certos corpos à humanidade, questiona quem se constitui como sujeito e como essa operação ética se dá, pergunta-se como sujeitos subversivos podem formar uma aliança contra os poderes e as ordens consolidados.

A professora de Judith Butler aponta para o conceito de *vidas precárias* (2011), a partir do filósofo Emmanuel Levinas. Butler elabora a compreensão de que o vínculo entre vidas humanas é atravessado pela capacidade de reconhecimento da humanidade do Outro. Portanto, **a alteridade é um acesso possível quando construímos uma representação de contato com as fragilidades do Outro**. A autora aborda como certas vidas são colocadas em posições inominadas. Com isso, só é possível elaborar uma alteridade quando tais vidas são mostradas em toda sua precariedade e sua destruição. Sem isso não nos emocionamos, não tomamos para nós o senso de indignação pelo Outro.

Nas condições contemporâneas de circulação das representações, é fundamental compreender que as representações narrativas e visuais mobilizam a realidade. Demandam uma efetividade do afeto. É por meio da imagem do Outro que se dá a escuta do clamor do Outro e somos chamados à responsabilidade ética pelo Outro.

Com isso, Butler (2015b) é responsável por um importante apontamento ético-moral sobre como modalidades distintas de cidadania são construídas a partir dos modos desiguais, sobre como diferentes vidas são valorizadas ou lamentadas quando perdidas. Tal observação é proveniente de uma análise da pesquisadora em relação à política neoimperialista dos governos de George W. Bush, presidente dos Estados Unidos, de 2001 a 2009; e dos discursos que oprimem grupos sociais como as mulheres, os negros, os muçulmanos, as LGBT, os imigrantes e os refugiados.

Haveria modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas que construímos por meio dos enquadramentos da violência. A humanidade do Outro só é referendada quando ela está sob

ameaça de violência. Em seus últimos ensaios, principalmente na obra *Quadros de Guerra* (2015b), a filósofa se tornou uma defensora da ideia de que uma vida específica não pode ser considerada perdida ou lesada se antes não ocorrer o movimento de reconhecimento da propriedade humana daquele corpo. Ela procura chamar atenção para os modos hierárquicos do luto e da compaixão com as vidas lesadas e perdidas.

Para a autora, a negação pública à visibilidade do Outro vitimado sugere os modos como formulamos o afeto por certos indivíduos ou segmentos populacionais. Trata-se de uma operação que permite que certas vidas sejam mais suscetíveis à violência já que não são fonte de luto coletivo.

Estar diante de episódios como a destruição da guerra e de eventos naturais, a miséria, a fome, as epidemias e os genocídios evidencia para o resto da humanidade a precariedade da nossa existência e a incompatibilidade das relações humanas. Contudo, há desigualdade em virtude dos pesos e da importância que a política e a mídia dão aos diferentes corpos, de forma que alguns recebem o privilégio da proteção e o oferecimento de oportunidades para a sobrevivência e a prosperidade, enquanto outras vidas têm sua precariedade acentuada pelo ocultamento.

[...] se queremos ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre os direitos à proteção e o exercício do direito à sobrevivência e à prosperidade, temos antes que nos apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social. (BUTLER, 2015b, p. 15)

Somos, pelo menos parcialmente, formados por meio da violência. São atribuídos a nós gêneros ou categorias sociais contra nossa vontade, e essas categorias conferem inteligibilidade ou condição de ser reconhecido, o que significa que também comunicam quais podem ser os riscos sociais da não inteligibilidade ou da inteligibilidade parcial. (BUTLER, 2015b, p. 236)

Enquadramentos são interpretações sociais que implicam marcar, sentir, perceber e conhecer o Outro a partir de condições de reconhecimento. O reconhecimento passa a ser uma problemática quando as condições para ser reconhecido são estreitadas e menos igualitárias. Logo, politicamente, é preciso modificar os termos de reconhecimento para apurar mais vidas.

Com isso, é possível dizer, que o reconhecimento é uma condição parcial para a alteridade. É um requisito para que se diminua a seletividade com que se dá o acesso à dignidade humana, tanto o respeito quanto as demais condições determinantes para que vidas sejam asseguradas e protegidas.

Por fim, entre tais leituras apontadas como constituintes da Teoria Queer, é fundamental passar, nem que seja brevemente, pelas perspectivas de Paul B. Preciado³⁷. Nascido na Espanha, é um dos mais originais pensadores da teoria queer. Com sólida formação filosófica, Preciado é responsável por propor linhas radicais para a sexualidade contemporânea.

A partir de Monique Wittig e Michel Foucault, Preciado (2011) sugere que a heterossexualidade faz parte de um regime político que administra corpos, isto é, a heterossexualidade pode ser vista como uma tecnologia biopolítica que modela corpos normais.

Com isso, “podemos compreender os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo” (2011, p. 12). Para Preciado, a análise foucaultiana da sexualidade é muito dependente da ideia de disciplina e com isso não abarca a proliferação das tecnologias sexuais do século XX, entre elas, a medicalização e o tratamento de crianças intersexos, a gestão médica da transexualidade, a regulação dos trabalhos sexuais e o impacto das indústrias pornográficas.

Com tal perspectiva, Paul B. Preciado indica que a sexualidade é um elemento fundamental para se pensar o funcionamento das sociedades capitalistas contemporâneas:

O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros. A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer. (PRECIADO, 2011, p. 15)

No *Manifesto contrassexual*³⁸ (2014), Preciado propõe uma contrassexualidade, isto é, sacudir as tecnologias de escritura do gênero e da sexualidade por meio do poder dos desvios e das derivações com relação ao sistema heterocentrado (conjunto de tecnologias sociais tanto linguísticas quanto institucionais, que carregadas de poder, investem em corpos como

³⁷ Paul B. Preciado é um filósofo responsável pelo ensino de Teoria do Gênero na Universidade de Paris VII. Entre ser homem e mulher, Preciado prefere dinamitar esse binômio e afirmar a multiplicidade do sexo. Em 2014, o autor anunciou sua transição de gênero. Com isso, boa parte do referencial bibliográfico do autor está identificado com o prenome Beatriz.

³⁸ A obra original foi disponibilizada em 2002. A primeira edição brasileira chegou ao país 12 anos depois, mas as ideias já circulavam em Teses e Dissertações, principalmente, em virtude das produções acadêmicas de Berenice Bento.

masculinos ou como femininos, bem como sancionam o lugar dos corpos que ameaçam o sistema).

Preciado (2014) aponta que o ritual de gênero no qual o saber médico indica o gênero de uma pessoa – “é um menino” ou “é uma menina” – é uma invocação performativa. Um ritual que traz expectativas e gera suposições sobre o futuro de um corpo. Portanto, traz efeitos protéticos: implanta um significado nos corpos.

O gênero não é simplesmente performativo (isto é, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas) como desejaria Judith Butler. O gênero, é antes de tudo, protético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico [...]. O gênero poderia resultar em uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais. (PRECIADO, 2014, p. 29)

Com tal pensamento, Preciado questiona se as identidades sexuais e de gênero fora da maquinaria heterossexual não seriam “mutações protéticas”, “recitações subversivas de um código sexual transcendental falso” (2014, p. 31). Com essa provocação, ele parte para as estratégias políticas das multidões queer:

Desidentificação: surge a partir da perspectiva de que lésbicas não são mulheres, bichas não são homens e trans não são homens e nem mulheres. A possibilidade de reivindicar algo que está fora ou de se opor a uma condição por meio do lugar de exclusão política.

Identificação estratégica: identificações negativas e pejorativas como "sapatas" ou "bichas" são convertidas em lugares de resistência à normalização. São identificações que tomam para si um novo valor político.

Desvios das tecnologias do corpo: coloca em questionamento a Medicina e a pornografia, entre outros meios, que dão dimensões de um corpo normal e do corpo desviante. Levanta-se aqui a ideia de uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes de construção da normalidade e da anormalidade. Cria-se espaço moral e sexual para mulheres com pênis, homens com vagina, pessoas com deficiência, aparelhos sexuais e novos meios sexuais.

Desontologização do sujeito da política sexual: redefinir a luta e os limites dos sujeitos políticos "feminista" e "homossexual". Ataca-se a noção de sujeito unitário, a identidade que marca e alimenta uma falsa coesão de boa parte do feminismo. Investe-se em novos feminismos (negro, trans, latino-americano, oriental, do sul global) como possibilidades que ampliam as

experiências e os dilemas contextuais das mulheres. Da mesma forma que efetua uma crítica à política de identidades gays e lésbicas que solicita igualdade por meio de integração à cultura heterossexual: as lutas pelo casamento, por políticas de família, adoção e transmissão do patrimônio. Vozes estão se levantando para questionar a essencialização da identidade homossexual, bem como a validação de uma homossexualidade dócil, bem-vista e com práticas normativas.

Todo este arcabouço de posturas epistemológicas de gênero indica que uma transversalidade de relações de poder trata da multidão de diferenças para além dos lugares sociológicos de diferença sexual e minorias sexuais. São posturas ético-políticas identificadas como queer, mas que para além do nome, refletem as disputas em torno dos regimes de representação política, bem como uma forte crítica aos sistemas de produção de saberes científicos hegemônicos. É como bem sintetiza a professora Berenice Bento (2006):

Esses estudos se organizaram a partir de alguns pressupostos: a sexualidade como um dispositivo; o caráter performativo das identidades de gênero; o alcance subversivo das performances e das sexualidades fora das normas de gênero; o corpo como um biopoder, fabricado por tecnologias precisas. Em torno desse programa mínimo, propõe-se *queering*, o campo de estudos sobre sexualidade, gênero e corpo. (BENTO, p. 81)

2.4. E o jornalismo? Jornalistas são educadores sexuais?

Os estudos queer foram percebidos no Brasil no início dos anos 2000: como uma teoria de ação/reflexão, capaz de se valer dos aportes de Foucault, Derrida, do feminismo da diferença, dos estudos pós-coloniais e culturais para desafiar não somente a sexualidade binária e heterossexual, mas a matriz de pensamento que a conforma e sustenta. Certamente, não foi recebida assim de forma unânime. Algumas pessoas viram nos aportes teóricos e conceituais das/dos teóricas/os queer uma possibilidade de atualizar os estudos gays e lésbicos que já se fazia no Brasil desde a década de 1980. (PELÚCIO, 2014, p. 8)

No Brasil, a Teoria Queer teve entrada por meio do campo da Educação, espaço privilegiado de reflexão sobre a formação dos sujeitos. A educadora gaúcha Guacira Lopes Louro articulou pioneiramente e de forma criativa à realidade brasileira tais reflexões a partir de sua experiência na Universidade da Califórnia, em virtude de uma oportunidade de estudo, no fim nos anos 1990.

A intelectual, a partir da veiculação do texto *Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação* (2001), na Revista Estudos Feministas, foi responsável pela circulação dessa vertente de estudos na área educacional brasileira e por uma nova sensibilidade acadêmica que atingiu as mais diversas áreas do conhecimento: Sociologia, Psicologia, Linguística e Comunicação.

No Brasil, na década de 1970, inicia-se a organização do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), e anteriormente, no contexto de política repressiva e de preservação dos bons costumes na Ditadura Militar (1964-1985), nos grandes centros urbanos, elaborou-se a ideia de uma comunidade a partir da experiência dos guetos homossexuais. Nessa teia social, aos poucos, todo um aparato cultural começou a disseminar as inquietações feministas, raciais e homossexuais. Nasceram revistas, foram produzidos artigos isolados em jornais, panfletos, publicidade, teatro e artes com caráter libertador da sexualidade e com críticas voltadas à heterossexualização da sociedade.

É desse momento o jornal *Lampião da Esquina*, um dos primeiros periódicos produzidos por homossexuais, que contribui significativamente para o processo de organização de uma luta pela liberação sexual, o que hoje, chamamos de militâncias LGBT, manifestação política com elaboração e reelaboração de identidades coletivas (FACCHINI, 2005).

A antropóloga Regina Facchini (2005) pontua que se trata do nascimento do projeto de politização. O segmento homossexual já era pulsante nas grandes cidades e a sociabilidade já demarcava espaços urbanos, no eixo Rio-São Paulo. É possível relembrar a circulação pelas ruas, as zonas de “pegação” e prostituição, bem como uma contracultura demarcada por shows e espetáculos teatrais protagonizados por travestis, transformistas e homens andróginos, as imagens da homossexualidade em revistas eróticas, na literatura e nas demais artes.

As condições que possibilitaram o surgimento de um movimento homossexual no Brasil também tinham relação com o contexto de resistência política, com a formação de movimentos em prol da redemocratização e da abertura política diante de uma moral autoritária. Com o tempo, uma diversidade de questões e de estilos de militância passaram a compor o movimento brasileiro. Entre tantas realizações, no entanto, os conflitos internos são uma característica permanente.

[...] tensões e críticas internas já se faziam sentir. Para muitos (especialmente para os grupos negros, latinos e jovens), as campanhas políticas estavam

marcadas pelos valores brancos e de classe média e adotavam, sem questionar, ideais convencionais, como o relacionamento comprometido e monogâmico; para algumas lésbicas, o movimento repetia o privilegiamento masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias face às dos homens gays; para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada. Mais do que diferentes prioridades políticas defendidas pelos vários ‘sub-grupos’, o que estava sendo posto em xeque, nesses debates, era a concepção da identidade homossexual unificada que vinha se constituindo na base de tal política de identidade. A comunidade apresentava importantes fraturas internas e seria cada vez mais difícil silenciar as vozes discordantes. (LOURO, 2001, p. 544-545)

Gays e lésbicas foram representados como um grupo minoritário, que buscava avançar na ordem existencial por meio da igualdade e da ampliação de direitos. Contudo, afirmava-se, na prática e no discurso, uma identidade homossexual. Com a demarcação de tal fronteira, implantou-se uma disputa quanto às formas de representá-la.

Imagens homofóbicas e personagens estereotipados exibidos na mídia e nos filmes são contrapostos por representações ‘positivas’ de homossexuais. Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política. O dilema entre ‘assumir-se’ ou ‘permanecer enrustido’ (no armário – closet) passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade. Na construção da identidade, a comunidade funciona como o lugar da acolhida e do suporte – uma espécie de lar. (LOURO, 2001, p. 543)

Diante desse cenário, é possível salientar que historicamente temos vivido múltiplos discursos sobre a sexualidade, discursos que são pronunciados pelo jornalismo. Assistimos a uma explosão visível das sexualidades, mas, sobretudo, às disputas em torno das fronteiras tradicionais de gênero e sexualidade, que põem em xeque os limites das divisões masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual no seio das narrativas culturais do contemporâneo.

Os teóricos e as teóricas queer ambicionam uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com tais lógicas dicotômicas e com os efeitos de classificação, de hierarquia, de dominação e de exclusão de corpos. Dessa forma, o que está em disputa são as narrativas culturais e os meios pelos quais elas se disseminam e se tornam pedagogias da sexualidade.

O alvo direto da teoria queer é o regime de poder-saber. Nesse sentido, as narrativas culturais não teriam as diferenças como formas a serem apreciadas ou toleradas. **O processo de leitura das diferenças dado pela experiência das narrativas seria convertido em um processo de reconhecimento da instabilidade e da precariedade de todas as identidades.**

Como narrativa cultural, o jornalismo, em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, teria que dar conta das disputas e dos conflitos, bem como ser parte do processo que impede a formação de posições centrais e marginais. Tornar evidente a heteronormatividade e pôr em questão as classificações e os enquadramentos. Apreciar a transgressão e explorar as singularidades e a fluidez.

Como fazer isso? Discutir as legitimidades, o que é natural e o que está dado. É uma proposta desconcertante e perturbadora, mas acima de tudo arriscada. De acordo com a professora Guacira Lopes Louro (2008), há instâncias e espaços sociais com o poder de inscrever em nossos corpos marcas e normas que devem ser seguidas. De forma sutil, a construção de aprendizagens e de práticas dos gêneros e das sexualidades se dá por potentes pedagogias que se valem do papel de sedução e impacto orientador das narrativas midiáticas: telenovelas, anúncios publicitários, jornais, revistas, filmes, programas de TV, sites e blogs da internet.

Em março de 2017, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu, em quatro episódios, os momentos da vida de pessoas transgêneros. A série especial "Quem Sou Eu?"³⁹, comandada pela jornalista Renata Ceribelli, contou as histórias de pessoas trans em fases distintas. Entre as perguntas fundamentais da série de reportagens estava "O que a ciência já consegue explicar?".

Entre as boas intenções, principalmente a de ressaltar a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, as reportagens apresentaram jornadas de autoconhecimento de "pessoas que sentem ter nascido no corpo errado", uma vez que os corpos cisgêneros seriam os corpos naturais e corretos. É notável aqui que parte do jornalismo acompanha uma predileção cultural por uma ciência que daria conta de encontrar uma causa para o fenômeno da transexualidade, ignorando, saberes que nos interrogam sobre a existência do mistério, da influência da experiência cultural e da multicausalidade.

Dois momentos são cruciais na série de reportagens do Fantástico:

a) No episódio de apresentação da série, o conceito de gênero é abordado como o que identifica e diferencia homens e mulheres, o masculino e o feminino. Porém, com uma afirmação dos apresentadores Tadeu Schmidt e Poliana Abritta e da jornalista Renata Ceribelli que só existem

³⁹ A série especial está disponível online: <especiais.g1.globo.com/fantastico/2017/quem-sou-eu>.

dois. Transgênero é apontado como outra possibilidade, o além do masculino e do feminino. O respaldo ao conteúdo está na perspectiva médica de classificação da disforia de gênero⁴⁰.

b) A fonte especializada que dá sentido ao tema, o psiquiatra Alexandre Saadeh, coordenador do Ambulatório de Transtornos de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, ensaia uma definição científica de discordância na gestação entre a formação genital e a formação cerebral, ou seja, haveria a possibilidade de arranjos entre o “sexo masculino ou feminino” e o “cérebro masculino e o feminino”. Abdica-se assim de pensar em efeitos culturais e psicológicos na construção da identidade, resume-se a transexualidade a uma determinação biológica. Dá-se o veredicto que pessoas trans nascem assim.

Para LOURO (2008), a construção dos gêneros e das sexualidades se dá também por orientações e ensinamentos que parecem absolutos, "especialistas" em família, da escola, da igreja, de instituições legais e médicas são quase soberanos. Fazem parte das vozes que assentam e reiteram por várias instâncias normas culturais. Por sua vez, o jornalismo ecoa aqui e ali as orientações que provêm de campos consagrados, como a Medicina e a Ciência.

O jornalismo teria, portanto, o peso de uma atividade semelhante a outras pedagogias culturais. Escuta mentalidades e discursos hegemônicos com pouca margem para derivações de verdade. Os profissionais de Comunicação – em especial, os jornalistas – exercem um papel fundamental de promoção de certas compreensões de mundo. Entre as quais, põem em evidência elaborações sexuais e de gênero a partir de esquemas binários e heterocentros.

Em *Pedagogias da sexualidade* (2015), Guacira apresenta um ponto modal ao debate sobre as representações jornalísticas. Ela indica que as representações culturais em qualquer meio são atravessadas por significados atribuídos a partir de ordenamentos que circulam em sociedade. No jornalismo, não poderia ser diferente. A heterossexualidade é abordada como referência. Muitas narrativas reforçam informações e habilidades de gênero. Dão coerência a profundas

⁴⁰ A quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), da *American Psychiatric Association* - APA, também conhecido como DSM-5 traz a classificação disforia de gênero, que é a marcante experiência de incongruência entre o gênero e o sexo atribuído ao nascimento. No CID 10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde), publicada pela Organização Mundial de Saúde, há a descrição patológica do transexualismo (CID F640), travestismo bivalente (CID F641), transtorno de identidade sexual na infância (CID F642), outros transtornos da identidade sexual (CID F648) e transtorno não especificado da identidade sexual (CID F649)

imposições culturais. Nesse contexto, muitas das representações prezam por identidades hegemônicas:

Distintas e divergentes representações podem, pois, circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade. Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião, etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. (LOURO, 2015, p. 16)

A produção da heterossexualidade na mídia é acompanhada da rejeição ou da assimilação da homossexualidade em termos de conceber discursos dos modos de ser normal. Sentimento que é rigidamente inculcado tanto na produção das masculinidades quanto nas feminilidades. Exemplo disso é a vigília das expressões físicas dos afetos entre homens, assim como quais gestos devem ser empregados por homens e quais são os comportamentos adequados para as mulheres.

Há um disciplinamento para os corpos, de modo que o jornalismo muitas vezes, sutilmente, encoraja determinadas posturas, estilos e práticas masculinas na política, no trabalho, no esporte e na cidadania por meio de valores e orientações em torno do poder, da liderança, da competição e da violência. Já as posturas, os estilos e as práticas femininas estão assegurados pelo modo como as mulheres são medidas, domesticadas e coagidas em torno da beleza, da família, da vida doméstica, do sexo e da saúde. Tais pedagogias são exercidas mais diretamente em revistas de gênero, mas também estão presentes nas demais narrativas do jornal, do rádio, da TV e da internet.

É um investimento nas formas de ser e nos jeitos de viver a sexualidade e o gênero. Apontam-se sugestões, modelos e posições de gênero que inscrevem desejos e comportamentos, narrativas que aparecem como guias confiáveis de que tipos de homem ou de mulher devemos buscar ser. São imposições que mesmo quando inalcançáveis, têm consequências, ou seja, tornam-se referências e modos de adestrar corpos.

No entanto, é possível olhar para narrativas jornalísticas como possíveis contradiscursos ao sistema corpo-sexo-gênero. Em outras palavras, é preciso saber a partir de quem e de quais

saberes se dá o reconhecimento do normal, do adequado, do sadio e, por consequência, de quem é colocado como diferente desse sujeito.

[...] os movimentos sociais organizados (dentre eles o movimento feminista e os das “minorias” sexuais) compreenderam, desde logo, que o acesso e o controle dos espaços culturais, como a mídia, o cinema, a televisão, os jornais, os currículos das escolas e universidades, eram fundamentais. A voz que ali se fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual. Ao longo da história, essa voz falara de um modo quase incontestável. Construía representações sociais que tiveram importantes efeitos de verdade sobre todos os demais. (LOURO, 2008, p. 20)

Trata-se de interrogar por quais mecanismos são implementadas hierarquias e relações de poder. Saber como a diferença é naturalizada por meio dos processos culturais, bem como apontar que as classificações dos gêneros e da sexualidade não dão conta das possibilidades de práticas e de identidades. Contudo, isso não significa que haja um livre trânsito sexual e de gênero, visto que há em vigor pessoas em posições marginais.

Dessa forma, o que se quer é ressaltar a necessidade do exercício de novas complexidades e compreensões dos gêneros e das sexualidades, opondo-se assim aos pensamentos hegemônicos que demarcam corpos com base em racionalismos, reducionismos e determinismos. É entrar em disputa com saberes instituídos em torno das sexualidades, gêneros e outras diferenças sociais (BRAH, 2006). É descobrir possíveis ferramentas para invadir e desnaturalizar as áreas do saber tidas como as verdadeiras porta-vozes.

Questionar de uma forma ou de outra as afirmações universais de verdade das grandes narrativas da história dos segmentos sociais de prestígio. Não para imbricar em ideologias e novas normatividades de gênero e sexualidade, mas para desencadear um entendimento de como se conectam e se articulam as narrativas de marginalização da diferença. O problema interessante é como a diferença designa o “outro”? Quem define a diferença? Quais são as normas presumidas a partir das quais um grupo é marcado como diferente? Qual é a natureza das atribuições que são levadas em conta para caracterizar um grupo como diferente? Como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas? Como a diferença é interiorizada nas paisagens da psique? Como são os vários grupos representados em diferentes discursos da diferença? A diferença diferencia lateral ou hierarquicamente? (BRAH, 2006, p. 359).

As interrogações de Avtar Brah são um passo necessário à mediação social, ao jornalismo, ou seja, para colocar em questão os *déficits* da relação com o Outro. Trata-se de um dos modos possíveis de pensar caminhos que possibilitam a transgressão, a perturbação, a intuição criativa

e a transformação. A busca pela narrativa que incita a escuta de novos sujeitos, de novos diálogos.

A prática da interação social (a Dialogia) aflora fôlegos e ganhos positivos que a evolução tecnológica e as gramáticas técnicas do jornalismo não podem dar para a produção simbólica. As circunstâncias da escuta são um caminho eficaz para despoluir olhares sobre as questões de gênero e de sexualidade. Daí advém a necessidade de implementar novos afetos e novas solidariedades entre o Eu e o Outro, que estejam à margem das certezas.

3. NARRATIVAS DE COMPREENSÃO E ALTERIDADE

Anteriormente, explorei parte significativa do modo pelo qual as perspectivas de uma Teoria Queer adentraram o Brasil e estão relevantes nos modos de pensar gênero, sexualidade, as relações de poder e a importância dos corpos em diferentes dinâmicas contextuais.

Em certo ponto destaco que masculinidades hegemônicas ou nocivas ainda são associadas à normalidade e às posições de prestígio em nossa cultura. Dessa forma, a heteronormatividade é um espectro que ronda as produções culturais de modo que a relação com lésbicas, gays, bissexuais, travestis, homens e mulheres transexuais são arranjadas em interpretações de tolerância e a partir de uma lógica de normalização ou de domesticação dos comportamentos, das práticas, das identidades e dos estilos de vida.

Nesse sentido, um dos maiores esforços de uma perspectiva queer reside na crítica às estratégias e às leituras que diante da pluralidade de gêneros e sexualidades ainda posiciona o modelo heterossexual como o correto, o saudável e o mais legítimo. Trata-se de uma operação dos estudos queer que ataca a associação natural dos corpos com a heterossexualidade e com a reprodução.

Quem não encarna a repetição de normas que implicam em determinados ideais de masculinidade e feminilidade acaba por sofrer consequências como o desamparo social, as violações e as discriminações. Com isso, o movimento LGBT e teóricos queer acabam por nem sempre caminhar pelas mesmas estratégias de reconhecimento:

A maioria dos movimentos sociais, no Brasil e exterior, usou e ainda usa, como estratégia fundamental para conquistar direitos, o que chamo aqui de paradigma da igualdade e da afirmação das identidades. Ativistas defendem que todas as pessoas são iguais e, por isso, devemos ter direitos iguais. Os problemas começam a aparecer com o que vem acoplado ao discurso e às práticas políticas em torno desse paradigma, que muitas vezes acaba, com a melhor das intenções, sendo reducionista e excludente. Isso porque somos iguais em alguns aspectos (somos seres humanos, embora nem todos sejam considerados como tal, pois as pessoas em geral trabalham com graus muito diferenciados de humanização), mas somos diferentes em milhares de outros. (COLLING, 2013, p. 2)

É perceptível que o movimento social e político faz uso de categorias identitárias coletivas e da defesa da igualdade. O que inquieta é a posição de quem não corresponde a determinadas identidades, mas também vivencia exclusões e opressões em virtude das questões de gênero e de sexualidade. A afirmação de identidades produziu o movimento LGBT e acertadamente

possibilitou reconhecimentos e avanços em políticas públicas, mas é uma política que não dá conta da diferença que se cruza, que transita, que muda, que é eventual ou que se recria na vida cotidiana. As diferenças não podem ser meramente posicionais e articuladas em torno de dualismos, uma vez que:

- a) Percebe-se cada vez mais um alargamento nas possibilidades de gênero. Não existem somente duas unidades centrais de gênero;
- b) A heterogeneidade marca as experiências de sexualidade entre heterossexuais, homossexuais, bissexuais e pansexuais, bem como as trajetórias de gênero entre os cisgêneros e entre os transgêneros;
- c) Ter acesso a novas identidades não é necessariamente um argumento político de lembrança da existência dessas pessoas. No Brasil, por exemplo, travestis e transexuais não são abarcadas pelas pautas centrais que identificam as conquistas de direitos LGBT. Enaltecemos apenas as questões dos gays masculinizados que querem casar e constituir família, o que reitera determinadas expectativas de gênero;
- d) A materialidade do corpo é importante na mesma medida que não é. Com isso, devo explicar que o genital ou que outros elementos hormonais, cromossômicos e fisiológicos não determinam a compatibilidade com o gênero. Contudo, partes do corpo são atravessadas por discursos de gênero e criam condições de vida e categorias de pessoas: um exemplo é o fato de que a orientação sexual é compreendida a partir de um processo de associação direta que não prevê o livre desejo;
- e) Processos de normalização e de intervenção atravessam as experiências LGBT uma vez que há o controle e a repulsa do comportamento de pessoas que consideramos promíscuas, das afeminadas, das passivas, das lésbicas masculinizadas, dos trabalhadores do sexo da mesma forma que se atua nos corpos ambíguos de pessoas intersexos e nos corpos de transexuais em virtude de uma suposta naturalidade dos corpos.

Se a política queer é baseada nas instabilidades e complexidades das identidades, ela também é importante fonte de resistência e de compreensão de como diferentes interesses podem permitir a manutenção de categorias rígidas, de universalidades e de modalidades de prestígio mais próximas de um referente biológico e heterossexual.

Dessa forma, a Teoria Queer possibilita importantes insumos para pensar o jornalismo, as compreensões e os afetos que giram em torno das pessoas LGBT. Portanto, considero que a Teoria Queer auxilia a pensar quais discursos de gênero têm mais adesão nas narrativas

jornalísticas, como os protagonistas sociais são reconhecidos em meio a uma teia de identidades coletivas e, por fim, como se dá a contextualização e a seleção de vozes especializadas.

A trama de relações que constitui a narrativa jornalística é produtiva para mapear e identificar sentidos, silêncios e olhares dados à representação do protagonista social – o Outro – que, neste caso, é relativo à população LGBT. Como escolhi contemplar três narrativas em forma de livro-reportagem, acessarei, neste momento, algumas leituras que cada um dos textos apresenta:

O Nascimento de Joicy (Fabiana Moraes)

Desde o início da reportagem, Joicy é um corpo que é percebido como "masculino" demais. Ela também não corresponde aquilo que as ciências médicas desenharam como a “transexualidade verdadeira” (BENTO, 2006). Mesmo assim ela cumpriu os requisitos de um protocolo médico e é a próxima da fila a se submeter à cirurgia.

Conforme Bento (2006), historicamente, foram compostos critérios para se diagnosticar a verdadeira transexualidade com base em avaliações de endocrinologistas e de terapeutas para dar a palavra final sobre a cirurgia de transgenitalização. Divergências e outras formas de transgeneridade não são abarcadas nesse processo.

Outro elemento de debate seria a capacidade de uma autoproclamação de gênero que se choca constantemente com o poder dos profissionais das ciências psicológicas e psiquiátricas de prescrever o diagnóstico de gênero.

Neste processo, torna-se questionável a ideia de que a cirurgia e os demais procedimentos médicos possam dar acesso à masculinidade ou à feminilidade cultivadas pela identidade de gênero. Dessa forma, a luta pela despatologização é um passo para o direito legal à identidade de gênero.

Diante da imagem da transexual verdadeira, Joicy lida com reações e constrangimentos cotidianos, de forma que deve afirmar constantemente um mal-estar de gênero para que possa viver e trabalhar como uma mulher. Por outro lado, ela deve ainda fazer uso da imagem ideal da mulher, com todos os códigos culturais ligados ao feminino. Por fim, a agricultora lida com interrogações constantes sobre uma suposta traição à natureza do corpo.

Ela chega a ser questionada entre suas iguais, aquelas que poderiam compreendê-la melhor, as travestis e as mulheres transexuais, sobre a aparência que nutre, quando os motivos que levam

alguém a fazer a cirurgia não são sempre os mesmos e imediatamente vinculados à resistência ao corpo. Da mesma maneira, Joicy é apontada pelos familiares, vizinhos e habitantes da comunidade pernambucana em que vive por abdicar da “masculinidade”.

Ocorre que negociamos identidades e há tensões pelos modos como apresentamos e modificamos o masculino e o feminino. Joicy lida com situações nas quais a ela seria permitido ser um homem homossexual, mas deve lidar com uma solidão já que ousa ser uma mulher.

Chama atenção que um dos intertítulos da reportagem é “Aprendendo a ser mulher”. Fabiana aponta que a aparência de Joicy sugere que “ela está engatinhando para mostrar socialmente que é mulher” (MORAES, 2015, p. 34). Outro ponto interessante da narrativa é o fato de a jornalista se referir às mulheres que não são transexuais como mulheres biológicas, um termo que cultiva um lugar de natureza ao corpo daquelas que foram designadas mulheres no nascimento.

Mudança de sexo também é um uso comum da jornalista. Algo que é, posteriormente, reconhecido pela autora como um erro. É importante destacar que a ciência habilita tecnologias para intervir nos corpos, mas não soluciona o conflito do gênero imposto. Com isso, a reportagem se aproxima e se distancia de uma lógica específica:

A "aparência" se refere à produção de um corpo sem ambiguidades, esteticamente possível de desenvolver a heterossexualidade. É como se houvesse um subtexto nesse parecer: "Você não é possível. Seu corpo é uma ambiguidade que o/a exclui do possível, do real. (BENTO, 2006, p. 159)

A afetividade dada por Joicy ao Dornelles nos permite questionar a sexualidade que é dada aos transexuais, uma vez que a sexualidade de quem se relaciona com pessoas trans é interpretada como necessariamente “homossexual” e como algo que não deve ser público. Essa crítica é importante na medida em que os mecanismos de adequação de gênero esperam uma heterossexualidade das pessoas trans, uma completa adesão à matriz heterossexual, quando há outros níveis de composição da sexualidade, como as possibilidades de se identificar como: gay/lésbica, bissexual, pansexual e assexual.

Com tudo isso, conclui-se que a escuta que damos ao Outro, é dada, preferencialmente, aos corpos das pessoas trans, não diretamente para elas. A partir das normas de gênero, e para conviver com elas, os corpos se manifestam por meio de narrativas estéticas, por meio de próteses de gênero: roupas, acessórios, cores, penteados e sapatos.

Em suma, Joicy é imersa em relações e em expectativas construídas para os gêneros. O brilho da reportagem está na possibilidade de ter contato com as disputas por uma pureza do feminino e na sensibilidade da repórter em nos colocar em contato com os lugares inabitáveis nos quais Joicy é colocada em virtude das contingências identitárias.

Muito prazer – vozes da diversidade (Karla Lima)

As personagens com as quais temos contato na obra de Karla Lima farão um debate fundamental sobre os modos de ser, de estar e de conviver com mulheres que possuem desejo afetivo-sexual por outras mulheres. Neste caso, há autodenominações, performances corporais e arranjos afetivos e familiares que desvendam modos possíveis de ser uma mulher lésbica, uma mulher bissexual ou simplesmente uma mulher no contemporâneo.

A obra cultiva boas oportunidades para caracterizar a socialização, a política, a cidadania e a vida cotidiana de múltiplas entrevistadas com estilos, códigos e identidades em relações reconhecidas como lésbicas. O movimento da reportagem de pulverizar a lesbianidade contribui para quebrar a binariedade que implica a utilização dos termos hétero/homo.

Considero importante porque destaca uma diferença de usos da identidade em contextos políticos-estratégicos para a experimentação e o pertencimento identitário do cotidiano. Há aí uma inclusão de modos de construir a imagem pessoal que não podem ser aprisionadas em palavras. Talvez seja possível argumentar que o uso de uma “não-identidade” contribui para um mundo que não é heterocentrado, que é mais múltiplo e diverso do que se pensa.

A narrativa jornalística é marcada pela nomeação, mas a posição tomada por Karla Lima é a de transmitir respeito e apresentar os repertórios das mulheres com quem dialoga. Entre infância, adolescência, educação, trabalho, relacionamentos e demais feitos da vida, as mulheres apresentadas por Karla Lima não desaparecem com as categorias, elas habitam novos significados e experiências dentro das categorias.

Por parte das personagens, também é frequente uma sustentação de um modelo igualitário (entre as parceiras) em prol do casamento e da família. O que faz parte da motivação da autora em procurar histórias positivas. Contudo, fica presente o desejo de "normalizar" o rito de vida das mulheres lésbicas como iguais às mulheres heterossexuais.

Ao abordar a ideia de modelo igualitário, é essencial percorrer os comentários de Peter Fry (1982) sobre a construção da homossexualidade à brasileira. O antropólogo inglês é responsável

por uma visão importante sobre os modos como se dão os arranjos sexuais em virtude da localidade e da classe social no Brasil.

Em *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*, Peter Fry traz um relevante ensaio que desloca a discussão da sexualidade do campo da Psicologia e da Medicina para o campo da Antropologia Social. A experiência que o autor teve em Belém, no Pará, no intuito de investigar as relações entre homossexualidade e religiões afro-brasileiras levaram o antropólogo à seguinte percepção:

1. O personagem social “homossexual” não dá conta de captar todas as experiências vividas em certas áreas e por certas populações a respeito da homossexualidade.
2. Existiria uma divisão entre machos e bichas na periferia de Belém em 1974, mas uma divisão que persiste em diversos contextos da sexualidade. A categoria “bicha” se define em termos de comportamentos associados ao feminino e à suposta posição “passiva” em relações sexuais. Já a categoria “macho”, também significada como bofe ou homem, abarcaria todos os indivíduos masculinos e “ativos” em relações sexuais com outros homens e com mulheres. Portanto, um modelo hierárquico com base em interpretações de papéis de gênero e comuns aos círculos de periferia, de sexo eventual e de prostituição, bem como com maior hegemonia no Norte e no Nordeste.
3. Em contrapartida, em virtude das lutas de libertação gay e por meio de imaginários em torno de casais modernos, brancos e de classe média, entrou em vigor, principalmente, nos centros urbanos do Sudeste e do Sul, a posição do “homossexual”, um modelo de igualdade. Neste formato, independente de comportamentos e papéis sexuais, homens que fazem sexo com outros homens têm uma condição homossexual, uma sexualidade divergente à heterossexualidade.
4. Ambos os sistemas, apesar dos valores incompatíveis, são captados por Peter Fry como dinâmicas comuns aos brasileiros de modo que não poderiam ser encarcerados como essências e lógicas únicas para certos grupos e comunidades. Por assim dizer, Fry compreende que há discursos e interpretações divergentes sobre um fenômeno que poderia ser reconhecido como homogêneo.

Com isso, é possível dizer que as homossexualidades femininas também não são homogêneas. Algumas posturas e arranjos têm um valor atribuído a ponto de criar uma legitimidade. Contudo, é fundamental perceber as singularidades de um formato de sexualidade (mulher com mulher) que, popularmente, seria reconhecido como mais igualitário, um modelo mais propenso

à formação de um núcleo familiar inspirado nas trajetórias heterossexuais. O que não é necessariamente comum, mas acontece, como se vê nas histórias de Karla Lima.

Frequentemente a construção da identidade lésbica das personagens no livro-reportagem ocorre a partir do enfrentamento e da rejeição familiar. A identidade se dá a partir de um sentimento de inconformidade seguida pela descoberta de paixões ou por meio de envolvimento românticos na adolescência, na escola, na universidade ou na vida adulta após uma trajetória afetivo-sexual heterossexual e culmina em um momento de bem-estar após uma reação de superação das discriminações, das subordinações e dos estigmas que decorrem das interpretações sociais da sexualidade.

A exaltação do amor romântico e da família acabam por propor termos para a legitimação da experiência de muitas lésbicas. Não se vê uma sexualidade mais aberta para as parceiras eventuais ou para as práticas eróticas para além de um envolvimento romântico.

Outro fator importante, é que a reportagem, apesar de se atentar à diversidade de idades, origens, profissões, crenças políticas e religiosas, mal se atém às interferências de outras marcas de diferença na experiência da visibilidade lésbica, como mulheres negras, com deficiência, transgêneras e pobres. É uma percepção que a própria autora tem sobre a obra. Outras identidades buscam legitimidade entre as lésbicas, e aqui, elas não fazem parte do escopo das narrativas.

O que cada história contempla é justamente a singularidade íntima e intransferível de cada uma das 23 personagens. Na reportagem, está documentada a luta por vezes exaustiva e dispendiosa em prol da aceitação e do respeito, mas também há espaço para enfrentamentos em outros campos da vida que não envolvem diretamente a visibilidade lésbica.

Entre a Cruz e o Arco-íris (Marília de Camargo César)

Na feitura e na leitura do livro-reportagem de Marília de Camargo César o que chama mais atenção são as disputas em torno da naturalização das diferenças e o fechamento classificatório das identidades. Como a prática jornalística de Marília é afeita ao predomínio de raízes históricas e culturais da questão, bem como aos diagnósticos dos especialistas, é constante uma observação da sexualidade como objeto de uma malha de regulações e saberes, o que inclui os saberes religiosos.

A complexa relação entre cristãos e homossexuais é tratada a partir de correntes teológicas, por considerações que apontam para uma aversão milenar, quase natural se considerarmos as liturgias sagradas e a herança cultural religiosa nas falas de pastores, padres e demais vozes cristãs ouvidas pela jornalista.

No entanto, no livro (CÉSAR, 2013, p. 52), encontra-se o apontamento do historiador Luiz Cappelano de que a condenação à homossexualidade se insere em um contexto de regulação das práticas sexuais para a sedimentação da sociedade patriarcal, em substituição à matriarcal, em prol da garantia das linhagens masculinas para garantir a propriedade/posse da terra. Desse modo, a aversão à homossexualidade também possuiria uma história dentro das religiões, não poderia passar como uma vinculação natural ao pecado, a abominação.

Apesar do quadro plural no Brasil, a religião permanece como um lugar de controle e regulação das sexualidades. O envolvimento divino em todas as áreas da vida, da alimentação à sexualidade, permitiu a formulação das primeiras leis e normas morais que foram pactuadas em diversas sociedades.

No contemporâneo, o debate teológico sobre o lugar da homossexualidade oscila entre a defesa do amor incondicional, do respeito e da inclusão religiosa até a postura de uma liberdade de crença que ora separa os temas, ora permite discursos conservadores e de ódio, passando pela afirmação de que todo ato homossexual é um pecado contra a natureza e pela premissa de que há condutas sexuais inaceitáveis e incompatíveis com o sagrado.

A reportagem, dessa forma, lida com um quadro dramático de compreender os sofrimentos humanos que surgem nas comunidades religiosas entre os membros alijados da fé em virtude do gênero e da sexualidade que expressão. O texto jornalístico se preocupa ainda em respeitar os saberes dos seguidores de Jesus Cristo de forma contextualizada com o que dizem os livros sagrados.

Nesse imbróglio, os ex-gays e ex-ex-gays surgem como novas categorias de existência em um movimento sanfona de associar e dissociar prática sexual das experiências íntimas sentidas. Uma disputa em torno da possibilidade de controlar ou não o desejo por meio da fé. Verdades sobre a homossexualidade são disputadas por meio de discursos que apontam para uma conduta homossexual que pode ser desaprendida contra a afirmação de que se trata de uma orientação sexual permanente.

A reportagem revela que nos grupos evangélicos circulam falas e práticas que pregam que gays e lésbicas deveriam se tornar heterossexuais por meio de orações intensas, pelo comprometimento com Deus e com a Igreja, por meio de exorcismos e terapias cristãs, de modo que um dia possa ocorrer o casamento e a construção de uma família cristã.

É interessante notar como as denominações religiosas fazem uso de uma visão desnaturalizante que indica que a conformação da identidade sexual é um processo cultural (portanto, reversível) para poder reafirmar a condição natural dos corpos de homem e mulher e do papel de formação da família a partir da condição da reprodução. Interpretação que é base de perspectivas dos estudos da sexualidade para desnaturalizar tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade.

Em contraposição, a reportagem aborda também a origem histórica das congregações inclusivas nos Estados Unidos e a expansão recorrente de tais denominações no Brasil desde os anos 2000. Grupos que atuam com a intenção de repensar uma tradição religiosa e o lugar da população LGBT no mundo contemporâneo. A gestão da vida e das relações nesses espaços é superada e o que se diz por pecado é ressignificado. De modo que a homossexualidade é muitas vezes identificada como um fenômeno natural, como uma subjetividade legítima, rejeitando assim os argumentos e as noções de fé das demais igrejas cristãs.

Todavia, o cultivo de uma espiritualidade entre gays e lésbicas só é aceitável se a orientação sexual não for enfatizada como uma diferença e desde que certos comportamentos não cristãos sejam abandonados. **É comum, por meio da sociabilidade das igrejas inclusivas, uma regulação de comportamentos percebidos como chamativos, sexualizados ou afeminados demais. Os desígnios de Deus dependem de um estado de pureza que não pode ser quebrado, principalmente, no espaço religioso, e de uma aura de respeitabilidade a ser seguida na vida.**

...

Diante das construções dadas às narrativas jornalísticas, explorarei daqui em diante pontos fulcrais do jornalismo para que se construa mais posturas pelo respeito e pela cumplicidade com a diferença, isto é, para que a diversidade seja um ponto crucial nos olhares, nas personagens e nos produtores de conteúdo jornalístico.

3.1. Jornalismo e Diferença

Como temos visto, não raras vezes, o jornalismo torna-se meio de propagação de discursos que envolvem noções de gênero. Dessa forma, somado a outras narrativas de mundo, diariamente estão em circulação informações, falas, histórias e todo tipo de mensagem que envolve conhecer as questões da diferença.

No entanto, é fundamental pensar como estabelecemos os diálogos e as relações que envolvem gênero e sexualidade em termos de posições de identidade e diferença. É o tipo de interpretação que envolve algumas considerações caras ao jornalismo.

Grande nome dos Estudos Culturais, o jamaicano Stuart Hall, a partir de uma avaliação das identidades nacionais e culturais, aponta para uma importante transformação no modo como são significadas as identidades em um contexto de globalização. De acordo com Hall (2006), a identidade passou a ser compreendida como a possibilidade de ocupar diferentes posições de discurso. Com isso, em um contexto no qual há uma abundância de identidades, os sujeitos são compostos por várias delas. A todo o momento fazemos evocações temporárias e estratégicas das identidades.

A identidade só é dada por meio da demarcação da fronteira, do que está fora dela (*différance*). Pode-se dizer que é só por meio da relação com o Outro que a identidade pode ser construída.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2014, p. 109)

Cultivar o sentimento de identidade coerente e integral passou a ser uma problemática. A identidade nada mais é do que a costura de subjetividades significadas histórica e socialmente. Com isso, vivemos em comunidades imaginadas em meio a um mundo com constantes diásporas identitárias.

Na mesma linha de reflexão, Tomaz Tadeu Silva (2014) também considera a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, tanto a identidade quanto a diferença

são construções de sentido, criações da linguagem. Portanto, identidade e diferença não podem ser compreendidas fora dos sistemas culturais e simbólicos de significação.

“A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir” (SILVA, 2014, p. 82). Com isso, quero dizer que o jornalismo faz parte dos sistemas da linguagem por meio do qual se indica posições-de-sujeito e se faz uso de classificações dadas a partir do ponto de vista da identidade.

Entre as classificações das relações entre identidade-diferença um dos termos é privilegiado, recebe uma carga positiva, constitui-se uma relação assimétrica. A força da identidade é tão forte que ela é vista como normal, legítima e se quer é nomeada. É a diferença que é marcada, sente o peso maior da divisão e assume todas as características marginais possíveis.

A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade. (SILVA, 2014, p. 84)

Com isso, tanto a diferença quanto a identidade devem ser representadas pelo jornalismo. O que ocorre são movimentos que tendem a enfatizar a carga positiva dada a identidade e processos que tentam subverter o lugar da diferença. Embora às identidades sexuais e de gênero obedecem a essa dinâmica. O que a teoria cultural ressalta é a necessidade de confundir a estabilidade dada a tais posições e de algum modo afetar as relações de poder.

Erguem-se, portanto, mecanismos para ocupar e questionar o que a identidade significa e ao que a diferença corresponde. É necessário oferecer meios narrativos para que ocorram operações críticas de questionamento à manutenção dos sistemas de poder e de opressão. Se a repetibilidade de valores, ideias e representações afeta a eficácia com que projetamos valores quando se aborda identidade e diferença, é necessário irromper com processos que tornem possíveis, reconhecíveis e legítimas as diferenças (identidades marginais) e que renovem as identidades (aquelas em lugares hegemônicos).

Nesse debate, o professor Tomaz Tadeu Silva (2014) ilustra estratégias sobre as diferenças que podem muito bem ser transpostas na busca por narrativas efetivas no contato com o Outro:

- A partir do pressuposto de que a “natureza” humana implica em variabilidade. Em identidades não essencialistas, nem tampouco, homogêneas e estáveis, mas processos de construção,

performance e inconsistência. Expressar culturalmente respeito à dignidade da pessoa humana sem desenvolver sentimentos paternalistas. Uma sofisticação ao sentimento de tolerância;

- Rejeitar perspectivas que entendam o preconceito, a discriminação e demais crenças distorcidas como distúrbios psicológicos e comportamentais. Não se deve tratar essas atitudes “inadequadas” como desvios de conduta, mas avaliar as raízes da rejeição à diversidade.

- Narrar a diversidade com precisão e profundidade. De forma, que marcas de diferença não sejam temáticas exóticas e curiosas. Elaboração narrativa que culmina em um distanciamento, que não gera nenhum risco de confronto e que não possibilita o diálogo.

- Provavelmente a mais complexa das estratégias é a crucialidade de se adotar narrativas que compreendam os processos de produção das identidades e das diferenças como questões políticas. Com foco nas abordagens das marcas sociais da diferença e das interseccionalidades na cena viva ao ponto que não se tente somente celebrar a diferença, mas que se explore possibilidades de perturbação, de transgressão e de subversão das identidades. Afinal, o que mais desafia a mente para a complexidade e para a transformação, são os fatos imponderáveis da vida.

3.2. Jornalismo e Complexidade

O pensamento científico possui entre suas concepções a estratégia de ordenar ideias, definir de modo simples, exprimir respostas sobre o mundo por meio da clareza. Edgar Morin (2015) nos interpela com o levantamento de que com frequência esse tipo de conhecimento dissipa a complexidade. Como derivação da linguagem e dos discursos científicos, o jornalismo também tende a fazer uso de uma mentalidade reducionista e a cair nas armadilhas dos paradigmas da ciência moderna, com uma racionalidade que atende somente à veiculação rápida da informação fragmentada, que pouco afeta o seu povo.

Morin (2015) aponta que vivemos sob os princípios da disjunção (separação), da redução e da abstração na organização do conhecimento, operações que utilizam da lógica e de uma inteligência cega, que traz novos erros, ignorâncias, cegueiras e perigos e que acabam por mutilar o conhecimento e desfigurar a experiência.

O epistemólogo francês indica a complexidade como operação necessária para, efetivamente, construir reflexões e compreensões em torno dos fenômenos humanos. Para Morin (2015), é

necessário recorrer a um paradigma dialógico e translógico, que integraria a lógica clássica sem deixar de levar em conta seus limites.

O pensamento complexo (MORIN, 2015) é uma estrada que envolve o contato com a solidariedade dos fenômenos, a bruma, a incerteza, a contradição:

[...] a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então a complexidade se apresenta com traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza... (MORIN, 2015, p. 13)

O caminho da complexidade incentivado por Edgar Morin contribui para questionar as lógicas científicas que produzem especialistas e doutrinas obtusas que pretendem monopolizar os sentidos dados ao mundo, aos modos de ser e conviver dos humanos. Como bem coloca Morin, tanto a Ciência como o Jornalismo, que manipula concepções ou que faz uso de uma lógica mutiladora dos fenômenos humanos, conduzem a infinitas tragédias.

A jornalista e pesquisadora Cremilda Medina, por meio do texto *Jornalismo e a Epistemologia da Complexidade* (1991), indica que todo jornalista é um produtor de sentidos na malha cultural da sociedade em que está situado. De forma que, eticamente, estão enraizados perante o compromisso de compreensão e de comunicação da cultura de seu povo.

As técnicas jornalísticas fixadas no paradigma tradicional de objetividade acabam por danificar o sistema de comunicação social vigente. Neste caso, a compreensão de mundo do jornalismo reflete um empobrecimento simbólico. Entre as noções tradicionais que se perpetuam no jornalismo há: o certo e errado, causa e efeito, sujeito e objeto. Com isso, o jornalista arquiteta o real por meio de enquadramentos esquemáticos e por atrofias na leitura do presente histórico.

Uma vez que o jornalista é um mediador-produtor de sentidos, ele capta conceitos, emoções e comportamentos da sociedade - a realidade cultural imediata a que está exposto - e os representa na notícia, na reportagem ou em qualquer outra peça jornalística.

Como mediador-produtor de sentidos, numa concepção contemporânea, ele é um sujeito em relação com os sujeitos-fontes de informação e os sujeitos fruidores de informação. Não se trata, pois, do tradicional autor-liberal ou neoliberal detentor da iniciativa e força motriz da produção de sentidos. O direito social à informação e a recepção ativa e crítica cabem muito bem numa teoria cultural contemporânea aplicada ao jornalismo. (MEDINA, 1991, p. 197)

Em *Povo e Personagem* (1996), Medina sugere uma compreensão da natureza do jornalismo, ao apontar que para o mediador social, a relação com o Outro é uma especificidade profissional que é atravessada por constrangimentos temporais, espaciais e culturais. A plenitude de um mediador social está na articulação complexa entre indivíduo e coletividade. Uma mediação que implica o uso de uma linguagem trialética, isto é, que estabelece ligações entre “representações simbólicas lógico-analíticas (ideias, conceitos e argumentos), representações intuitivo-simbólicas (emoções, criações artísticas, mitos) e representações moto-operacionais (situações, modos de ação cultural)”. (p. 12).

Na *práxis* jornalística, a decodificação do real, a produção noticiosa e informativa demanda significação social e humana, bem como a leitura da singularidade da história do protagonista do fato. Implica o desenvolvimento de uma capacidade de investigação com exigências muito particulares e de muita complexidade, já que o jornalista é desafiado a suprir um *déficit* de compreensão do mundo a partir da expansão e largueza que o Outro opera no mediador social.

“O ato jornalístico exige um olhar sutil e indiscreto do leitor cultural; uma visão complexa apta a recolher a polifonia e a polissemia do contexto sócio-cultural; e a relação dinâmica entre eu e o outro. (MEDINA, 1996, p. 33). O jornalista é um perseguidor das vulnerabilidades e complexidades do Outro. A representação jornalística se constrói nas percepções sutis que o Outro produz. Dessa forma, a representação é um ato de simbolização, um convite a uma viagem reveladora das profundezas do Outro. Contudo, parece ser um exercício pouco vivenciado em nossos tempos midiáticos.

Há em vigor um domínio da tecnicidade e dos raciocínios monológicos, isto é, do jornalismo que opera pela manipulação opinativa e pelo fetiche da velocidade com que se processa e dissemina a informação. A atividade jornalística está impedida de elaborar uma observação rica, profunda e competente já que descarta o comprometimento com o humano. É um tempo midiático no qual a alteridade é pouco praticada e valorizada como estratégia.

Diante desse cenário, Medina é responsável por uma defesa contundente de estratégias de sensibilização na formação do jornalista de modo que ele possa atingir a ética da comunhão e a pesquisa dos traços culturais de um sujeito, de um grupo ou da sociedade.

Nesse contexto, as narrativas da contemporaneidade podem contribuir para a compreensão do mundo de modo profundo, contextualizado, solidário e com profundo respeito. É certo que o jornalista, como mediador social, precisa encontrar estratégias de sensibilização que o levem a

noções complexas sobre as pessoas LGBT e sobre diversidade. **É preciso se prevenir contra uma mentalidade reducionista, seja ela discriminatória, intolerante e preconceituosa, ou seja ela binária, hierárquica, naturalizante e normativa.**

3.3. Jornalismo e Compreensão

O jornalismo contemporâneo vivencia um ciclo acelerado de trabalho, no qual se privilegia o tempo no lugar da apuração, mediante o uso de novas tecnologias cada vez mais poderosas, no qual é crescente o número de narrativas que abordam o mundo a partir de explicações causais repletas de dualismos. Na tentação de transformar um acontecimento em algo mais acessível, mais palatável e rapidamente divulgável, o desafio de abordar dinâmicas complexas é afogado por hipertrofias mentais, por fragmentações e por simplificações.

O que provoca o seguinte questionamento como o ecossistema midiático contemporâneo, tão agressivo, pode dar conta das distintas condições humanas? O cenário que envolve o jornalismo na contemporaneidade é complexo e instigante. Se antes, a imprensa dava conta de fornecer elementos interpretativos, isso se dava pelo diálogo com públicos relativamente mais homogêneos.

A diversidade impõe novos desafios comunicacionais. Deve agora contemplar mais subjetividades. Entre os caminhos percebidos, é obrigatório que as redações jornalísticas e demais espaços de produção de conteúdo diversifiquem a composição dos jornalistas. Também é fundamental que as lógicas de produção ganhem outros contornos e outras possibilidades.

Diante das transformações no mercado jornalístico, o profissional deve lidar com o desafio de inovar os modos como fatos, situações, comportamentos, modos de vida e visões de mundo são contados aos públicos. O diagnóstico percebido é que não basta mais que os veículos jornalísticos sejam altamente capazes de produzir e difundir informação.

Descobrir e promover uma ética da compreensão nas teorias e práticas comunicacionais é uma importante defesa feita pelo professor de Jornalismo Dimas Künsch (2014) para que possamos tecer narrativas no nível mais profundo do humano.

Compreender significa um experimento efetivo de abraçar os sentidos do mundo, tatear múltiplas perspectivas, sem julgamentos e sem pretensas verdades finais. Nesse modelo de pensamento, privilegia-se uma postura de incluir, integrar e somar por meio do diálogo.

Dimas Künsch (2006) sublinha que há muito se faz notar a sensação de que a incomunicação cresce dentro do jornalismo. Em tempos de muitos dados, informações e redes, a comunicação não dá conta de deter o despreparo com o Outro, o desrespeito nas relações e os processos de violência e de ódio social.

Sob esse ângulo, a compreensão reforça a dialogia, a não-arrogância e a não-violência, esses sentimentos e práticas inscritos numa epistemologia que não se contenta em se dizer e praticar complexa: quer ser, também, intelectual e humanamente compreensiva. (KÜNSCH, 2006, p. 9)

Oferece-se, assim, acesso à dimensão humana intersubjetiva, de compreender antes de condenar, de examinar que todos somos seres falíveis, vulneráveis, insuficientes e que assim necessitamos de mútua compreensão. Não é um ganho dado somente pela intuição, pela razão e pela lógica. Ensaia-se como condição para um jornalismo pertinente, que faz a defesa do ser humano e da vida, que renova os votos de transformação social.

A compreensão não constitui simples e tão-somente um sentimento ou virtude edificantes. A compreensão, como aqui se pretende argumentar, faz conhecer. Ela produz conhecimento sobre as pessoas, a sociedade e a natureza, assumindo desse modo, legitimamente, o estatuto de uma verdadeira episteme. (KÜNSCH, 2006, p. 10)

3.4. Jornalismo e Alteridade

O jornalismo é um tipo de narrativa que elabora a percepção de fatos e sentidos a eles atribuídos. É uma forma de transpor o conteúdo de um cenário caótico para uma organização narrativa. Em outras palavras, é um método de produção de sentidos. A representação jornalística é, portanto, um exercício de construção narrativa, que carrega efeitos de surpresa, comoção, indignação, repulsa, admiração, compreensão, incredulidade, descoberta, crítica, entre outros.

O jornalista é aquele que estabelece diálogos por meio de interlocutores, e além dessa relação, estabelece uma expectativa de compreensão por parte do receptor das suas narrativas. Dessa forma, **o ato jornalístico implica, sempre, em um movimento dialógico, em um encontro possível com o Outro.**

Para Fernando Resende (2009), a questão da representação da diferença é um tema central ao jornalismo, uma vez que o discurso jornalístico é mais um lugar de onde se tece a vida do outro. Trata-se de pensar a tarefa de produzir saber acerca dos acontecimentos do mundo:

[...] pelo desejo e pelo poder, revestidos da vontade de verdade, os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante. (RESENDE, 2009, p. 6)

De antemão é necessário saber que qualquer representação jornalística não é capaz de conter todas as verdades sobre aquilo que divulga. De forma que sua finalidade está mais para uma comunhão com o fato social do que para o desejo de expressar uma realidade na íntegra. A mágica do jornalismo se encontra nas possibilidades de geração de leituras sobre um acontecimento.

Contudo, o que ocorre é que quem fala por meios das plataformas jornalísticas continua aplicando um olhar exclusivo, pouco atento à polissemia, sendo alguém que se pensa mais legítimo para falar do que o Outro, que sempre fala no espaço midiático de modo que a produção da diferença não resulta em uma relação de alteridade. Nesse quadro, “além de ser importante saber o que o discurso diz, é fundamental investigar o que ele faz”. (RESENDE, 2009, p. 12).

A constatação é que boa parte das atividades jornalísticas ainda funciona por meio de enquadramentos com uma leitura da informação de forma ideológica e fechada. Pouco se atém a expectativa do jornalismo como encontro de vozes e produção de sentidos plurais, para a alteridade como a escrita que escuta o Outro, não como aquela que meramente fala sem os devidos intertextos da experiência do Outro.

A busca por novos enquadramentos na reportagem, bem como a disposição em produzir conteúdo crítico com vozes alternativas são alguns dos instrumentos para evitar um estreitamento de como reconhecemos o mundo e compreendemos os diferentes sujeitos. O jornalismo pode ser uma ferramenta de reforço de enquadramentos e normas, bem como uma potência de rompimento da realidade já conhecida, do conhecimento já assentado, do conteúdo já interpretado. Trata-se, muitas vezes, de uma possível abertura à complexidade do mundo, às fronteiras, ao que está fora do lugar, do não reconhecível ao primeiro olhar.

O que acontece quando um enquadramento rompe consigo mesmo é que uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque, expondo os planos orquestrados da autoridade que procurava controlar o enquadramento. Isso sugere que não se trata apenas de encontrar um novo conteúdo, mas também

de trabalhar com interpretações recebidas da realidade para mostrar como elas podem romper – e efetivamente o fazem – consigo mesmas (BUTLER, 2015, p. 28).

Ao compreender o jornalismo como uma narrativa de vidas, constrói-se a sugestão: o jornalismo é um gerador de percepções e de laços sociais pela reiteração discursiva de determinadas compreensões e sentidos em torno de indivíduos, segmentos, comunidades e populações. Atuaria ainda na distribuição de disposições afetivas politicamente significadas como o terror, empatia, fraternidade, indiferença, comoção ou luto.

A professora Claudia Lago vai além. No artigo *Ensinamentos Antropológicos* (2014), ela pontua que o jornalismo é parte inerente e fundamental do exercício da cidadania e da democracia. Como ato social, repousa no jornalismo a obrigação de antever a diversidade da sociedade. Com isso, o jornalismo deve ser plural não só em pontos de vistas diferentes como define boa parte das linhas editoriais, mas ter uma profunda incorporação do Outro.

Construir um Jornalismo capaz de incorporar o Outro em sua plenitude é um desafio que esbarra não só na estrutura do campo, mas também na formação dos próprios jornalistas para perceberem e serem contaminados por esta necessidade. (LAGO, 2014, p. 177)

Lago sugere ainda que a incorporação do saber antropológico pode auxiliar na tarefa de gestão da alteridade no jornalismo. A Antropologia é por excelência a ciência do confronto de diferenças, um ramo do conhecimento que incorpora a busca pelo Eu-Outro e as transformações subjetivas derivadas desse encontro em uma leitura detalhista da cultura.

Para Cláudia, o escopo da antropologia está longe das práticas jornalísticas, "lugar em que o Outro está dado e construído *a priori* dentro de estereótipos" (p. 181), já que o exercício do jornalismo se apegua a uma crença na objetividade possível, enquanto a antropologia coloca a necessidade de compreender e acolher o Outro como essência. Desse modo, faltaria aos jornalistas...

...descentrar o olhar constituído, torná-lo permeável a pontos de vista, ângulos, vivências, à possibilidade de ser afetado pelo Outro, em vez de tentar percebê-lo pelas atuais gramáticas normativas que figuram nos manuais e dentro das redações (salvo raríssimas exceções). (LAGO, 2014, p. 184)

Na pesquisa da Dialogia Social, a professora e jornalista Cremilda Medina encontra rumos epistemológicos para a entrega ao Outro, desbravamento nomeado de Signo da Relação (MEDINA, 2006). Na obra publicada após os anos à frente da Coordenação de Comunicação Social da USP, Medina indica uma saída para os jornalistas abandonarem o posto de difusão da

informação e assumirem a esfera complexa da mediação-autoral, do profissional que responde aos diálogos da sociedade.

A relação sujeito-objeto tão comum às ciências nobres quanto ao jornalismo resulta em uma relação com o Outro pautada pelo princípio de busca da verdade e da comprovação da informação por meio de técnicas e instrumentos tecnológicos, uma gramática jornalística que operacionaliza o encontro e o diálogo. O diálogo eficaz é aquele com entrega de sentidos por parte do jornalista. A mediação jornalística deve ser feita com complexidade de pensamento e abertura para a alteridade com aquele que está à margem ou nas fronteiras sociais.

O mediador da informação coletiva – o repórter/jornalista – deve ser um arauto da sintonia entre sujeitos. O que posso aferir é que a concepção objetivista tende a resultar em um comportamento de tolerância com a diversidade sexual. Tolerância que possibilita somente a inclusão de pessoas LGBT se forem capazes de seguir comportamentos que não ameacem as instituições sociais heterocentradas.

O clima de superioridade do jornalista sob a tutela dos discursos de especialistas faz com que os conteúdos sobre sexualidade e gênero sejam elaborados como a) relações homossexuais como simétricas aos padrões e arranjos heterossexuais; b) o entendimento que a transexualidade é um diagnóstico médico que acomete certas pessoas, assim como um desejo de passar por processos de “adequação corporal” e c) como representações negativas da diversidade: sujeitos esquisitos, exóticos, estilos de vida alternativos, minorias.

A partir da ideia de Signo da Relação, de Medina (2006), é fundamental “perceber a dimensão identitária de estar afeto ao outro, embora existam conflitos e diferenças que são inerentes à convivência” (2006, p. 77), podemos buscar o exercício da alteridade.

Trata-se da incorporação de uma fruição narrativa que supere tendências e comportamentos de um jornalista que não ouve ou que só escuta fontes emissoras legitimadas (como os cientistas). É caminhar pela junção da sensibilidade do repórter com a do protagonista social. É desenvolver um olhar plural para as formas da masculinidade, da feminilidade, das fronteiras de gênero e subversões afetivo-sexuais, bem como um olhar que suspeita das normas e estruturas que ancoram a heterossexualidade como empreendimento cultural, afetivo e relacional.

A contemporaneidade, tal qual as percepções a traduzem em narrativas, oferece inúmeros desafios não só ao cidadão nela situado com relativo

conforto como, acima de tudo, ao que carrega o fardo da marginalização de qualquer origem - social, étnica, cultural ou religiosa. Enunciar um texto que espelhe o dramático presente da História é, à partida, um exercício doloroso de inserção no tempo da cidadania e no espaço de construção das oportunidades democráticas. Ao se dizer, o cidadão se assina como humano com personalidade; ao desejar contar a história social da atualidade, o jornalista cria uma marca mediadora que articula as histórias fragmentadas; ao traçar a poética intimista, que aflora do seu e do inconsciente dos contemporâneos, o artista conta a história dos desejos. (MEDINA, 2006, p. 67)

3.5. Os *déficits* da relação (jornalistas e LGBT)

No caso das vidas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, as representações do jornalismo, à exceção de algumas autorias, como visto até aqui, partem de um imaginário comum de marginalidade e ao mesmo tempo de fragilidade diante de episódios constantes de agressões físicas e simbólicas.

Tais representações são atravessadas por uma normalização das identidades LGBT ao promover uma cultura da tolerância pela adequação à heterossexualidade. Isto é, pela visibilidade insistente de homossexuais que são discretos, bem-comportados, bem-sucedidos, em busca ou com casamento monogâmico, com filhos e boa condição econômica. O que implica em uma leitura das pessoas LGBT pouco plural e simplista, de forma que se contribui para permanências de desigualdades e na construção de sentidos binários de gênero e de sexualidade.

Prosseguindo neste caminho, a dissertação *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*, de Márcia Veiga da Silva (2010), revela que os modos de produção jornalística são atravessados por concepções de gênero que os jornalistas expressam.

A pesquisa indica que o jornalismo é constituído por percepções de gênero, não só porque os jornalistas são sujeitos que possuem gênero, mas fundamentalmente pelas convenções de gênero que elas e eles partilham com a sociedade.

um repórter capaz de fazer um exercício de alteridade, que se perceba diferente de uma pessoa ou grupo, mas que consiga transpor essa diferença para conhecer esse novo, poderia experimentar novas narrativas, quem sabe mais inovadoras, menos previsíveis, recheadas de conhecimentos novos, e com possibilidades de contribuir com informações capazes de alterar a cultura que transforma a diferença em desigualdade. [...] Assim como os jornalistas produzem excelentes narrativas sobre as histórias de vida de pessoas ditas "normais", cidadãos direitos", também encontrariam histórias para serem contadas em outras formas de vida. Mas não havendo abertura para conhecer o "estranho, há boas chances de que os diferentes sejam inferiorizados e

colocados em uma mesma e pejorativa categoria, ratificando o processo histórico que transforma a diferença em desigualdade, abrindo brechas para o recrudescimento de posturas intolerantes que podem se tornar violência. (SILVA, 2010, p. 195)

Márcia Veiga chama a atenção para os modos como jornalistas, muitas vezes, atribuem juízos de valor no contato com os entrevistados, carregam noções de normalidade, exigem coerência entre as concepções de feminino e masculino e não fazem distinção entre homossexuais e transexuais, entre prostitutas e travestis.

É interessante ainda destacar como a pesquisa mostrou que os profissionais da mídia estão cientes das suas incompreensões e que a forma como concebem o mundo pode desqualificar seus entrevistados. Seus estranhamentos estão ancorados nos valores mais gerais da sociedade. O que ocorre é que jornalistas estão embebidos em circunstâncias nas quais são pouco reflexivos sobre suas práticas. De modo que o desconhecimento contribui para a afirmação de verdades sobre o que é convencionalizado como fora do normal e o modo como temas de desigualdade são apresentados na mídia.

Na observação do jornalismo, percebe-se que as pessoas LGBT aparecem em episódios noticiosos sobre agressões; nas pautas sobre legalização do casamento igualitário; no debate sobre educação de gênero na escola; na cobertura de Paradas do Orgulho e pelo viés do consumo e do turismo. É como se a posição social das pessoas LGBT estivesse vinculada à luta por direitos e pelas situações de abjeção e de violência. Não é facilmente encontrável, a construção de olhares que desafiam a heteronormatividade hegemônica.

Neste caso, uma perspectiva imprescindível seria além de enfatizar os mecanismos que promovem a abjeção das LGBT, o cruzamento com outras marcas de diferença e a circulação de discursos que questionem a imposição da heterossexualidade. O que se percebe, é que enquanto o jornalismo cooperar para a manutenção do padrão hegemônico, as representações das identidades sexuais e de gênero permanecerão associadas aos mesmos lugares narrativos.

4. O SIGNO DA DIVERSIDADE (OU DA RELAÇÃO)

Desde a fase de escolha das narrativas dos livros-reportagem até a etapa de imersão no jornalismo praticado pelas três interlocutoras deste trabalho, tive a percepção de que era necessário compreender as lógicas de produção das reportagens por meio do encontro com Fabiana Moraes, Karla Lima e Marília de Camargo César. Somente assim seria possível compreender o empenho dado por elas na realização destes trabalhos jornalísticos.

As possibilidades do diálogo poderiam me trazer percepções sobre o campo da comunicação e dos estudos das relações de gênero que não estavam dadas somente na interpretação dos recursos narrativos aplicados. Era necessário ter acesso aos valores profissionais e subjetivos das jornalistas, saber mais sobre como elas reconhecem as relações de gênero e de poder, bem como explorar as motivações e o contexto de confecção de uma narrativa que envolve o contato com o protagonista social.

Para mim, enquanto pesquisador, parecia fácil discutir o lugar de entrega do Jornalismo, o diálogo possível, em meio ao desejo de condições ideais de trabalho, ordenar o que deve ser feito e como deve ser elaborada a narrativa jornalística que se atém aos lugares marginais, ao contato com o Outro, com o devido respeito e escuta das questões que norteiam o mundo do Outro.

...

Em 2016, após uma visita ao Rio de Janeiro para assistir e sentir o clima da cidade diante dos Jogos Olímpicos, rumei para o Aeroporto Internacional Tom Jobim, para voar em direção ao nordeste, parte do Brasil tão cara a mim. Após três horas, estava em Recife, Pernambuco, e já tratava de planejar para o dia seguinte um encontro com Fabiana Moraes.

A conversa se deu no dia 9 de agosto de 2016, em plena casa da jornalista, no bairro de Espinheiro, em Recife. Já estava muito encantado com a capital pernambucana, com as pontes que interligam a cidade na confluência do rio Capibaribe com o oceano; com o conjunto arquitetônico próximo ao marco zero, aqueles prédios coloridos costurados um ao lado do outro; e com a praia de Boa Viagem, onde recapitulei *O Nascimento de Joicy*.

Além de jornalista, Fabiana é socióloga formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trabalhou como repórter especial do *Jornal do Commercio*, de Recife, e atualmente, é professora no curso de Comunicação Social da UFPE, local onde traça pesquisas que

envolvem pobreza, celebridades e visibilidade. Seu livro-reportagem foi reconhecido com o Prêmio Esso de Reportagem e como finalista ao Prêmio Jabuti, maior premiação literária brasileira.

Diante de Fabiana, que me posicionou sentado em volta de uma mesa, começamos uma reflexão sobre os meandros do que significa, atualmente, construir narrativas sensíveis sobre grupos fragilizados e com temas que pouco figuram com o devido reconhecimento dentro dos meios jornalísticos brasileiros.

De início comecei a interrogar Fabiana sobre como estava sua relação com Joicy. A jornalista compartilhou episódios pelos quais concluiu que não poderia ter uma relação com muitas expectativas sobre Joicy, mesmo quando se prontificava a ajudar a cabelereira, havia decepções como em um auxílio dado pela jornalista para que fosse feita uma cirurgia de reabertura do canal vaginal junto ao Hospital das Clínicas de Recife. No caso, Fabiana marcou uma consulta para Joicy, na qual ela não compareceu e alegou ter aguardado um carro do jornal:

— Eu não poderia ficar me frustrando porque este é um limite dela. Não poderia estabelecer uma relação de maternidade ou de assim, tipo, ela é uma coitadinha mesmo. Não era isso, sabe? Ao mesmo tempo não achar que ela é uma grande vítima. Eu me permitia me sentir abusada e ficar chateada com o que tinha acontecido até ali. Eu não queria voltar a isso. Era o momento de arrumar um equilíbrio entre não ficar decepcionada e também não ficar esperando tanta coisa.

Durante o diálogo, Fabiana contou que a vida de Joicy renderá um documentário, cujas imagens já foram captadas e que está em fase de pós-produção. O foco da produção será uma retomada do conteúdo da reportagem, mas com os desdobramentos da vida da transexual, com destaque, para o novo cotidiano da pernambucana após a cirurgia.

— Em dezembro [de 2015], nós fomos filmar, passei nove dias em Alagoinhas e foi muito intenso. É retomar tudo. Não é uma amnésia disso aqui [Fabiana aponta para o livro], mas é uma nova Joyce, tem o fato do canal [vaginal] fechado e a tentativa constante de performar seu corpo no local que ela vive.

Com previsão de lançamento para 2017, o filme rendeu novos episódios de tensão entre a jornalista e a personagem. Para ela, foi um trabalho muito desgastante tentar domar a personalidade sem filtro de Joicy, que eventualmente, demonstra muita fragilidade no *set* de filmagem e que também cria situações por meio de expectativas e queixas.

— Não sei se estou tendo um ataque de sinceridade, mas é muito difícil estabelecer uma relação na qual o afeto parece unilateral. Eu nunca senti que ela tivesse desenvolvido algo afetivo por mim. Ao mesmo tempo, eu não sei se ela dá conta de sentir isso por todas as coisas que envolvem a vida dela.

Na leitura da reportagem, é perceptível que Fabiana Moraes vivenciou dois movimentos em relação à Joicy: 1) Saber das fragilidades da vida da transexual. Perceber a pobreza e a precariedade da vida de um ser humano e, para além da função de jornalista, ajudá-la na compra de alimentos e com as consultas médicas. 2) Ao mesmo tempo, compreender que Joicy não ofertava um retorno proporcional para com ela. Em muitos momentos dessa relação, Joicy desestimulou o contato profissional e ultrapassou barreiras éticas e de intimidade por meio de acusações de que a jornalista teria lucrado com sua vida.

— Eu dei alguns livros a ela e um livro com uma dedicatória muito específica. O primeiro livro foi dado ao meu filho e o segundo foi para ela. Tempos depois ela me escreve dizendo: “Fabiana, roubaram o meu livro. Eu queria que você me desse outro”. Eu achei muito esquisito, mas como foi que te roubaram o seu livro, Joyce? “Alguém entrou na minha casa”. Estranho. Consegui outro livro, mas tudo bem. Posteriormente, o Dornelles⁴¹ me escreveu, acho que no outro dia, dizendo que eu o havia citado no livro. Eu disse: fico feliz que tenha lido o livro. Joyce lhe deu, né? Ele disse que foi. Ela não consegue, tipo, olha Fabiana, eu quero dar um livro a Dornelles. Pronto, eu levo o livro para ela. Ela não consegue. É muito por uma chave que é mais do que mentira, é a coisa da fantasia. É como se tivesse um dispositivo no qual ela só se reconhece como uma espécie de diva. As pessoas têm que estar o tempo todo dando extrema atenção a ela.

Diante do comportamento adotado por Joicy, motivo de distanciamentos já reportados no livro, como os momentos nos quais Joicy disse o que queria dizer, independentemente se fosse magoar ou se fosse algo injusto, Fabiana criou um afastamento definitivo. Contudo, a progressão midiática de uma reportagem para um livro, e agora um documentário, criou mecanismos dos quais a repórter não dá conta da tarefa de produzir uma vida com mais felicidade para a transexual, o que motiva constantemente os telefonemas e as mensagens de Joicy.

⁴¹ Lembro que Dornelles é o rapaz que acompanha Joicy enquanto está internada. É quem a repórter chama de “amigo” da transexual. Tudo indica que Joicy vive alguma experiência sentimental pelo rapaz e sempre o tem por perto.

— É algo que eu me preocupo porque a gente é responsável, principalmente, quando esteve na casa da pessoa durante nove ou dez dias com uma equipe de nove pessoas. É uma atenção o tempo todo. De repente, você sai, vai embora. É um sentimento que temos com nossos personagens. A gente se aproxima, conversa, tchau e benção. Raramente, você vê novamente. É um conflito que todo jornalista, ou pesquisador, passa quando lida com pessoas, mas ao mesmo tempo eu não posso fugir disso. Na verdade, essa atenção que a gente dá a ela e essa maneira como reitera e repete o nome dela midiaticamente é algo que ela pode se apropriar e levar benefícios para a vida dela, mas acontece que ela acaba minando todas as relações. É uma relação muito utilitarista que ela estabelece.

Para além de Joyce, pensando no tema da transexualidade, é significativo que a jornalista tenha atuado de alguma forma com a produção de narrativas com grupos fragilizados. Anteriormente, Fabiana elaborou conteúdos para o *Jornal do Commercio* sobre artistas circenses que circulam no interior de Pernambuco e nos bairros pobres de Recife; elaborou uma série com perfis de profissionais que exercem funções estigmatizadas; construiu uma reportagem sobre os caboclos de lança do maracatu; e um especial em virtude dos cem anos da morte de Euclides da Cunha, que traz um olhar para novos personagens do sertão.

No ano de 2010, Fabiana também foi responsável por uma reportagem com as travestis de Recife. O texto chamado *Fale com Elas* acompanha o cotidiano das personagens. Desde as dificuldades como ser alvo de chacota nas ruas e a impossibilidade de usar banheiros públicos até os envolvimento com os *t-lovers*, homens que preferem manter relações com as travestis.

— Nesta matéria, há erros clássicos em relação às mulheres transexuais, às travestis e as diferenciações dessas identidades. Tudo o que a gente vem aprendendo nos últimos anos, informações que se tornaram mais democratizadas, assim como há erros aqui [no livro-reportagem *O Nascimento de Joicy*]. Desde esse momento, chamava-me muito a atenção, como até hoje chama, você **ter um corpo que é questionado. Ter uma existência questionada.** Com relação, as mulheres trans, travestis e homens trans, eu ficava pensando nessa questão da aparente simples escolha que você faz entre ser ou não ser algo.

Naquele momento, a rejeição social ao corpo transgênero foi percebida por Fabiana Moraes e também foi a força que motivou a elaboração da reportagem com Joicy. Nas palavras de Fabiana, era inquietante perceber como experiências de diferença são vigiadas e punidas. É o caso do corpo gordo, do corpo negro; a gordura, associado à preguiça e à doença, e a pele,

associada com aspectos mais profundos do Brasil, como a escravidão e o processo de miscigenação.

— No caso do *Fale com Elas*, tinha uma experiência, a qual eu já queria fazer a muito tempo, que era só ver uma travesti andando pela rua. Ver o entorno em relação a ela. Quero perceber em alguns momentos dessa caminhada o que é que ela passa todos os dias. Neste recorte, eu fiz isso. Andei de ônibus com Claudia, saía com ela, às vezes eu ficava atrás dela só sacando. Era pavoroso! Não no bairro dela, onde ela era uma presença conhecida que circulava, mas em outros lugares. No centro da cidade, ela dizia que as pessoas a chamavam de Satanás, que tinha gente que chegava com uma Bíblia e lia para ela deixar de ser aquilo. Ela era o tempo todo interpelada. Como ser o tempo todo interpelado? Por algo que você abraça, que você é aquilo e que você quer ser? É muito constrangedor e ocorre constantemente.

Para Fabiana Moraes, o que as reportagens sobre Joicy e sobre as travestis permitia é algo comum aos experimentos antropológicos e sociológicos: ajuda a perceber como se dá o reconhecimento de problemas sociais, neste caso, um problema de gênero, questão que motiva outros escritos da jornalista-autora:

— A escrita tanto do *Fale com Elas* quanto do *O Nascimento de Joicy* tinha a ver com essa análise do por que a gente, como sociedade, tem uma dificuldade tão grande, apesar de todo o discurso de modernidade, de se relacionar com pessoas trans. Para mim, tinha a ver com uma outra coisa mais ampla que era escrever sobre mulheres. Eu escrevo sobre mulheres constantemente. O que eu percebo, principalmente com as travestis, é que o nó da questão está na negação do masculino. Como é que você nega esse sacrossanto presente, o seu pênis? **Não é só o pênis, mas como você nega a fisionomia, seu vestir, todos os códigos da masculinidade?** Como é que você troca isso pelo ser mulher? O ser mulher é a grande questão, é a grande vergonha. Como é que você adere ao código do feminino? O feminino não é bom, bom é o masculino. **Discutir Joyce e mulheres trans é discutir mulher, são mulheres que aqui passam por violências específicas, nem maiores, nem menores, mas certamente mais violentas.**

Diante de tal clareza de Fabiana Moraes, a próxima indagação só poderia versar sobre a recente controvérsia sobre as categorias de identidades (cisgênero x transgênero) e a perspectiva de saberes e falas localizadas. Como é possível operar com a alteridade e com a voz do Outro no jornalismo sem restringir o direito de fala de quem vive uma experiência de vulnerabilidade?

— Estamos em uma fase muito pedagógica e tem que se ter paciência, por exemplo, Daniela Andrade e Neon Cunha [no lançamento do livro-reportagem] chegaram para mim e disseram "você escreveu mulher biológica". Hoje é um termo em discussão. Tudo isso são falas em disputa, categorias que circulam e mudam, mulher biológica é um termo que a medicina usa e neste momento estamos questionando a medicina também. No lançamento do livro, eu falei para a plateia que tinha um termo ali que hoje é debatido, que Neon e Daniela me chamaram atenção sobre isso e eu acho que elas têm razão. Para algumas feministas não, é mulher biológica sim.

Em um momento seguinte, Fabiana ilustra que os discursos sobre a transexualidade não se dão de forma coesa. A interpretação e o reconhecimento que Joicy possui da transexualidade está justamente na relação que algumas pessoas transexuais têm com as genitálias, na ideia de intervenção cirúrgica, o que pode ser considerado violento e normativo para outras experiências de transgeneridade.

— No site da reportagem⁴², tem um vídeo da Joyce questionando se ela terá clitóris. A cirurgia está marcada para dois dias depois e eu achei que seria desmarcada pela falta de entendimento com a médica. É uma conversa muito interessante. Eu a gravei: “Falaram que eu ia ter um clitóris, eu quero ser uma mulher normal”. Eu percebi que é um discurso de uma trans que vai contra a ideia da transexual, inclusive, contra a definição de mulheres trans que têm mais acesso à informação, que estão em debates da universidade, não é o caso dela. **Joyce não se apropria dessas questões. Ela articula outros referenciais de gênero, de uma transexualidade binária, heterossexual, normativa nesse sentido, mas na apresentação do corpo não.** Dizer “sou trans, sou trans” e usa bermuda e o cabelo curto. Ela é muito ambígua para a nossa noção de mulher trans.

A jornalista traz a ideia de que, no momento, os debates sobre gênero, raça e sexualidade estão corporificados em sujeitos, os únicos que podem saber e falar por si mesmos.

— O que eu temo é a corporificação do discurso. Se de repente só indígenas podem falar sobre questões indígenas, se somente negros podem falar sobre negritude, nós estaremos fazendo o jogo desse pessoal que está aí para minar direitos, que quer dificultar acessos. Com isso, não quero dizer que não podemos discordar, sem dissenso não há avanços, mas ao mesmo tempo é perigoso neste momento político. **É claro que eu compreendo que a experiência da mulher**

⁴² É possível conferir a última consulta antes da cirurgia e a questão do clitóris que não existirá na galeria de vídeos do site da reportagem: <<http://www2.uol.com.br/JC/especial/joicy/videos.html>>.

trans não é a minha experiência. Eu não estou falando por ela, mas com ela. Eu odeio a ideia de dar voz, eu não dou voz a ninguém.

Avançando, Fabiana traz um apontamento que atinge a ideia de que o mediador social poderia ser alguém que detém uma posição de vantagem de revelar e conhecer o discurso do Outro.

— **Eu não quero que ninguém fale por mim, mas eu quero que as pessoas sejam solidárias** pela questão de eu ser mulher, de eu ser preta e nordestina. Como eu vou abrir mão disso? Nós não temos condição de saber a dor do Outro, nós só podemos chegar perto, compartilhar e ajudar, não é assistencialismo, é política o tempo todo. Eu não acho que Joicy precisa de mim para ser mãe dela, para cuidar dela. **Olhar Joicy e falar de Joicy é político. É trazer um olhar respeitoso, integral, olhar ela como um ser humano integral, não como um folclore.** Essa é a minha tentativa de abordagem mesmo que nem sempre dê certo.

Diante desse desejo solidário, questiono Fabiana em relação à premissa de que o Jornalismo Literário é o estilo narrativo capaz de captar as subjetividades dos personagens:

— Eu não sou muito afeita ao jornalismo literário. Na Teoria do Jornalismo existem estilos de escrita e existem categorias noticiosas. Escrever reportagem é uma forma que requer uma análise densa, longa, e com isso, é claro que o seu repertório, das coisas que você leu e vive vai aparecer de uma forma muito mais presente, trabalhada e adensada. Eu não sei se isso é efetivamente literário. Eu gosto de pensar em interfaces. A maneira como eu escrevo é afetada pela música, pelo que estou escutando; pela arte; pelo que vejo na TV, a propaganda de sapato entra na minha reportagem.

Ela complementa:

— Não é só a Literatura, é o que está no meu cotidiano e que eu não sei nem precisar. Eu tomei um incômodo pelo jornalismo literário, pela reportagem que começa essencialmente descritiva e sem nenhum propósito. Com isso, se separou o investigativo, o poderoso jornalismo do primo de luxo, o literário. A minha intenção é dizer que sem uma investigação poderosa não é possível fazer jornalismo literário.

Questiono o que a leva a construir a ideia de um jornalismo de subjetividade:

— Eu penso em um jornalismo subjetivo, para marcar espaço diante do objetivo, que eu prefiro pensar no subjetivo para inclusive entender os limites da minha relação com o personagem.

Ela prossegue com a crítica aos comportamentos estimulados pelos valores comuns à comunidade de jornalistas:

— Antes do doutorado, eu já me incomodava com a superficialidade na redação, com os modos como o jornalista fomenta e reproduz preconceitos. Isso foi algo que mexia muito comigo. **Algo que o jornalismo faz é dizer quais as histórias que importam**, por regra, as dos olímpicos. É preciso sofrer, batalhar, ralar muito para conseguir alguma coisa. O que eu penso que é uma sacanagem com os pretos, com as mulheres, com as trans. Eu tenho que destruir meu emocional, meu psicológico e meu físico para chegar a algo em que sou reconhecido. Que tipo de discurso é esse que a gente fomenta tanto? É algo que deixa muita gente de fora.

Na reta final do diálogo com Fabiana Moraes, a jornalista conta como a produção da reportagem sobre Joyce afetou as mentalidades que seus colegas possuíam sobre travestis, homens e mulheres trans:

— Lá atrás quando eu comecei a escrever sobre travestis eu já percebi umas mudanças, não por estar escrevendo sobre travestis, isso é importante de ser dito, mas sobre como eu estava escrevendo sobre travestis. Eu não queria mostrar as travestis em situação de prostituta, várias delas são, mas eu não queria. Eu queria que fosse de outro lugar, um lugar que, talvez, a classe média entenda. Esse novo lugar causa um curto circuito, de um lugar em que normalmente ele aparece. É muito fácil ver a travesti no lugar estético e midiático dado a elas. Eu gosto muito de mexer com isso. O que provoca quando elas não aparecem assim? Uma vez que você faz isso impacta o modo como os colegas jornalistas veem. Como aparece é fundamental. Aparecer só não diz nada, uma vez que pode aparecer de uma maneira totalmente distorcida. Como é feita a representação é fundamental para que essas questões sejam superadas.

Fabiana Moraes finaliza com a indicação de que o trabalho jornalístico, quando realizado com interesse e cuidado, pode criar abordagens mais profundas, reelaborar repertórios de mundo, com isso, observam-se potencialidades ainda pouco praticadas:

— Durante muito tempo, fomos ensinados a escrever para manter o *status quo*, a estabilidade de pensamento e não o contrário. Todos crescemos com repertórios imagéticos e discursivos, os jornalistas não estão fora disso. É recente o processo de questionar por que as coisas são como são. Dá trabalho provocar fissuras, você é questionado dentro e fora da redação. **Eu tenho uma convicção forte de que esse livro não é somente sobre Joyce, é sobre jornalismo, de como o jornalismo trata o que é entendido como diferente.** É sobre meus limites como pessoa e como repórter. É sobre a minha experiência com uma mulher transexual.

...

No dia 3 de fevereiro de 2017, tive a oportunidade de agendar um diálogo com a escritora e jornalista Karla Lima. Ela nasceu em 1971. Foi publicitária por 16 anos e se formou em Jornalismo com quase 40 anos de idade. No entanto, o mundo da escrita e das letras sempre esteve por perto da profissional, que já foi revisora, professora alfabetizadora de adultos e repórter. Hoje, Karla conta com cinco livros, após a trajetória iniciada em 2006 ao lado da esposa Pya Pêra (Patricia Yury Assumpção).

Nossa conversa foi realizada em uma cafeteria de uma famosa rede norte-americana, na unidade localizada na Avenida João Jorge Saad, na zona sul de São Paulo. De pronto fui recebido por um belo sorriso de Karla, que tinha os cabelos cinzas, uma mistura dos fios brancos com os escuros, balançando ao vento. Com cafés quentinhos em mãos, demos início ao diálogo:

— Eu como repórter atuei muito pouco, atuei na revista *Imprensa*, no caderno de Mídia, exclusivamente. Não me lembro de ter feito outro tipo de reportagem, acho que não. Eu acabei enveredando para a área editorial porque eu sou revisora desde os 18 anos. Eu tenho 46. Eu também sou tradutora. Sair do jornalismo acadêmico para uma prática profissional no ramo editorial foi muito tranquilo, não exigiu nenhum tipo de planejamento.

Após contar sobre sua trajetória e como a decisão de estudar Jornalismo veio tardiamente. Karla se debruça sobre como se deu a elaboração do primeiro título que escreveu:

— O primeiro livro que eu escrevi é de temática LGBT, é de 2006, e chama *Armário Sem Portas*. Ele é autobiográfico, um livro de humor. É um livro que minha mulher eu e eu alternamos e cada uma escreve um capítulo. É um livro de difícil classificação. É autobiográfico, mas já teve quem o classificasse como autoajuda no sentido de permitir uma aceitação mais abrangente tanto do leitor homossexual quanto de seus pais e irmãos. Não são raros os casos em que a gente recebe contatos de pai ou de mãe contando que o filho ou a filha deixou aquilo em cima da cama como se tivesse "esquecido". Sabemos muito bem que isso é uma técnica e não um lapso. E esses pais e essas mães nos agradecem dizendo como aquela leitura contribuiu. Nesse viés nós entendemos porque chamá-la de autoajuda. Não gostamos muito, mas sabemos o que o motiva.

Inicialmente, pensei que o primeiro livro pudesse ter motivado o desejo de escrever mais histórias envolvendo personagens LGBT ou mesmo que fosse algo despertado pelo contato com os leitores e leitoras da autobiografia do casal, que por muito tempo estiveram em contato com

agradecimentos sobre como o título os ajudou a “sair do armário” e serem bem recebidos pela família. Contudo, estava enganado e Karla ressaltou o motivo da tessitura do livro-reportagem:

— O que me motivou a escrever esse livro, o *Muito Prazer*, foi a possibilidade de dar a conhecer outras histórias. O que a gente percebia é que havia dentro da miséria que é o número de títulos direcionados às LGBT. Partindo do pressuposto de que a quantidade é pequena. Dentro deste pequeno universo existia uma esmagadora maioria de livros trágicos, em que a homossexualidade é punida com morte, seja assassinato, seja suicídio, seja morte social; havia muita tristeza, muita desgraça. E tudo bem. Isso refletia o momento em que essas obras foram produzidas, mas a gente não tinha muitas referências de histórias escritas, por e para homossexuais bem-sucedidas, felizes, em que as pessoas são socialmente produtivas, integradas à família, em que elas são cidadãs tão comuns quanto outros cidadãos.

Ela complementou ainda que o formato jornalístico contribuía para encontrar e expor outras vozes e experiências semelhantes com aquelas que vivia com sua esposa:

— O relato jornalístico que nasceu dessa obra é fruto do desejo de ampliar a nossa história, que poderia ser tomada por alguém de má vontade e tida como uma exceção. O que a gente queria dizer é que não. Ainda existe discriminação, ainda existe muita violência, ainda há milhões de problemas especialmente entre as camadas mais religiosas, entre as menos educadas e entre as mais periféricas. Entretanto, **não é que somente nós duas somos felizes, bem resolvidas, aceitas e bem integradas. Existe toda uma população que se enquadra nestes mesmos parâmetros. Vamos lá mostrar.**

Mais adiante na conversa, Karla Lima pontua que a relação entre jornalista e protagonista reflete responsabilidades dos dois lados com o Outro, o que nem sempre é perceptível por quem decide contar sua história:

— Houve o caso de uma pessoa do Rio de Janeiro, que me concedeu a entrevista e foi uma entrevista sensacional. Eu passei uma tarde e meia noite na casa dela. E no fim, quando ela recebeu um primeiro rascunho do capítulo, ela concluiu que pensando bem, ela não queria participar do livro. Foi extremamente frustrante. Você vai a outro Estado, é recebido na casa do entrevistado, ele vê o gravador, ele autoriza formalmente, e fala, abre-se em uma entrevista dos sonhos, sabe? E aí você redige o capítulo com aquela matéria-prima, não havia informação inventada, não havia fato elaborado artificialmente. A pessoa lê o capítulo e não gosta do que vê ali. Achei uma irresponsabilidade no comportamento dela. Houve ali gasto financeiro, de energia e um desgaste emocional.

— Quando aquelas que estão concretamente no livro, eu não tive nenhuma dificuldade. Elas foram extremamente queridas, receptivas e fofas. Eu sou muito grata a todas elas. Eu não mantive contato com todas, mas a gratidão permanece. Todas elas gostaram muito. Todas essas pessoas aprovaram os respectivos capítulos antes que eu publicasse. Não sei se onde você estudou Jornalismo alguém te contou isso, a mim não contaram e eu descobri muito depois de formada, que **não é menos jornalístico submeter o material ao entrevistado**. Claro, não estamos aqui falando de jornalismo investigativo. Esse tipo de jornalismo biográfico tem o endosso, por exemplo, da *The Paris Review*, nela todos os perfis são aprovados pelo perfilado. **Foi por isso também que eu me meti a fazer esse livro porque eu não queria me indispor com as pessoas, eu não queria constrangê-las.**

Ao longo da reportagem, Karla traz para o leitor o mosaico de sentidos e reconhecimentos que distintas mulheres dão para a experiência afetiva-sexual de estar com outra mulher. Pergunto como se ela vê esse jogo de identidades:

— Por um lado, eu não acredito que ser uma pessoa pública obrigue ninguém a levantar bandeira nenhuma. Por outro lado, e com a mesma intensidade, eu acredito que se você é uma figura pública, você está em uma posição privilegiada para fazer alguma coisa em favor ao grupo que você pertence. Acaba sendo uma omissão esquisita você se esconder por trás da afirmação “eu não levanto bandeiras”. Especialmente, se além de públicas, essas pessoas estiverem em posições de poder, o que quero dizer com poder é se elas têm fãs, se são artistas, se elas têm eleitores, no caso de serem políticas. Elas estão em uma posição de fazer algo em prol da comunidade e o fato de elas se omitirem, a mim, incomoda. Embora, eu entenda e respeite o direito delas de não fazer nada. Entre as minhas entrevistadas, algumas pessoas estão muito ligadas à militância, é claro que elas são as primeiras a dizer da importância de se declarar homossexuais, de agir de uma maneira pública coerente com o que elas são particularmente. Tem também o caso de uma entrevistada que diz que para ela a questão sexual é muito fluída. Ela não se sente necessariamente lésbica, mas ela faz questão de se declarar lésbica porque ela entende que isso é uma posição política importante. E veja que ela não é militante, ela apenas tem uma consciência militante, outras pessoas têm um histórico grande na militância e dessas eu não esperava nada diferente. Elas se declaram sempre, antes mesmo de serem perguntas, coisa que eu também faço sempre. **Eu entendo que isso é uma posição política. Eu entendo que há importância nesse gesto.** Faço questão de me declarar com contexto ou sem contexto, assim como algumas das entrevistadas, outras não acham que seja tão relevante assim.

Em outro momento, pergunto a Karla como ela faz para transportar a ideia de vínculo com o protagonista da narrativa da coleta do depoimento para o papel.

— Ouvir é uma coisa que me interessa. Eu não faço um esforço para isso. O interesse que eu tenho com a pessoa que eu estou entrevistando naturalmente transparece na produção textual. Não é de caso pensado, embora eu não seja permanentemente uma pessoa empática, entrevistar pessoas é um contexto que me torna muito maleável, muito solidária, muito "sou toda ouvidos". Isso nasce de um interesse genuíno.

Será que a proximidade do autor com a experiência poderia ajudar?

— Para mim, ser LGBT não aumenta, nem diminui a empatia que eu possa ter com entrevistados LGBT. Assim como eu sou mulher, falar com homem ou com mulher não é mais fácil nem mais difícil, assim como eu descendo de alemãs, entrevistar alemãs não modifica em absolutamente nada do meu trabalho. As demais categorias em que eu me encaixo, e são muitas assim como qualquer outra pessoa, **eu não sinto que a característica que eu tenho e que é compartilhada com o entrevistado me aproxime dele. O que me faz me aproximar dele é o meu interesse no que ele tem a dizer**, seja ele quem for. As trajetórias são tão únicas, eu tenho isso em comum com alguém, mas o resto é tão diferente.

Fico intrigado se a falta de familiaridade não acaba por resultar em um desrespeito com o Outro. Karla Lima me ajuda a pensar que, talvez, o desrespeito esteja mais ligado à falta de preparo para o diálogo, não ao fato de não conhecer a perspectiva do Outro:

— A questão talvez não seja o estranhamento ou a familiaridade, talvez esteja em quanta disposição você tem para mergulhar naquele universo. Não é a familiaridade que aumenta a minha empatia. Eu não acharia agressivo um repórter homem e hétero me perguntar “como é isso de ser lésbica?”. Eu entenderia que 1) ele está admitindo que não sabe nada desse assunto, o que é um bom começo, e 2) que ele quer ouvir a minha opinião. Eu acho que as vezes as pessoas se melindram demais com coisas que não são tão graves assim. **É normal que as perguntas reflitam estranheza, a questão é como você colocará isso no texto, que nível de acolhimento e amparo você está oferecendo para a história que o cara generosamente compartilhou com você.**

...

A oportunidade de tecer um diálogo sobre a obra *Entre a Cruz e o Arco-íris*, da escritora Marília de Camargo César, ocorreu em 7 de abril de 2017, na sede do jornal *Valor Econômico*, local de

trabalho da jornalista, na avenida Francisco Matarazzo, na Água Branca, em São Paulo. Era um dia cinzento e de chuva na capital paulista, o clima e a opção por uma conversa na sala de reunião do diário econômico sugeriria que tudo seria extremamente impessoal e protocolar, o que não foi o caso.

Paulistana, Marília exerce a função de editora-assistente, responsável por matérias especiais nas áreas de Negócios, Cultura e Religião. É casada, tem duas filhas e escreveu o primeiro livro em 2009, chamado *Feridos em Nome de Deus*. Marília é evangélica e resolveu escrever sobre abusos religiosos depois de testemunhar algumas experiências com amigos de sua antiga congregação. Sem generalizações, porque há bons pastores e boas igrejas, ela investigou abusos emocionais cometidos por pastores com intromissão radical na vida dos fiéis, que acontecem na esteira do crescimento acelerado da população de evangélicos no Brasil.

— Sou jornalista há 30 anos, sempre na área de jornalismo econômico, mas eu sempre quis escrever livros. Sou cristã, frequento uma Igreja Batista, e sempre tive o desejo de escrever livros na área de espiritualidade cristã porque é um tema que me atrai bastante. Porém, eu não queria escrever qualquer coisa, queria escrever livros como repórter.

Em seguida, também no formato de reportagem, Marília produziu a biografia *Marina: a vida por uma causa*, de 2010. A obra conta a trajetória do seringal, no Acre, até a conversão à fé evangélica da ex-presidenciável, em 2010 e 2014, Marina Silva.

— O livro sobre a vida dela, quando eu comecei a pesquisar, ela não tinha nem saído do PT [Partido dos Trabalhadores], ela ainda era ministra do Meio Ambiente, do Governo Lula. Não tinha nenhum sinal de que ela seria candidata à presidente. O livro pegou carona na candidatura. Não foi um livro encomendado por causa da candidatura, embora a revista *Veja* tenha afirmado que foi. Quando ela foi candidata, a militância LGBT começou a questioná-la em relação ao casamento gay e as pautas mais liberais que sempre aparecem quando alguém é candidato a presidente. A mídia deu destaque para isso e indicava que ela era contra, o que ocorre é que a Marina separa as coisas, ela fala que é a favor da união civil e dos direitos iguais, mas que as igrejas não devem ser forçadas a nada, já que o Estado é laico. Eu comecei a prestar atenção nesse debate e eu nunca tinha me interessado por essa questão homoafetiva. Eu comecei a me perguntar se havia muitos gays dentro das igrejas, se eles poderiam se abrir e dizer quem eles são. Será que existe um espaço de liberdade? Será que eles eram bem recebidos?

A jornalista pontuou que suas perguntas tinham um nível de curiosidade infantil, do tipo, por que será que uma pessoa é gay? Dessa forma, Marília foi instigada a pesquisar sobre o tema e

percebeu que ali havia uma história a ser contada. O assunto é identificado como um tabu dentro das igrejas e diante da preocupação da editora, seguida por uma negociação, o tema virou um projeto de livro-reportagem.

— É um tema que as igrejas não estão preparadas para discutir. Existe hoje uma leve abertura para o tema do livro. Na semana passada, eu estive em uma igreja, a Convenção Batista do Piauí, nada mais tradicional do que isso, e eles me convidaram para falar sobre o tema. O que acontece é que dentro das igrejas você aprende e lê passagens da Bíblia que têm a ver com a prática homossexual. São sempre passagens que declaram com todas as letras que a prática homossexual é pecado. Você aprende somente uma sentença e não sabe nada sobre a constituição daquela pessoa. Repete esse discurso pelo resto da vida. **Como eu sou xereta e me identifico com questões que envolvem o sofrimento humano e existe muito sofrimento, muita rejeição, muita exclusão. Isso me interessa como pessoa e como escritora. Eu quis mergulhar nesse universo e sair da questão teológica.**

Dando continuidade ao nosso diálogo, a jornalista conta que a estratégia para dar início à apuração foi a de consultar algumas lideranças religiosas de confiança. Os pastores indicaram psicólogos que costumam receber, dentro do público evangélico, pessoas que tinham algum nível de desconforto ou questão com a homossexualidade.

Entre os profissionais, foram ouvidos psicólogos que não lidavam com terapias de “cura gay”, mas de outro modo, e entre os pacientes, Marília encontrou os personagens que compartilharam suas trajetórias de vida e de fé na reportagem. Por fim, a jornalista foi conhecer e ouvir pessoas nas denominações inclusivas e pastores norte-americanos que debatem essa agenda há mais tempo nos EUA.

— As pessoas com quem eu conversei se mostraram muito abertas a falar, talvez pela indicação. Em alguns casos, eu percebi que tinha uma pequena armadilha. Dependendo da pessoa, ela já havia elaborado mais a experiência dela de conversão e a vida que ela estava levando agora. Aparentemente, a pessoa estava tentando passar para mim uma agenda, para que eu reproduzisse isso no livro. É algo que após muito tempo de reportagem, você tem uma sensibilidade maior para saber quando a pessoa está querendo te usar para reproduzir um discurso.

A jornalista enfatiza, em mais de um momento, o quanto explorar o tema em um livro-reportagem a ajudou a dirimir preconceitos enraizados:

— Todo esse trabalho foi uma grande descoberta. As pessoas só vão querer saber algo, se informar um pouco, quando tem uma pessoa homossexual próxima, a maioria das pessoas é indiferente. Não me compete julgar, qualquer um faz o que quiser da sexualidade. Tirando os religiosos radicais, os fundamentalistas que têm uma obsessão e chegam a perseguir os homossexuais, a maioria das pessoas não liga muito. Cada entrevista, cada livro que eu li, tudo foi novo. Eu me surpreendi muitas vezes. Inclusive quando eu fui em uma igreja inclusiva. Eu imaginei que eram pessoas que tinham começado a frequentar porque foram lá por curiosidade. Lá eu descobri que a maioria vinha de outras igrejas, de denominações de onde foram expulsos ou desprezados dentro da igreja.

Marília concorda que **parte do acesso ao Outro vem do desenvolvimento de competências como um olhar curioso, um olhar infantil, que permite ouvir muito mais e saber do Outro ao invés de fazer uso de enquadramentos provenientes de questões ideológicas**. O que ocorre muito na mídia cotidiana em que se sai com uma tese na cabeça para colher declarações que comprovem.

— Eu cheguei nesse assunto como uma criança, com o coração aberto, sem defesa, sem estar na retranca. Como uma criança que faz as perguntas mais bobas. É assim que os grandes cientistas descobrem as grandes coisas. Disposta a aprender e saber o que estava acontecendo. Eu considero que fiz uma boa pesquisa que envolve diversos aspectos: o histórico, o sociológico, o psicológico e o teológico. Claro que não é uma coisa conclusiva, de jeito nenhum, mas eu acho que consegui ter um resultado bacana. Se eu quisesse trabalhar algum tipo de ideologia era só editar algumas frases. É fácil fazer isso.

Em nossa conversa, Marília debate se a sexualidade é ou não uma construção social. Indicamos que parte das interpretações de uma cura gay passa pelo reconhecimento de que a sexualidade é uma construção e poderia ser desconstruída. Se a defesa da fé diz que sexualidade é uma construção, não poderiam todas as formas de sexualidade serem ressignificadas? A existência do ex-gay pode ser simétrica à experiência do ex-heterossexual. No entanto, Marília me alerta para o que dizem seus interlocutores:

— O que eu vi foram homossexuais que se converteram genuinamente. Tiveram uma experiência muito marcante com Jesus e a partir daquele momento entenderam que a Bíblia diz que a prática homossexual não faz bem para o homem. O que é o pecado? É tudo aquilo que não é legal para você. O que ocorre é que a pessoa procura se abster daquilo e para isso a pessoa vive como se fosse heterossexual. Foi isso o que eu encontrei, foi o que falaram para mim.

“Marília, eu vivo uma vida heterossexual, eu casei, tenho filho, tenho filha. Essa é a minha posição. Eu creio que isso é ser coerente com a minha fé. Eu quero viver uma vida coerente, mas se você me perguntar se eu sou heterossexual, eu vou responder eu sou homossexual”.

Marília de Camargo César faz questão de demarcar que sua atuação é jornalística. Dessa forma, o trabalho realizado no livro, e em eventos como palestrante, não se trata de impor uma visão de gênero ou defender a posição dos movimentos LGBT. A jornalista indica que é fundamental reconhecer que o debate é complexo e que vivemos em um contexto em que a teologia inclusiva e as novas configurações de família são grandes discussões da sociedade.

— Com relação ao se identificar como cristão ou não, como seria um livro a ser publicado por uma editora evangélica, o que ao final não foi, eu achei que eu tinha esse espaço para me identificar e honestamente dizer “eu sou cristã e quero entender como a igreja está lidando com isso”. Achei que não havia problema em fazer isso. Tanto que no último capítulo, eu coloco a minha emoção mesmo, se fosse uma reportagem para o jornal ou para uma revista eu não poderia fazer isso. Eu só encontrei esse espaço porque o livro foi contratado para ser publicado por uma editora evangélica e acabou sendo publicado por uma editora secular. Por quê? A editora evangélica achou que eu me emocionei demais, que o livro ficou autoral demais (risos). Eles chegaram à conclusão de que o livro estava dando uma abertura muito grande para que as pessoas pudessem ter uma posição mais aberta sobre isso dentro da igreja e acharam que teriam problemas com a audiência, que eu deveria tirar tudo onde eu me colocasse para ter somente os relatos frios. Não seria o livro que eu queria. Aí, eles cancelaram tudo.

Ela ainda acrescenta que:

— Cada um lê o livro pelo que tem dentro de si. O pessoal mais da militância leu o livro e disse mais ou menos assim: “você está defendendo as pessoas que vivem uma vida fingindo que são heterossexuais. É isso que a religião faz, ela aniquila as pessoas e faz com que elas tenham uma vida falsa”. Radicaliza, pô, você não está respeitando a experiência que a pessoa teve com Cristo e a regra que ele vê na Bíblia foi uma experiência mais forte do que a prática que ele pode vir a ter. Aquilo foi mais impactante na vida dele do que a sexualidade. Você está falando de uma conversão, um preenchimento espiritual que, talvez, você nunca experimentou antes. Aquilo para a pessoa é muito mais importante.

Na conversa com Marília, fico inquieto com o apontamento de que militantes LGBT são radicais. A jornalista argumenta que há radicalismos por parte de todos os grupos sociais rejeitados, como se ocorresse uma reação de intolerância por parte dos grupos fragilizados.

— É o que eu falo no livro: os extremos se encontram. O sujeito da militância também é intolerante. Não aceita que uma pessoa possa se converter e que a experiência da fé seja superior à da sexualidade. Têm extremos dos dois lados.

Digo a Marília que, na leitura da obra, fiquei assustado com a afirmação de que o movimento LGBT é radical.

— O que eu vi, o que eu percebi. É que esse pessoal tão excluído, tão perseguido, fica cheio de raiva, na defensiva. Age com raiva para cima do outro que quer te contrapor com outra ideia. Você cospe na cara do Bolsonaro⁴³. Você não consegue se equilibrar, se segurar. Eu penso assim: eu discordo, mas posso manter minha com calma. Esse equilíbrio falta nas duas partes, por razões diferentes.

Ensaia-se ali a interpretação de que a proeminência de figuras políticas intolerantes instaurou um discurso de confronto entre LGBT e evangélicos, com isso, no contemporâneo, é crescente entre as LGBT encontrar pessoas que definem a fé como irracionalidade e intolerância.

No fim de nosso papo, Marília diz que, hoje, se fosse possível fazer uma nova edição do livro-reportagem, ela incluiria na reportagem um capítulo com a perspectiva dos cônjuges daqueles que viveram parte da vida como homossexuais e, atualmente, estão em relações afetivas heterossexuais. Contaria os dilemas e a aceitação das esposas de ex-gays e maridos de ex-lésbicas. Ela encerra com comentários sobre quais são as estratégias que aplica para contar uma história significativa:

— **O bom repórter ouve o que a pessoa não está dizendo e muitas vezes é o mais importante da história. É um olhar, um gesto, uma fala com significado especial.** Sempre trabalhei em jornal e não se tem esse espaço. As matérias são pequenas e você tem que ser objetivo e acabou, em especial, no jornalismo econômico que tem que contar o quanto faturou, quantos por cento cresceu, está contratando ou se está demitindo, está investindo. Tudo muito objetivo. O espaço que tenho para exercitar a minha sensibilidade é o livro. Infelizmente, hoje não tem mais tanto esse espaço. Quando sai algo, geralmente, no especial de domingo, de página inteira, você fica encantado. O papel do jornalista é transmitir para o leitor o que ele está

⁴³ Marília faz uma alusão ao episódio no qual o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) cuspiu em direção ao deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) durante a votação da admissibilidade do impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT). É importante destacar que Bolsonaro, na mesma votação, fez uma homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi, acusado de comandar torturas durante a ditadura militar, incluindo a sofrida por Dilma Rousseff.

vendo e o que ele não pode ver, não só descrever dados, infelizmente, não temos mais esse espaço no jornalismo diário, ficou para a Literatura.

...

4.1. A inspiração que vem do Outro durante a prática jornalística

Entre as leituras finais para a elaboração desta pesquisa, fui fisgado por um dos textos de Cremilda Medina, no livro *Ato Presencial* (2016), chamado *Há espaço para mais um?*, que trata da vida de Remo, uma narrativa não publicada que faz parte do contexto sociocultural de Higienópolis, tema dos perfis que compuseram a tese de doutorado da autora, em 1986, intitulada *Modo de ser, mo'dizer*.

É comum que Cremilda espalhe nos seus livros de reflexão teórica, reportagens construídas em algum momento das mais de três décadas em que está na Universidade de São Paulo e nas mais de cinco décadas em que atuou como jornalista. É por meio desses textos que ela mostra que prática e teoria são inseparáveis quando se vale de noções operacionais indispensáveis para a narrativa que remete ao *signo da relação* (o diálogo social).

Este texto em específico conta com a leitura sutil de Liana Milanez, que reinterpretou a narrativa que, segundo ela, traz à pauta contemporânea vestígios significativos do contexto do Plano Cruzado e dos protagonistas anônimos da época. Para a querida amiga Liana, integrante do grupo de pesquisa, peço licença a sua releitura para indicar outros vestígios narrativos sobre a sexualidade que são fundamentais na história contada e que se projetam no contemporâneo.

Em meio a uma ida ao salão de beleza, Cremilda compartilha conosco o diálogo que teve com Remo, um auxiliar de cabelereiro que, desempregado da função administrativa que ocupava em um banco, recorre ao trabalho em um salão de Higienópolis. Enquanto massageia o cabelo de Cremilda, Remo diz como se deu bem trabalhando no banco e como gostava da forma como era tratado no antigo trabalho:

Claro, eu não mostrava o que sou. Vestia direitinho, sem essa de brinco na orelha, jeito de sentar de homem, sabe como é, de perna aberta, assim ó, depois não falo efeminado, que não sou de me exhibir. Você quer creme no cabelo? (MEDINA, 2016, p. 29)

O texto é elaborado pela perspectiva do Remo e permite com que o leitor seja transportado para o lugar afetivo de quem recebe uma massagem pelas mãos de Remo ao mesmo tempo em que ouve os caminhos de vida, as inquietações e as emoções do rapaz.

Sabe, essa história da Aids, então, foi um horror. Agora? Agora está um pouco mais calmo, mas tinha mulheres que humilhavam a gente: chegava aquela dona e mandava desinfetar as mãos antes de tocar nela. Mas com Aids ou sem Aids, isto aqui não me serve. (MEDINA, 2016, p. 29-30)

De 1986, encontro uma narrativa jornalística que possibilita o respeito que outros textos jornalísticos em 2017 ainda não possibilitam. A leitura me joga de volta um dos pontos centrais da dissertação: quais teorias e comportamentos dão o respaldo necessário para tal diálogo? O segredo: Cremilda, enquanto jornalista, exercita a comunicação, impregna a narrativa com tudo o que colheu no ato presencial: o olfato, o paladar, o tato, as palavras ditas e ouvidas, além de uma visão sutil. Em suma, permite com que o sujeito que se apresentou a ela, seja reconhecível na narrativa.

Olhe, minha família, sabe, não tem um relacionamento profundo, sabe, meu pai é muito rígido, a opinião dele, sabe, é a que, domina, minha mãe foi sempre muito submissa. Eu sentia que as ideias formadas deles não batiam, sabe, como as minhas. Eu estava noutra. Sabia que na cabeça dos meus pais não tinha lugar pra homossexualismo. Mas eu sabia também que, se algum dia eles soubessem, seria eu que tinha que devia contar. Isso cresceu na minha cabeça, deixa eu pensar, acho que foi em 1982 ... (A mão de Remo ajuda a lembrar: 82 ou 83. Coça a cabeça. Por aí.) Senti necessidade de desabafar com alguém. Primeiro, sabe, procurei umas pessoas que terminaram me dizendo, é isso aí, se você se definiu, se você optou, vá em frente. Achei que o mundo tinha ficado um pouco mais liberal, sabe, me animei com esses papos e um dia, cheguei em casa, peguei minhas irmãs primeiro, depois a minha mãe, contei pra ela. Uma barra. Ficou uma fúria. Virou a cara pra mim, não quis mais falar comigo. Só disse: não diga, está ouvindo? Não diga nada, nada, nem uma palavra nem nada, pro seu pai. Minhas irmãs também viraram a cara (MEDINA, 2016, p. 30-31).

Cremilda informa que Remulado Alves, de 28 anos, o Remo, só há seis contou à mãe que é homossexual, em um mundo que a cada dia parece mais liberal:

É... ainda amarguei, sabe, uns dois anos dentro de casa, isolado, ninguém falava comigo. Minha mãe disse mais algumas coisas depois: vai procurar um médico que ele cura isso. Que se fosse para continuar nessa vida, que arrumasse as trouxas e se mandasse de casa. Isso me magoou muito, muito mesmo. Minha mãe praticamente me expulsando... Tentei o médico, fui para um psicólogo do Objetivo, mas ele não me ajudou muito, acho que era um estagiário, me mandava falar, só escutava, escutava, e nada. Não dizia uma palavra. Eu é que na minha cabeça, sabe, já tinha mais certeza sobre a minha opção. Depois, sei que os médicos que tentaram descobrir porque uma pessoa tem essa opção pelo mesmo sexo, não conseguiram explicar. Ninguém descobriu até hoje. (MEDINA, 2016, p. 31)

A dificuldade em ser homossexual perante a família leva à encenação de outra sexualidade. Apesar das transformações na moral e nos modos como as identidades LGBT são tratadas em

função de diversos fatores conjunturais, políticos e históricos, a experiência da não-heterossexualidade permanece como motivo de vergonha e para a produção de uma série de processos de violência:

Fui morar com um travesti, transexual. Mas não tínhamos nada, não. Só dividíamos as despesas do apartamento. Mas em três meses, quando eu estava trabalhando no Comind, fui demitido. O cara quando soube, me mandou embora. Fiquei na rua, na pior. O pai já sabia que sou homossexual, acho que a mãe contou. E me mandou avisar: nunca mais apareça em casa. Uma irmã casada me ofereceu a casa dela, mas estava cheia de problemas, separando do marido, fiquei com dó, não aceitei. Aí quem me salvou, até fome passei, foi uma tia. Só que ela morreu oito ou nove meses depois e eu não aguentava a barra da solidão, da lembrança da tia, tudo me lembrava ela, à noite então era pior. (MEDINA, 2016, p. 31-32)

[...]

Aí meu pai ficou sabendo que eu estava passando fome, na pior. E me chamou pra casa. Eu pensei: preferível ficar com os pais, por pior que seja o clima, do que continuar na dependência dos outros. Minha mãe me perguntou uma vez se tinha parado. Eu não pedi para ser assim, já tinha assumido, mas pensei primeiro na mãe, que pra ela era mais fácil conviver com a mentira do que com a verdade. Disse: parei, mãe (MEDINA, 2016, p. 32).

A história de Remo passa da experiência da identidade desqualificada, da estigmatização do diferente, para uma imagem que não pode ser ignorada, o modo como Remo apresenta o amor:

Meu amor por ele começou quando eu tinha oito anos. Que me dei conta, foi aos dez. Hoje ele está casado há oito anos, mas meu amor continua. Tem duas filhas, a gente se encontra, ele me respeita muito.

Mudei pra perto da Cidade de Deus, brincava na rua mas a molecada gozava com a minha cara. Eu tinha um jeito efeminado, era diferente. Minha prima, um dia, sabe, me apresentou pra ele. É mais velho quatro anos, tinha uns doze. Achei que não fazia meu tipo, nada a ver do jeitão que gosto. Mas comecei a prestar atenção pela maneira como me tratava. Não fazia como os outros, que debochavam de mim, ele era diferente, em vez de tirar sarro do meu jeito feminino, pelo contrário, era gentil. (MEDINA, 2016, p. 32-33)

[...]

Nossa relação foi crescendo. Eu tinha vontade de beijar, perguntei se ele me ensinava e ele gentilmente topou me ensinar. Hoje digo: foi a coisa mais importante que aconteceu na minha vida. Ele sempre me respeitou. Os primeiros quatro anos foram maravilhosos. Um dia, veio e me falou 24 horas antes, que ia casar. Que eu podia ir no casamento, faço questão e tudo, só presta muita atenção no que você vai fazer, pelo amor de Deus. Fiquei desesperado, jamais esperava aquela notícia. Saí correndo e combinei com uns

amigos de ir para o Rio. Fui para a rodoviária e comprei passagem, fugi que nem louco. (MEDINA, 2016, p. 33)

[...]

Dois meses depois a gente se encontrou numa festa. Ele logo me perguntou, porque você não foi no casamento? Inventei uma estória. Logo depois ele me telefonou no meu trabalho. Seis meses depois do casamento, fui pra casa dele. Conheci a mulher, fui apresentado como amigo. Aconteceu o que tinha que acontecer: passamos a nos encontrar. Até hoje. Faz 15 dias que me telefonou, preocupado com minha situação de desempregado outra vez. (MEDINA, 2016, p. 33-34)

[...]

Ele nunca disse que me ama, talvez o machismo dele não deixe. Mas eu sei que marquei a vida dele também. Vou lhe confessar uma coisa: ele seria a pessoa que eu abandonaria a família pra morar com ele. Não, não sou de borboletar por aí. Uma ou outra aventura, está certo, mas amor, amor mesmo – só ele. (MEDINA, 2016, p. 34)

[...]

A mulher dele não sabe direito que sou homossexual. Não sou desses que fica se exibindo. Quando vou lá, sento com jeito de homem, sei disfarçar bem. Não faço o gênero delicado. Hoje me aceito como sou. Claro, de vez em quando vêm os grilos na minha cabeça, mas é muito importante a gente se aceitar. Eu ainda tentei dar certo com mulheres. Tive quatro namoradas, com uma delas até que me dava muito bem. Mas sabia que estava só mantendo as aparências, não seguindo o meu natural, sabe? Não consegui nunca satisfazer uma mulher. Não foi porque não tentasse. Principalmente quando minha mãe me mandou no médico pra me curar. Não adiantou nada. (MEDINA, 2016, p. 34)

Neste momento narrativo, Cremilda recria e dá pista de como podemos nos enxergar na diferença. O amor de Remo, pouco validado e com repleto de constrangimentos, produz e evidencia modos de problematizar a heterossexualidade não apenas pela reivindicação da homossexualidade das personagens, mas pelas circunstâncias do cotidiano, que permite irrigar afetos de toda origem. Remo reivindica a identidade homossexual, mas o alvo de seu afeto não o faz.

A heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade não dão conta da variedade de práticas sexuais e afetivas existentes no mundo. Não existe garantia de que o afeto e o desejo irão ocorrer pelo Outro que possui determinada identidade de gênero ou certas características corporais.

No fim, a declaração de Remo sobre a esposa do homem que ama indica como a heteronormatividade é uma constante e indica o direito a ter certos acessos e conquistas. Remo

se vale da prerrogativa de performar o masculino para ter práticas não-heterossexuais. Outro problema no tocante à sexualidade é que a narrativa indica que a experiência de gênero não é formulada à parte da questão sexual, o que impõe novas hierarquias (gays masculinos x gays afeminados e passivos, por exemplo).

Seguimos...

- Vem cá, é verdade que os homossexuais gostam de trabalhar em salão de beleza?

- Olha, eles *opitam* mais por isso, porque são forçados. A maioria mora no Centrão, frequenta as bocas, fica mais fácil trabalhar por lá. Mas o mais importante é que a própria dona do Ginastic Center faz questão de só contratar homossexual pra cabeleireiro. Não aceita mulher.

- Faz parte do ambiente o próprio jeitão de bicha, não é?

- Por isso que eu também não me dou em salão de beleza. Não sirvo pra fazer aquela exibição. O pessoal vulgariza demais, desmunheca naquela falsidade. Se você levar um papo lá dentro com um deles, não dá pra aproveitar nada. Há uns que são mesmo podres. Estou acostumado, com meus amigos, a outro tipo de conversa. A gente fala de música, sobre livros pra ler, não fica só pisando e repisando nas desmunhecadas. Claro, quando a gente está entre amigos, se solta, diz besteira. Mas nos momentos de confissão se comporta como pessoas adultas. (MEDINA, 2016, p. 38)

Neste trecho sobre o trabalho de Remo, o diálogo atravessa o estereótipo do gay afeminado, escrachado, que provoca riso fácil e que é predominantemente tido como caricatura da comunidade LGBT. Contudo, nas respostas de Remo também estão contidas questões de acesso ao trabalho, de moradia e de poder econômico. A questão aqui é a que a dissonância com a masculinidade culturalmente prestigiada também reflete outras posições desvalorizadas socialmente. Também chama a atenção como a expectativa social desencadeia limites comportamentais.

Em outro momento...

- Primeiro, eles não sabem que fui eu que pedi demissão. Disse pra eles que me demitiram. Depois, meus pais acham que serviço de homem é ser mecânico, trabalhar num posto de gasolina. Atrás de uma mesa de escritório não é serviço de homem. Mas eu não estudei pra ser

mecânico. Não tenho preconceito, que Deus me livre. Se as coisas continuarem assim, vou ter que agarrar o que aparecer, sou até capaz de ser faxineiro. Resumindo: vou ganhar salário mínimo. Mas eu quero estudar.

- Seus amigos, Remo, no desespero, apelam muito para a prostituição?

- Ah, é. Por exemplo, um que conheci lá no Ginastic Center, tinha mãe muito doente, era também auxiliar, ganhava uma miséria, chegou pra mim e desabafou: a partir de hoje vou bater bolsinha lá na Zona Leste. E foi.

- Mas é uma pior, essa vida ...

- Eles só aguentam porque se drogam. Droga pesada pra rodar a noite toda.

- Você nunca passou por essa tentação?

- Sinceramente, não. Maconha, claro. Mas droga pesada, não.

- E a prostituição?

- Acho horrível.

- Você teve algum amigo com Aids?

- Não, felizmente, não conheço ninguém com a doença.

- Mas dá medo, não dá?

- Nossa, se dá. Mas eu, sabe, tenho muito cuidado. Depois, sabe, tenho pouquíssimas relações. Aquele meu amigo, sabe, o que lhe falei no outro dia, é uma pessoa que conheço, ele me conhece. Só pra você ter uma ideia, faz dois meses que não transamos. (MEDINA, 2016, p. 39-40)

O diálogo entre a jornalista e a personagem, neste momento, traz à tona vestígios de como a experiência da Aids foi e ainda é associada às sexualidades não-heterossexuais, assim como os comportamentos promíscuos e perigosos, como a prostituição, tida como ameaça à integridade moral e à saúde física. A crise da Aids possibilitou o crescimento do movimento LGBT no Brasil e no mundo, bem como incorporou particularidades nos costumes e nas relações de “homens que fazem sexo com homens”⁴⁴.

Na visão de Sérgio Carrara e Júlio Assis Simões (2007), a Aids mudou os modos da discussão pública sobre a sexualidade, principalmente por deixar como legado a “ampliação sem

⁴⁴ HSH é o modo como o Ministério da Saúde do Brasil construiu as políticas públicas de prevenção do HIV e tratamento da Aids, sem ter que fazer uso das identidades sexuais (heterossexual, homossexual ou bissexual).

precedentes da visibilidade e do reconhecimento da presença socialmente disseminada dos desejos e das práticas homossexuais” (p. 92-93).

- Mas então você está contente. É como se estivesse num banco?
- Não, não é bem a mesma coisa. Mas é um emprego de escritório.
- Que você vai caprichar para segurar.
- E como. Faço um esforço danado pra que não desconfiem que sou homossexual. Imagine, num lugar onde só tem homens. Tirei o brinco da orelha, ando sempre na linha, não dou conversa. Sei separar muito bem trabalho da minha vida pessoal, não sou louco de me trair. E você não imagina como é preciso a gente se policiar, não pode falar nada delicado.
- O que é falar delicado, Remo?
- Deixa ver se sei explicar. Eles lá são tudo de falar palavrão, gritar grosso. Então eu tenho que entrar na deles, não posso falar baixinho, com modos, que vão logo achar que sou bicha. Quem fala delicado é bicha. Tenho que falar gíria, por exemplo, podes crer, podes crer, porque quem fala gíria, lá no pensamento deles, é malandro. Viu: tenho que fazer gênero malandro, não gênero delicado. (MEDINA, 2016, p. 49)

Por fim, Cremilda e Remo, tempos depois, em maio de 1986, têm um novo encontro. Nessa ocasião, o diálogo atravessa as estratégias de Remo para “maquiar” a homossexualidade dentro do novo ambiente de trabalho. É interessante notar que o dilema de Remo é um dos debates atuais mais explícitos: ser ou não ser LGBT no trabalho. O inusitado é que neste meio tempo se passou a promover com mais intensidade o consumo de nicho, isto é, proliferou-se uma publicidade e um mercado voltados para a constituição de uma cidadania LGBT, mas que, no entanto, policia comportamentos e modos de ser e que substitui antigos estereótipos por novos, suscita imagens, textos, modelos, e, que acima de tudo, indica uma fórmula para que os sujeitos pareçam normais.

...

Quais seriam as estratégias e posturas necessárias para o jornalista enunciar as pessoas LGBT como humanas, com personalidades, como cidadãos e sujeitos significativos para contar a história social da atualidade? A partir da perspectiva de que a tradição deontológica de que o jornalismo está predominantemente envolto não dá conta de tais tendências e de que o jornalismo não chegará a uma fórmula mágica para pautar e comunicar com competência o que se passa com as pessoas LGBT em termos individuais, coletivos, políticos e socioeconômicos. Posso apenas indicar, a partir do encantamento e das estratégias relacionais estabelecidas por

essas jornalistas, caminhos possíveis para a alteridade, e principalmente, para o respeito e dignidade das pessoas LGBT em narrativas jornalísticas.

Em *O Signo da Relação* (2006), Cremilda Medina indica que o profissional sensível capta a insatisfação social diante das rotinas técnicas que comandam a produção de significados.

Da comunicação sindical à grande imprensa, dos veículos comunitários às potentes redes digitais de informação, a narrativa que por aí passa frequentemente frustra os consumidores, fruidores ou parceiros do caos contemporâneo perante o universo simbólico que se oferece como organizado. (MEDINA, 2006, p. 68)

Dessa forma, contra a superficialidade e a arrogância do juízo de valor, só é possível propor narrativas experimentais para agregar novas visões de mundo que se materializam por meio das narrativas. Trata-se de confrontar as limitações por meio da oficina narrativa.

Em busca do Signo da Diversidade (ou da Relação), ao tecer qualquer conteúdo jornalístico cujo sujeitos sejam identificados com questões de gênero e sexualidade dissidentes, proponho que se atente para as seguintes noções, não como controle técnico, mas como recurso para a sensibilidade e transformação do panorama jornalístico contemporâneo no que tange as narrativas sobre pessoas LGBT:

- Perseguir novas sensibilidades na compreensão das desigualdades sociais. Exercitar o olhar plural no cotidiano em prol do respeito à diversidade sexual e de gênero. Buscar a diversidade e o cruzamento de diferentes marcadores de diferença (raça/etnia, nação/localidade, classe social, gênero, geração/idade, deficiência).
- Identificar que a população LGBT e demais pessoas que vivem experiências de gênero e sexualidade não hegemônicas compartilham experiências de injúria e experiências impeditivas da livre expressão e uso do corpo.
- Olhar para além das armaduras identitárias, na expectativa de acessar outras experiências e complexidades, ao mesmo tempo, ser solidário e respeitoso com a identidade de gênero e a orientação sexual do Outro, por meio do uso do nome de demais formas de tratamento que a pessoa reivindica para si.
- Construir um diálogo sincero e sensível, sem invadir a intimidade, sem julgar, diminuir ou desqualificar a experiência da pessoa LGBT com base em outras perspectivas. Se permitir conhecer o Outro, ouvir e dialogar, como meio para desarmar ideologias, crenças e dogmas.

- Conferir o conteúdo com as pessoas LGBT envolvidas e se perguntar se o conteúdo contribui de forma positiva para o reconhecimento dos dilemas das pessoas LGBT e para o respeito e dignidade da população LGBT;
- Evidenciar que não existe sexualidade normal, natural ou legítima, que a própria heterossexualidade é uma imposição que se inicia, muitas vezes, antes do nascimento. O masculino e o feminino não se constituem, unicamente, pela complementariedade dada pela sexualidade reprodutiva.

PALAVRAS (E INTERROGANTES) FINAIS

Longe de encerrar a questão, ou de concluir, como pressupõe a linguagem adotada em muitas teses e dissertações, opero com a perspectiva de que até aqui foi possível construir um conhecimento situado, crítico e responsável. Narrativas jornalísticas foram estudadas pela perspectiva de que se tratam de meios para compartilhar dilemas relacionais humanos e também foram interpretadas por um olhar epistemológico proveniente da Teoria Queer.

A predileção pela Teoria Queer foi feita com a perspectiva de que, apesar de um aparato de pensamento com autoras e autores do norte global, há uma complexidade importante desses estudos já desenvolvidos por brasileiros, ao indicar os limites das políticas identitárias, os riscos das apostas políticas desenvolvidas com base na identidade igualitária, além de ser um meio de unificar a experiência da vergonha, de ser ofendido, de deter uma experiência de vida considerada anormal ou de resistência dentro da sociedade heterocentrada.

Durante toda a pesquisa, procurei adotar a ideia de que o texto jornalístico faz mais do que informar o cidadão. As narrativas acessam ideias, crenças e atitudes daqueles que foram expostos a elas, o que já foi testemunhado por resultados empíricos, como uma pesquisa sobre as relações de narrativas jornalísticas para a empatia com grupos estigmatizados, elaborado principalmente por pesquisadores da Universidade Estadual da Pensilvânia (OLIVER et al., 2012).

Toda obra jornalística é fruto de um diálogo com sentidos dados em sociedade. O jornalista compartilha de uma mentalidade para a leitura das relações de gênero, a partir da própria experiência construída e das orientações provenientes dos múltiplos espaços pedagógicos em que esteve, e, por isso, em severos casos, reforça algumas experiências distintas como abjetas ou como socialmente condenáveis, e em outros casos, como os analisados aqui, colaboram para não se construírem padrões do que é ser gay, lésbica, bissexual ou trans.

Dessa forma, o jornalismo empreendido pela autoria de cumplicidade com o Outro, visto em diferentes estilos e formas, foi responsável por inquietar um discurso que hoje se faz cada vez mais presente: a ideia de que o gay/a lésbica é igual ao heterossexual por querer casar, adotar e constituir uma família similar, ou, de que as pessoas trans desejam se encaixar totalmente nas ideias binárias de gênero.

O que notei foi que o jornalismo é uma atividade que não foge tanto aos sentidos históricos quanto aos mais contemporâneos dadas às experiências de gênero e sexualidade. Com isso, a presente pesquisa partiu das marcas presentes nos trabalhos dos jornalistas quando possuem a missão de contar histórias sobre pessoas LGBT para cogitar que outras interpretações de sentido sempre serão possíveis. Mesmo que no cotidiano haja o predomínio do conteúdo jornalístico que não reconhece outras histórias de vida para além do enquadramento heterossexual.

Pensando sobre essas questões, foi possível perceber que nos encontros e trocas entre jornalistas e pessoas LGBT, ainda é pouco trabalhada a ideia de que a heterossexualidade também não é natural. Perceber essa impregnação nas representações jornalísticas me conduziu a elaborar essa pesquisa em prol de uma linguagem dialógica capaz de enfrentar os impasses provenientes das relações desenvolvidas entre muitos jornalistas e personagens LGBT.

Portanto, trabalhou-se em busca de estratégias jornalísticas que indiquem um outro olhar para as questões de gênero e da sexualidade. Pergunta-se: determinadas concepções de vida e comportamento se impõem como legítimas e naturais? Trata-se, igualmente, de pensar que outras também são identificadas como experiências dissonantes.

Já que o jornalismo opera com sentidos coletivos e vidas públicas. Seria um equívoco pensar que as representações simbólicas não ajudam a tecer imagens e ideias de corpos e comportamentos possíveis de serem aceitos e respeitados como legítimos. A matriz heteronormativa (a ideia butleriana de que existe uma expectativa social de coerência entre sexo-gênero-desejo) se alastra não só nos espaços pedagógicos de comportamentos, mas nas percepções de gênero e desejo tecidas nos textos jornalísticos.

Isso implica dizer que o jornalismo faz parte dos modos como produzimos significações coletivas. No século XX, as demandas por reconhecimento da diferença se tornaram uma forma paradigmática da mobilização política. Preocupada com as concepções de justiça, por exemplo, a filósofa Nancy Fraser (2006) indica que é preciso pensar como a privação econômica (ligada a estrutura econômico-política) e o desrespeito cultural (ligada aos padrões sociais simbólicos) se entrelaçam e se sustentam, e como, dessa forma, na contemporaneidade, a justiça exige tanto redistribuição como reconhecimento.

Para ilustrar, é preciso verificar que o gênero e a sexualidade, enquanto sistemas culturais que produzem injustiças, têm dimensões econômicas e dimensões culturais, os modos como se dão a exploração e a marginalização se devem tanto por motivos ligados à subordinação cultural quanto à subordinação econômica.

Fraser explica, por exemplo, que a política queer é um remédio transformativo na questão do reconhecimento, uma vez que...

O objetivo transformativo não é consolidar uma identidade gay, mas desconstruir a dicotomia homo-hétero de modo a desestabilizar todas as identidades sexuais fixas. A questão não é dissolver toda a diferença sexual numa identidade humana única e universal; mas sim manter um campo sexual de diferenças múltiplas, não-binárias, fluidas, sempre em movimento. (2006, p. 237)

A política queer se vale da perspectiva de, no longo prazo, desestabilizar e embaçar diferenças. A sugestão é que o jornalismo pode evidenciar como a diferença do Outro nada mais é do que uma marca identitária, que é experimentada como identidade, mas que é uma criação subjetiva e social com contradições e instabilidades. A identidade coletiva, nada mais é, do que a diferenciação de experiências em grupos, de modo arbitrário, por isso a necessidade de compensar injustiças econômicas, políticas e culturais que são fruto dessa arbitrariedade tida como fruto de um processo natural.

Como o reconhecimento possui efeitos políticos, torna-se essencial interrogar como as narrativas jornalísticas invocam o Outro, como vêm à tona a voz e o contexto das personagens. Assumo como prerrogativa, que cabe ao jornalismo se abrir à sensibilidade e à solidariedade, independentemente se isso ocorre como ação estratégica ou se ocorre pelo mistério da recepção. No jornalismo, a alteridade, a capacidade de projetar uma relação com o Outro, é um ingrediente fundamental.

Em muitos casos, por meio da capacidade humana de estar afeto aos personagens das reportagens, assumimos ativamente a perspectiva do Outro, tentamos inferir como deve ser sua vivência, e assim, construímos mais respeito e, talvez, mais solidariedade com as mazelas do Outro, uma melhor compreensão do lugar dado para ele.

Friso que, penso a comunicação, não pelo prisma da comunicação de massa, da causa-efeito, aquela que é dirigida para públicos amplos, anônimos e heterogêneos, como bem avalia o teórico espanhol Miquel de Moragas (2016-2017). As mudanças tecnológicas afetaram, em profundidade, os modos como se comunga histórias em sociedade, criou rupturas na distribuição tradicional da informação, mas não modificou a necessidade da comunicação das condições humanas (MORAGAS, 2016-2017).

A produção de novas sensibilidades no identificar, no experienciar, no registrar e no analisar é fundamental para o jornalista que se preocupa com narrativas que consideram o sofrimento do Outro. As experiências de gênero e sexualidade, assim como as diferenças construídas em torno

de classe, deficiência, idade e nacionalidade, não determinam processos de vida, mas informam algo que é importante de ser percebido pelos autores e pelas autoras das narrativas da contemporaneidade.

Neste caso, não seria essencial interpretar tais arranjos identitários justamente como articulações que informam processos históricos e sociais no Brasil e no mundo? Chamo atenção para esse ponto, uma vez que, influenciado por muitas leituras do mestrado, passei a identificar que muitos sujeitos não estão sobrepostos por marcas de exclusão, mas sim que a percepção subjetiva de si e do Outro é fruto de mecanismos sociais e políticos de reconhecimento e prestígio de modo que o acesso e a garantia de direitos não são compartilhados entre todos. Com isso, sujeitos são passíveis de violências de distintas origens e distintas características.

Como acena a antropóloga Laura Moutinho (2014), gênero e sexualidade aparecem articulados com outros argumentos que constroem um cenário particular acerca da desigualdade social, ângulos que informam perspectivas de poder e agência⁴⁵. A mobilização política se traduz como uma tentativa de reinscrever a subjetividade dada a certas experiências coletivas.

Com isso tudo, quero dizer que o jornalismo faz parte de um espaço maior de disputas onde se constroem sujeitos e se dá a nomeação de formas de exclusão como parte do cenário de disputas em torno de políticas e da construção de direitos. Talvez, por isso, seja importante se pensar como a narrativa jornalística evoca diferenças, desigualdades, moralidades e rupturas.

Hoje, mais do que nunca, dizer-se negro é indicar uma pele política, dizer-se mulher é indicar a política de gênero, dizer-se LGBT é apontar para a política da heterossexualidade e da cisgeneridade. Se para muitos isso aconteceu como um pertencimento radical e natural, para outros é uma amostra de subjetividades elaboradas como negativas, mas que comungam novas forças políticas ainda pouco ensaiadas. O jornalismo pode gerar solidariedade, mesmo que não seja sua missão, mas inevitavelmente, não me parece que poderá se abster de estar sensível à pluralidade e às necessidades dadas por esses cidadãos.

Se a presente pesquisa começou preocupada com os problemas na relação jornalista e protagonista LGBT, ela avança para pensar a narrativa jornalística como uma de solidariedade possível. Expõe-se a cumplicidade possível com as vozes das pessoas LGBT e a avaliação de

⁴⁵ Os estudos antropológicos contribuíram com a noção de *agência humana*, isto é, a capacidade de operação revelada pelo sujeito diante de circunstâncias dadas como estruturais.

empenhos jornalísticos na tentativa de contar histórias com integração afetiva por quem vive discriminações e violências em razão da sua orientação sexual e identidade de gênero.

Sendo o jornalismo essa instância de solidariedade possível com o Outro, faço reflexões mais no sentido de como não fazer, do que de como fazer. É interessante notar que a pesquisa, ao contrário dos manuais de redação, humanização e comunicação para LGBT, permitiu-me indicar mais as estratégias de complacência dos jornalistas do que prescrever posturas assertivas que trazem resultados efetivos na aproximação com o Outro.

Tudo é fruto da experiência dos livros-reportagem escolhidos para esta pesquisa, da conversa com as jornalistas-interlocutoras, da vida como repórter e do olhar como leitor/espectador de produtos jornalísticos. A cada nova experiência diante das identidades é quando o jornalista acessa uma fórmula possível de alteridade. Alinho, a seguir, os temas abertos à pesquisa:

Caminhos de compreensão

Que tipo de compreensão produz o jornalista que “se infiltra na pele do Outro” motivado a indicar as injustiças sofridas pelo grupo? O laboratório jornalístico possibilita se passar por alguém, exercer a função de ator/atriz? Eu deixo o Outro falar quando traduzo sua realidade? A investigação jornalística que simula a experiência do Outro evidencia algo sobre aquele Outro ou mais sobre quem faz isso?

O direito ao reconhecimento

O reconhecimento não pode ser regulado de modo que os sujeitos LGBT “pareçam normais”. Que leituras podemos tirar da sexualidade que é apresentada unicamente por meio de relações estáveis, românticas e monogâmicas quando há uma polissemia de relações possíveis? Que interpretações de gênero surgem quando se condiciona a vida do Outro ao corpo tido como errado, inadequado, que precisa de intervenções e diagnósticos médicos? O que implica não perturbar as ideias de masculinidade, feminilidade e sexualidade do espectador? O que significa ouvir especialistas que falam das pessoas LGBT como animais, falando em genes, em glândulas, em partes do cérebro, em fases da vida ou em desenvolvimento embrionário?

Diálogos de solidariedade

O diálogo é solidário quando na narrativa se aplica heroísmos vazios? Quando se embeleza com artifícios literários atos e paisagens da vida do Outro? Isso é se colocar no lugar do Outro ou não passa de uma criação que dá mais visibilidade para o jornalista do que para as questões sociais urgentes?

A força da perturbação

O jornalista, no momento da coleta do testemunho, está preparado para as limitações e negociações que podem surgir com o personagem exposto? É comum entre jornalistas a mentalidade de que toda pessoa LGBT quer compartilhar sua história ou sua voz para obter como presente uma possível visibilidade política da causa. Da mesma forma, é importante se perguntar se o repórter está ciente que suas incompreensões podem gerar certas conotações e que, é preciso reconhecer essa fragilidade, para acessar outras interpretações de mundo?

Potência de transgressão

Todo jornalista arquiteta para si que a leitura da narrativa extrapola os limites do que foi publicado? Ou seja, seria compartilhada em nossa comunidade profissional a ideia de que a recepção é um mistério e que pode ter resultados inimagináveis? Toda história tem a potência de repercussão ou de levar a desdobramentos que não seriam possíveis de esperar. Com isso, é uma postura esquecida por muitos jornalistas que eles/elas são responsáveis pelas pessoas que aparecem em suas narrativas.

...

Retomo os sentidos compartilhados por Cremilda Medina, forte inspiração teórica deste trabalho, em seus livros publicados na última década, que defendem o resgate da autoria como elemento fundamental para a representação da atualidade. Cremilda (2008) nos oferece a ideia de que a sensibilidade relacional que acontece no processo de comunicação se origina na ética solidária, na técnica da partilha e na poética da afetividade.

Ela indica que o jornalista quando está diante do desafio de produzir notícia, reportagem e largas coberturas dos acontecimentos sociais, olha o que quer com um distanciamento de sujeito-objeto e ouve o que interessa nas declarações da fonte jornalística. A cognição afetiva é um desafio que Cremilda remonta às falas do epistemólogo colombiano Luis Carlos Restrepo, cujo

direito à ternura, é um paradigma de convivência que favorece a emergência de sensibilidades e afeições, bem como a aproximação delicada à realidade do Outro.

Cremilda dá pistas de que na operação sutil do ato jornalístico, explicar e divulgar objetivamente os acontecimentos humanos não dá conta da experiência do Outro, da intertextualidade humana. Independente do meio, seja ele, impresso, digital ou audiovisual, a sensibilidade afetiva pode despertar uma racionalidade analítica, complexa, que, desencadeia a ação transformadora.

O que efetivamente sinaliza a busca autoral é a narrativa dos afetos. Descobrir-se afeto ao seu tempo. Perceber a dimensão identitária de estar afeto ao outro, embora existam conflitos e diferenças que são inerentes à convivência. Conscientizar as virtualidades racionais irrigadas pela sutileza dos afetos, e não pela inteligência afetada. (MEDINA, 2006, p. 76-77)

Os esquemas regulares do jornalismo podem não dar conta, mas seria essa esfera um meio possível para sublinhar a saga das pessoas LGBT que, como sujeitos de cidadania, querem recusar a herança sexual e de gênero, a história única, que é oferecida como único meio para adquirir a igualdade, ao dizer que é possível querer e ser algo diverso. Não obstante, com essa dissertação desejo que os jornalistas (os mediadores sociais) saibam ser cúmplices das outras histórias possíveis (mais respeitadas e humanas) que as pessoas LGBT querem e podem reivindicar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. V. Antropologia e sexualidade: consensos e conflitos teóricos em perspectiva histórica. In: FONSECA, L.; SOARES, C. e VAZ, J.M. (Org.). **A Sexologia, Perspectiva Multidisciplinar**. Coimbra: Quarteto, vol II, pp 53-7, 2003.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo** - fatos e mitos. 4.a. edição. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **cadernos pagu**, n. 26, Campinas: 2006.
- BUTLER, J. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- _____. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 (b).
- _____. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- _____. Vida precária. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos: Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011.
- CARRARA, S. e SIMÕES, J. A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **cadernos pagu** (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2007, pp.65-99.
- COLLING, L. A igualdade não faz o meu gênero – em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução da 3.ed e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.
- FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. Tradução de Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, 2006, nº 14-15.
- FRY, P. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KÜNSCH, D. A. A comunicação, a explicação e a compreensão: ensaio de uma epistemologia compreensiva da comunicação. **Líbero**. São Paulo – v. 17, n. 34, jul./dez. de 2014

_____. **A. Comunicação, Conhecimento e Compreensão**. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Teorias da Comunicação, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – INTERCOM, 2006.

LAGO, C. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do "Outro" no jornalismo. **Brazilian Journalism Research** – Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo (SBPJor), Volume 11, Número 2, 2014.

LIMA, E. **Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do Jornalismo e da Literatura**. 4ª ed. São Paulo: Manole, 2009.

LOURO, G. L. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em 30 out. 2015.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L (Org.). **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a Educação. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n.2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2015.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MARTINEZ, M. **Jornalismo Literário** – tradição e inovação. Série Jornalismo a Rigor. V. 10. Florianópolis: Insular, 2016.

MARTINEZ, M.; LAGO, C.; LAGO, M. C. S. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil. **Revista Famecos** (Online). Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016.

MARTINS, J. L. **O autor e o narrador nas tessituras da reportagem**. [Tese doutorado]. São Paulo: ECA/USP, 2016.

MEDINA, C. (Org.). **Ciência e sociedade: mediações jornalísticas**. São Paulo: Estação Ciência/CCS/USP, 2005.

MEDINA, C. **A Arte de Tecer o Presente**, Narrativa e Cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Ato Presencial: mistério e transformação**. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

_____. **Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

_____. Jornalismo e a epistemologia da complexidade. In: MEDINA, C (Org.). **A Crise dos Paradigmas: Anais do 1º seminário transdisciplinar**. Série Novo Pacto da Ciência. São Paulo: ECA/USP, 1991.

_____. **O Signo da Relação** – comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Povo e personagem**. Canoas: Editora da Ulbra, 1996.

MEDINA, C.; GRECCO, M. (Org.). **Caminhos do Saber Plural: dez anos de trajetória**. São Paulo: ECA/USP, 1999.

MEDINA, C.; LEANDRO, P. R. **A arte de tecer o presente**. São Paulo: Média, 1973.

MISKOLCI, R. **A Teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normatização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8863/5105>>. Acesso em 27 abr. 2015.

_____. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. rev. e ampliada, 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

MORAGAS, M. Interpretar los cambios en la comunicación. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**. nº 133, dez. 2016- mar. 2017.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **cadernos pagu** (42), janeiro-junho de 2014.

OLIVER, M. B.; DILLARD, J. P.; BAE, K.; TAMUL, D. J. The Effect of Narrative News Format on Empathy for Stigmatized Groups. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 89 (2), 2012.

OSORIO VARGAS, R. H. Compreender a capacidade criadora do humano ser na reportagensaio. **Libero**. São Paulo: v. 19, n.37-A, jul/dez, 2016.

PATRÍCIO, P. **Na ilha do boi de pano**: uma reportagensaio para além do dogma da objetividade jornalística. Tese (Doutorado) Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - USP, 2007.

PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?. **Revista Periodicus**, Vol. 1, nº 1, 2014.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**. Vol.19, n.1. Florianópolis, 2011.

RESENDE, F. Representação das diferenças no discurso jornalístico. **Brazilian Journalism Research** – Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo (SBPJor), Volume 2, Número 1, 2009.

RUBIN, G. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Tradução de **Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality**. In: VANCE, Carole. *Pleasure and Danger*. London: Routledge, 1984.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press, 1989.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **cadernos pagu** (28), Campinas: n. 1, jan.-jun. 2007.

SILVA, M. V. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SODRÉ, M. Jornalismo como campo de pesquisa. *Brazilian Journalism Research*, volume 6 – número 2, 2010.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L (Org.). **O Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. *Sexuality and its discontents: meanings, myths and modern sexualities*. Londres (Reino Unido): Routledge & Kegan Paul, 1985.

Livros-reportagem:

CÉSAR, M. de C. **Entre a Cruz e o Arco-íris**: a complexa relação dos cristãos com a homoafetividade. Belo Horizonte: Editora Gutemberg, 2013.

LIMA, K. **Muito Prazer**: vozes da diversidade. 1 ed. São Paulo: Edição do Autor, 2013.

MORAES, F. **O nascimento de Joicy** – transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.